

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS VERNÁCULAS
DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

**VARIAÇÃO EM ESTRUTURAS DE CONCORDÂNCIA VERBAL E EM
ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO NO PORTUGUÊS EUROPEU
POPULAR**

FILOMENA DE OLIVEIRA AZEVEDO VAREJÃO

RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**VARIAÇÃO EM ESTRUTURAS DE CONCORDÂNCIA VERBAL E EM
ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO NO PORTUGUÊS EUROPEU
POPULAR**

por

Filomena de Oliveira Azevedo Varejão

Departamento de Letras Vernáculas

**Tese de Doutorado em Língua Portuguesa
apresentada à Comissão Coordenadora
dos Cursos de Pós-Graduação em Letras
da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Orientador: Professor Doutor Maria
Eugênia Lamoglia Duarte
Co-orientador: Professor Doutor Dinah
Isensee Callou**

Rio de Janeiro, 1º. semestre de 2006

DEFESA DE TESE

VAREJÃO, Filomena de Oliveira Azevedo. **Variação em estruturas de concordância verbal e em estratégias de relativização no português europeu popular.** Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. 187 p., *mimeo*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Maria Eugênia Lamoglia Duarte – Letras Vernáculas/UFRJ
Orientador

Professor Doutor Dinah Isensee Callou – Letras Vernáculas/UFRJ
Co-orientador

Professor Doutor Mary Aizawa Kato – UNICAMP

Professor Doutor Maria Marta Pereira Scherre – UnB

Professor Doutor Sílvia Figueiredo Brandão - Letras Vernáculas/UFRJ

Professor Doutor Sílvia Rodrigues Vieira - Letras Vernáculas/UFRJ

Professor Doutor Maria da Conceição Paiva – Lingüística/UFRJ
(Suplente)

Professor Doutor Mônica Tavares Orsini – Letras Vernáculas/UFRJ
(Suplente)

Defendida a Tese
Em: / /2006

AGRADECIMENTOS

Pela compreensão das muitas dificuldades por que passei ao longo desse processo, pela orientação paciente e pelo incentivo, agradeço em especial à Prof.^a Dr.^a Maria Eugênia Lamoglia Duarte, sem a qual esta tese, certamente, não estaria concluída.

Devo agradecimentos à Prof.^a Dr.^a Dinah Callou por ter me conduzido às discussões sobre as origens do português brasileiro.

Igualmente agradeço aos Professores Doutores Anthony J. Naro e Mary A. Kato, que me ofereceram valiosas sugestões no Exame de Qualificação.

Na certeza de que um trabalho como este não se faz sem o apoio e a contribuição efetiva de professores, colegas de trabalho, amigos e familiares, e por temer o risco da injustiça por omissão, estendo a todos meu mais sincero reconhecimento.

SINOPSE

Análise dos processos de concordância verbal e das construções relativas não-padrão no português europeu popular, com base nos dados da Amostra Cordial-sin, segundo o modelo variacionista. Proposta de comparação com resultados de pesquisas sobre os dois fenômenos no português do Brasil.

VAREJÃO, Filomena de Oliveira Azevedo. **Varição em estruturas de concordância verbal e em estratégias de relativização no português europeu popular**. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. 187 p., mimeo. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.

*À
Mariana*

e

*a
Leonidio,*

*com quem pude dividir o melhor e o pior deste
caminho em busca do conhecimento.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. ITINERÁRIO DE ALGUNS ESTUDOS SOBRE O PORTUGUÊS DO BRASIL	6
1.1 DA IMPRESSÃO AOS FATOS NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO VERNÁCULO BRASILEIRO	7
1.1.1 Entre o nacionalismo e a subserviência: o registro das diferenças	15
1.1.2 A ciência como instrumento do projeto de unidade lingüística	21
1.1.3 O discurso científico contemporâneo	25
1.1.4 Sobre as origens do português brasileiro	32
2. RELATIVIZAÇÃO E CONCORDÂNCIA VERBAL VARIÁVEIS NO PORTUGUÊS EUROPEU E NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	46
2.1 PERES & MÓIA E O PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO ESCRITO	47
2.1.1 As estratégias de relativização	49
2.1.2 A concordância verbal	55
2.2 RELATIVIZAÇÃO E CONCORDÂNCIA VERBAL VARIÁVEIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	63
2.2.1 A variação nas estruturas de relativização no PB	63
2.2.2 A relativização na escrita	80
2.2.3 A variação nas estruturas de concordância verbal no PB	84
2.2.4 A concordância verbal na escrita	100
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	105
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	107

3.2 ASPECTOS ESTRUTURAIS OBSERVADOS	110
3.2.1 Nas estratégias de relativização	110
3.2.2 Na concordância verbal	114
3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS	123
3.2.2 Das estratégias de relativização no português europeu popular	123
3.3.1.1 Tipo de relativização não- <i>standard</i>	124
3.3.1.2 Função sintática do pronome relativo	125
3.3.1.3 Tipo de preposição cortada	129
3.3.1.4 Animacidade do antecedente	131
3.2.3 Da concordância verbal variável no português europeu popular	134
3.3.2.1 Saliência fônica	135
3.3.2.2 Verbo SER <i>versus</i> outros verbos	136
3.3.2.3 Forma verbal	137
3.3.2.4 Posição do sujeito	139
3.3.2.5 Estrutura do SN sujeito	142
3.3.2.6 Estatuto sintático do verbo que carrega as marcas de concordância	145
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155
ANEXOS	164

INTRODUÇÃO

O português brasileiro vernáculo se constituiu tipicamente pelo contato da língua transplantada pelo colonizador com línguas autóctones e outras línguas, incluindo diversas africanas. Essa condição de contato lhe conferiu contornos peculiares, chegando a constituir um dos fatores relevantes para o processo de variação e mudança por que passou a língua portuguesa em terras brasileiras. As condições sócio-históricas que engendraram a formação desta nação representariam a outra face do mesmo processo.

Considerada a tensão entre a língua do colonizador e o português do colonizado, desde sempre se buscou registrar e justificar suas diferenças e, em alguns momentos de nossa história, proclamaram-se nossas semelhanças. Fato é que a tentativa de explicar os fenômenos de diferenciação entre o português lusitano e o português brasileiro assenta argumentos em teorias que debatem mais ou menos apaixonadamente a questão das origens do vernáculo brasileiro, buscando respostas às seguintes perguntas: o vernáculo brasileiro teria se originado

de uma língua crioula que se descrioulizou? Teria se diferenciado por transmissão lingüística irregular? Teria tomado suas feições morfossintáticas por meio de um processo natural de deriva, acelerado por condições sociais idiossincráticas de países colonizados?

A questão motivadora desta tese pode, então, ser assim apresentada: **teria havido uma língua crioula na base da estruturação do PB ou os fenômenos variáveis arrolados como argumentos para os crioulistas estariam, na verdade, também no sistema do PE?**

A fim de buscar constituir um corpo de conhecimentos que permitisse perscrutar respostas mais consistentes a essa questão, elaboraram-se algumas hipóteses, sintetizadas, sobretudo, a partir dos trabalhos de Guy (1989), Lucchesi & Baxter (1997), Lucchesi (1998; 1999) e Naro & Scherre (1993), nos quais são arrolados aspectos sociais e estruturais que justificariam ou refutariam nossa inscrição originária entre as línguas crioulas.

Paralelamente a esses estudos, outras frentes de pesquisa tomavam curso. Sob a égide de teorias variacionistas, reuniram-se resultados capazes de nos oferecer um perfil mais consistente da identidade lingüística do vernáculo brasileiro, lançando luz sobre os processos de variação e de mudança nele verificados. Dessas investigações, destacamos Mollica (1977), Tarallo (1983), Naro & Scherre (1993) e Scherre & Naro (2001), por oferecerem resultados de variação em fenômenos sintáticos que interessam mais de perto ao nosso estudo.

Com apoio nas discussões acerca das origens do vernáculo brasileiro e nos resultados observados nos estudos variacionistas, o objetivo desta investigação é buscar evidências que se direcionem ao encontro da tese de que a fala lusitana e a fala brasileira são sensíveis a formas variáveis na mesma medida de qualidade, embora quantitativamente, por motivos sócio-históricos, essas formas se apresentem mais salientes no PB.

Embora se afirme que usos não-padrão sejam ocorrências eventuais no processamento de certas estruturas pelos falantes europeus, é digna de destaque a naturalidade destas ocorrências registradas no *corpus*: “esses coisos é modernos”; “as coisas vai enfraquecendo

tudo”; e “nasceu na praia essas macieiras”; “[a petiga] é um peixinho que a lula agarra-se” e “era um médico que a gente tinha muito agrado por ele”. Sem que se diga que essas são frases do português europeu, pode-se, facilmente, creditá-las a um falante brasileiro.

Portanto, a proposta desta investigação traz subjacente a necessidade de comparar o comportamento do sistema nas duas variedades de português, e, para isso, buscamos inicialmente o trabalho de Peres & Mória (1995), que não segue o modelo variacionista, mas pode oferecer um apoio à idéia de que fenômenos variáveis do PB falado e escrito também estariam registrados pelo menos no PE escrito. Ainda que o trabalho de Peres & Mória recubra apenas a modalidade escrita, ele pode apresentar evidências da variação na modalidade oral, uma vez que a escrita pode incorporar alguns aspectos da variação observada na fala.

Os fenômenos sintáticos escolhidos para observação foram concordância verbal e estratégias de relativização não-padrão no português europeu popular. Tal escolha está relacionada a nosso interesse particular pelas discussões sobre as características dos falares crioulos e sobre as noções equivocadas e puristas a respeito das normas lingüísticas (cultas e populares) lusitanas e brasileiras.

Com a idéia de cotejar os principais resultados das pesquisas sociolingüísticas variacionistas para o português brasileiro com os resultados que viríamos a obter a partir dos dados lusitanos, o passo seguinte foi constituir um *corpus*. Recorremos à Amostra Cordial-sin, constituída pela fala de portugueses que vivem fora dos centros urbanos e são analfabetos ou têm pouca escolarização.

Assim, a razão primeira para o foco sobre a ausência de marcas de concordância e o uso não-padrão de estruturas de relativização se deveu ao fato de que esses fenômenos são arrolados como prototípicos de formação das línguas crioulas em geral e, em particular, à formação do vernáculo brasileiro. É importante destacar que esta tese não se inscreve no âmbito das pesquisas em Crioulística, embora seja nosso interesse acompanhar os debates

dessa área e, eventualmente, reforçar a contra-argumentação à origem crioula do vernáculo brasileiro, agregando possíveis evidências à hipótese da deriva natural como explicação básica para usos variáveis no português.

Metodologicamente, mesmo não utilizando o aporte teórico sociolinguístico *stricto sensu*, a quantificação dos dados se fez necessária à elaboração de resultados e discussões.

Em síntese, temos como ponto de partida a concepção de que, em qualquer língua natural, há tendência a se fixarem novas formas e regras sintáticas, com conseqüente desaparecimento de outras, desde que o sistema autorize a criação dessas novas formas e o uso venha a consagrá-las. Nesse sentido, se qualquer uso linguístico variável pode indicar novos rumos do sistema, é vital saber onde e como a variação ocorre e esse é um dos motivos com que justificamos a relevância da pesquisa ora apresentada.

O corpo desta tese é composto de quatro capítulos. O primeiro apresenta as discussões acerca dos debates em torno das origens do vernáculo brasileiro e apresenta um breve histórico das concepções e ideologias que permearam (e permeiam) a construção do que seja a *língua portuguesa do Brasil*. Fazemos uma revisão das primeiras monografias dialetológicas e trazemos notícias dos debates históricos polarizados entre as tendências nacionalistas ou lusitanizantes em torno da língua portuguesa em terras brasileiras. Inclui-se também neste capítulo a delimitação do objeto de estudo desta pesquisa e as hipóteses que nos orientam.

No segundo capítulo, resenhamos alguns trabalhos relevantes para o estudo dos fenômenos de concordância verbal e relativização nas duas variedades de português. Os trabalhos relativos ao português brasileiro são, basicamente, ancorados pela Teoria Sociolinguística Variacionista, diferentemente do estudo sobre o português europeu, que se orienta por teorias formalistas. Com este capítulo, buscamos estabelecer uma base teórica que nos serviria de apoio no cotejo com os resultados que viríamos a obter na quantificação de nossos dados.

O terceiro capítulo apresenta pressupostos teóricos nos quais esta tese se inspira e descreve o processo de constituição do *corpus* estudado, apresentando, ainda, a amostra da qual foi extraído. Neste capítulo listam-se, também, os aspectos estruturais escolhidos para o exame daqueles fenômenos e, em seguida, expõem-se os resultados a que chegamos.

No capítulo conclusivo, retomamos o ponto de partida inspirador desta pesquisa e apresentamos questões suscitadas pelos resultados, sugerindo outras investigações.

1. ITINERÁRIO DE ALGUNS ESTUDOS SOBRE O PORTUGUÊS DO BRASIL: REVISITANDO A HISTÓRIA

Neste capítulo, segue um painel das diferentes formas de abordagem do fenômeno da variação geográfica que tipifica o português europeu e o português brasileiro. Essas formas amalgamam também uma variedade de posicionamentos que revelam desde os purismos mais preconceituosos até o reconhecimento e a aceitação de que as línguas refletem naturalmente as mudanças sócio-históricas de suas comunidades.

Ainda neste capítulo, abordamos a discussão sobre as origens do português brasileiro como uma das questões teóricas subjacentes à constituição das diferenças entre as duas variedades de língua portuguesa.

1.1 DA IMPRESSÃO AOS FATOS NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO VERNÁCULO BRASILEIRO

Parece razoável afirmar que poucos questionam o fato de o Brasil ser um país geograficamente multicultural e multidialetal. No entanto, embora seja evidente essa face multidialetal em termos diastráticos, não parece lhe ser atribuída legitimidade equivalente. Infelizmente, mesmo entre intelectuais da área de educação, não existe a compreensão de que há normas cultas e vernáculas em tensão na heterogênea comunidade de fala brasileira, todas com coerência e funcionalidade particulares. A alguns parece mais visível a dissonância entre uma norma padrão lusitanizante – idealizada e codificada na tradição escolar – e a fala da “massa inculta”.

Transcrevemos abaixo a resposta do professor Arnaldo Niskier à indagação de um jornalista da *Revista Isto É* de 29.07.1998, porque ela pode ser tomada como representativa de uma visão simplificada da nossa diversidade lingüística, que confunde, inclusive, as diferentes normas no *continuum* oral/escrito:

REPÓRTER: O **brasileiro** maltrata muito a língua portuguesa?

NISKIER: **Erra-se tudo**: concordância, regência, pontuação. Nunca vivemos um tempo tão penoso para a língua de Machado de Assis. A Copa do Mundo foi um festival de gols, mas os erros de português ganharam de goleada. Pelé é um que erra demais nas concordâncias... Romário fala ‘menas’ a toda hora. O que é isso? Eles inventam palavras. Outro erro freqüente é quando dizem ‘houveram’. Isso virou uma doença... uma epidemia. Outro dia foi o presidente do Banco Central que largou dois ‘houveram’. Falar nossa língua corretamente é hoje um dever patriótico. (extraído de Matos e Silva, 2004 b grifo nosso)

Essa questão não é nova. O debate sobre o reconhecimento das diferenças entre o português brasileiro (PB) e o português europeu (PE) é antigo e, ao longo dos anos, tem se realizado ora sobre bases impressionistas ora sobre evidências empíricas.

Desde as primeiras monografias dialetais produzidas por dialetólogos brasileiros até os estudos elaborados por lingüistas, constatam-se, nos diversos níveis da gramática dos falantes brasileiros de diferentes escolaridades, fenômenos considerados não-padrão que idealmente seriam realizados da forma considerada padrão entre os europeus. Nesse sentido, seriam idiossincráticos ao vernáculo brasileiro fenômenos fonético/fonológicos – como a iotização (véio por velho) e a monotongação (quexa por queixa) – e fenômenos morfossintáticos – como a preferência pela marcação de plural apenas no primeiro elemento do sintagma nominal (as criança); a simplificação do quadro flexional dos verbos (eles/nós chegou); o uso de estruturas de relativização do tipo ‘a garota que eu saí com ela é só minha amiga’, entre outros.

Na opinião de alguns, entre eles Mendonça (1933) e Raimundo (1933), tais peculiaridades resultariam da influência das línguas africanas em território brasileiro, entre outros fatores de ordem social. Para outros, como Silva Neto (1986), Melo (1981) e Elia (1979), as línguas africanas não teriam contribuído de forma muito significativa para a formação do nosso vernáculo, embora se deva reconhecer que o aprendizado imperfeito do português pelos africanos pudesse ter gerado uma língua crioula ou semicrioula em suas origens.

Hoje, passadas algumas décadas dos primeiros estudos dialetológicos e da consolidação de diversos projetos acadêmicos que buscaram e ainda buscam descrever as normas em prática no Brasil, podemos falar de uma história lingüística do português brasileiro e podemos tentar reconstituir alguns de seus passos. Graças a esses estudos¹, já se conhece

¹ Em Leite & Callou (2002), estão reunidos resultados de pesquisa a partir dos quais já se podem apontar, em linhas gerais, as principais características da fala “cultura” brasileira.

bastante a realidade lingüística do Brasil e, embora muito ainda esteja por conhecer, o conjunto dos saberes sobre como falam/escrevem os brasileiros se deve ao persistente trabalho daqueles que, apesar de todas as dificuldades, construíram a história da qual trazemos as notícias que se seguem.

Ao historiografar as idéias lingüísticas no Brasil, Guimarães (1996) estabelece a existência de quatro períodos, que são definidos (i) pelo tipo de produção intelectual, (ii) pelos objetivos propostos e (iii) pelas idéias nela veiculadas. Descartado o estudo do primeiro período, por se definir como reflexões sobre a língua **no** Brasil, mas não **do** Brasil, o autor centra sua atenção nos três outros momentos.

Partindo, então, do segundo período – delimitado a partir da segunda metade do século XIX e definido pela publicação de gramáticas, artigos, listas de vocabulário e pelos célebres debates públicos –, Guimarães considera a tensão entre posicionamentos puristas e libertários, sobretudo em relação à escrita literária brasileira, o cerne das discussões daquele momento histórico.

No século XX, o terceiro momento – entre o fim dos anos 30 e meados da década de 60 – caracteriza-se pelo abandono da perspectiva purista e apresenta como central aos debates a defesa da unidade lingüística Brasil/Portugal, com argumentação já fundamentada nas idéias da Ciência Lingüística, que acabava de chegar às faculdades de Letras do país.

Finalmente, o quarto momento dessa história teria início no final dos anos 60 e é marcado pela produção das pesquisas de pós-graduação desenvolvidas em diversas universidades brasileiras.

O autor afirma ainda que, ao longo dessa história, todos os debates foram perpassados por um dos seguintes recortes: a presença ou a ausência de um aporte teórico como base de sustentação de seus argumentos e definições.

Ao retomar algumas reflexões de Guimarães acerca da constituição da língua brasileira, Pagotto (1998; 2001) propõe, a partir de estudos sobre a sintaxe do PB, que a história da construção da norma culta no Brasil possa ser dividida em duas fases: uma que data da segunda metade do século XIX até os anos 30 do século XX – marcada pelo tom apaixonado das defesas polêmicas – e outra que se inicia a partir dos anos 40 do século XX, cuja argumentação se fundamenta no discurso da ciência. Sobre este último, Pagotto (2001: 39) afirma que,

ao fugir completamente do discurso polêmico, o trabalho deste período jamais consegue trazer, para a codificação da norma culta escrita, as formas lingüísticas do Brasil. Assim, ao acentuar a diferença [entre PE/PB], permitem a volta do discurso pela unidade da norma culta, agora reforçado pelo discurso científico.

Do que se extrai dos trabalhos de Guimarães e Pagotto, podemos sintetizar a trajetória dos estudos acerca dos fenômenos de diferenciação da fala brasileira relativamente à fala lusitana a partir de dois diferentes recortes discursivos, que atuaram e continuam atuando mais ou menos explicitamente na condução desse debate central: o discurso impressionista e o discurso científico. Sendo o segundo formulado ainda sob duas outras perspectivas: uma que serve à reafirmação do purismo e outra que, isenta de filiações, por assim dizer, descreve os fatos lingüísticos tais quais se apresentam.

Inicialmente, poderíamos afirmar que, nos primeiros documentos sobre o português brasileiro, é caracteristicamente impressionista o discurso de intelectuais apaixonados que discutem aspectos peculiares ao PB, sobretudo os manifestados pelo léxico. Chamamos esse discurso de impressionista porque não se ancora em bases teóricas nem em dados empíricos sobre as especificidades do PB. Além disso, sem ter como tratar da gramática do PB, suas afirmações – baseadas, sobretudo, em aspectos mais superficiais da língua – buscam o

convencimento pela intuição e pelo discurso militante contra ou a favor da autonomia política e lingüística do Brasil em relação à metrópole colonial.

Para os defensores da manutenção dos vínculos culturais e políticos com Portugal, era preciso combater a corrupção do idioma a todo custo. Para nacionalistas, a defesa da autonomia lingüística passava pela necessária política da afirmação nacional e se justificava pelos movimentos impostos ao processo histórico de independência de um país colonizado que, embora rejeitando o afastamento da América, debatia-se pelo reconhecimento da superioridade cultural e lingüística branca na origem desta nação miscigenada.

Segundo Pinto (1978), data de 1824, na *Introdução* de Pedra Branca ao *Atlas Etnográfico do Globo* de Adrien Balbi, a primeira menção à constituição de um “idioma brasileiro”, e são de José Bonifácio, em 1825, as primeiras defesas sobre a liberdade de expressão da escrita literária, configurada no direito de criar neologismos que atendessem às necessidades expressivas de uma cultura, desde que tais criações não ferissem o imperativo da língua culta. Incluímos ainda nesse quadro alguns debates entre puristas e nacionalistas, nos quais escritores românticos e gramáticos pugnavam entre o direito ao uso de estrangeirismos e de estruturas que dessem o tom da cor local e a manutenção de uma língua literária pura, livre, principalmente, dos galicismos que estariam desfigurando a língua de Camões.

Desta forma, em 1870, enquanto José de Alencar sofria ataques do filólogo Pinheiro Chagas por registrar um vocabulário típico de certas construções gramaticais à brasileira, e Gonçalves Dias defendia o bom aproveitamento da “língua do povo” já dicionarizada e lapidada pelo “arredondamento” eufônico peculiar à tarefa do artista, escritores como Taunay, Euclides da Cunha, Olavo Bilac combatiam a existência de um dialeto brasileiro e se dedicavam à tarefa de reafirmar a norma literária purista. Também centrada na polarização nacionalismo/purismo, em 1789, o escritor brasileiro Carlos de Laet enceta polêmica com o escritor português Camilo Castelo Branco.

Esse tipo de debate – inicialmente recortado pelo discurso impressionista e posteriormente baseado em interpretações equivocadas da ciência, conforme veremos a seguir – perduraria até o início do século XX, quando o Modernismo consolidou os ideais nacionalistas para a expressão literária, mesmo nos parecendo que, de modo geral, a concepção de português brasileiro entre os modernistas fosse equivocadamente equacionada à fala de indivíduos pobres e de baixa escolarização.

Além desse discurso impressionista, desenvolveu-se entre nossos intelectuais uma linha de argumentação calcada em postulados científicos de escolas francesas, inglesas, alemãs e americanas. Dentro dessa segunda vertente, reúnem-se trabalhos que, embora procedam da relação entre intelectuais brasileiros com idéias filosóficas e científicas de outros países europeus que não Portugal (Pinto, 1978), não se afastam do ideal normativo lusitano e por vezes resultam de interpretações problemáticas em relação às propostas da Ciência da Linguagem.

Neste momento, no entanto, registram-se dados mais concretos da sintaxe da fala ou da escrita dos brasileiros (embora o foco ainda seja o léxico), e isso pode ser observado nas monografias dialetais, em gramáticas normativas como a de Júlio Ribeiro, Maximino Maciel e Antonio Alvares Pereira Coruja e em dicionários como o de Antonio Joaquim de Macedo Soares. Alguns desses trabalhos apresentam no título as expressões “[língua] nacional” e “vocabulário brasileiro”, num claro, porém nem sempre fiel, compromisso com a descrição do português usado no Brasil, mas não em detrimento da unidade lingüística com Portugal (Pinto, 1978).

Tomando a proposta de Pagotto (1998; 2001), o estabelecimento dessa linha discursiva data de 1940 e com ela se pretende fundamentar o debate sobre a língua do Brasil a partir das idéias de Ferdinand Saussure, sobretudo a partir da dicotomia entre a fala diversificada na prosódia e no léxico e a unidade da escrita, especialmente da escrita literária

brasileira. Tais propostas serviram aos interessados em justificar nossas diferenças a partir de noções estilísticas e de registro de peculiaridades que externariam lingüisticamente as nossas características, isto é, as idiossincrasias do “espírito americano”.

Sem lhes tirar o mérito devido, não podemos deixar de dizer que, embora naquele momento alguns estudos já estivessem orientados por propostas de Saussure, especialmente sobre a distinção entre *langue* e *parole*, sua argumentação se sustentava sobre uma falsa relação entre os conceitos de *parole* e informalidade. Isso significava dizer que, relativamente à norma lusitana, à fala dos brasileiros cabiam os “erros” próprios da comunicação informal, mas à escrita cabia manter os laços de unidade que nos identificavam com a norma lusitanizante (cf. Pagotto 1998; 2001), o que justificava o projeto classicista de bem escrever, que orientou e ainda orienta diretrizes e documentos para o ensino de língua portuguesa.

Situamos ainda uma segunda vertente discursiva dentro desse recorte empírico, na qual se evidencia uma postura de investigação científica, visto que a partir dela se orientam teses, dissertações, artigos, entre outros gêneros de publicações acadêmicas, que visam refutar ou confirmar afirmações sobre fatos estruturais do PB com base na interpretação de evidências rigorosamente controladas por aportes teórica e metodologicamente bem definidos. Mais adiante detalharemos um pouco mais esses estudos.

Resumidamente, nesse processo de constituição de um corpo de teorias que dão forma e suporte ao que chamamos português brasileiro, observamos um percurso sócio-histórico que parte do discurso construído e difundido pelo senso-comum e pelos puristas e chega à racionalidade a que os dados quantificados e/ou a descrição formal rigorosa podem levar. Tal processo não se esgotou. Ainda hoje se abre espaço para os defensores do purismo, para quem a “corrupção” do idioma resulta de falta de cuidado e de amor à língua, conforme vimos na citação no início este capítulo.

Por outro lado, superando a tensão entre autonomia e subserviência, podemos hoje estabelecer semelhanças e diferenças a partir de fundamentação em pesquisas que partem de dados concretos das falas de portugueses e de brasileiros e que concebem as línguas como fenômenos dinâmicos.

Precisamos ressaltar, no entanto, que a vertente defensora da norma clássica lusitana permanece presente em documentos, artigos, reportagens etc. Apenas como ilustração dessa permanência, citamos o livro intitulado *Não erre mais!*, de 1998, no qual o gramático Luiz Antônio Sacconi avalia como correta a frase “A Lua é mais pequena que a Terra” porque “*mais pequeno* é expressão legítima, usada por todos os portugueses (...)” (p. 64). Ainda podemos citar a revista *Época*, de 14/06/1999, em que se publicou, na reportagem “A ciência de escrever bem”, a seguinte recomendação: “O uso do gerúndio empobrece o texto. Lembre que não existe gerúndio no português falado em Portugal.” Mais recentemente, a revista *Veja*, de 25/06/2001, publicou artigo intitulado “Todo mundo fala assim – Vem aí uma gramática anistiando os principais desvios da linguagem oral. Mas atenção: o português continua a merecer respeito.” Esse texto destaca como “anistiadas” as formas como *Você fez o que eu te falei?*; *Os manifestantes chegaram em Brasília e Amanhã vou fazer o serviço*, numa inequívoca retomada do discurso da condescendência para a oralidade contra o rigor normativo para a escrita, que esteve na base da construção discursiva da norma culta brasileira (cf. Pagotto, 1998).

Isso quer dizer que, mesmo que tenhamos atingido um grau de sofisticação teórica e metodológica nas pesquisas lingüísticas, ainda há defensores da idéia de que o “uso incorreto” do português falado (e escrito) pela maioria dos brasileiros não encontraria par entre os falantes europeus, já que somente entre nós ocorre o que se considera uma “lamentável queda no uso do padrão culto da língua”. É do gramático contemporâneo Pasquale Cipro Neto a argumentação de que há uma “corrente relativista” entre os lingüistas brasileiros, segundo a

qual se idealiza tudo o que é popular, inclusive a “ignorância lingüística”. As ondas mais ou menos momentâneas de atuação da “polícia” purista e dos “consultórios lingüísticos”, como ainda se vêem nos jornais e na televisão, também confirmam a permanência daqueles ideais lusitanizantes.

Numa outra perspectiva, o fato é que o reconhecimento de que a realidade lingüística do Brasil é plural e polarizada ainda é sustentado pelo discurso da condescendência assentado na “aceitação” das distâncias entre as normas adquiridas e as normas aprendidas. Em síntese, por esse raciocínio, considera-se que certos “erros” são “perdoáveis” para a fala, mas não para a escrita, esta sim um espelho da boa norma lusitana (cf. Pagotto, 1998, 2001). Tal espelhamento, afora o absurdo de sua proposição, é questionado atualmente em termos mais concretos, porque algumas pesquisas demonstram que as estruturas aprendidas via escolarização sofrem interferências e adaptações e se conformam com as mudanças observadas na variedade brasileira do português (cf. Kato, 2005), como veremos adiante.

Abandonada a visão maniqueísta, a perspectiva sociolingüística retoma a questão nos termos do reconhecimento de que línguas são sistemas dinâmicos e variáveis, dependentes de condicionamentos sociais de uso. Seguindo essa linha, buscam-se explicações para a variabilidade entre os sistemas do PB e do PE a partir de dados concretos de fala observados e analisados sob controle de pesquisas com metodologias e fundamentações teóricas diversas.

Vejamos com mais detalhes como esses diferentes discursos foram construídos ao longo dos tempos.

1.1.1 Entre o nacionalismo e a subserviência: o registro das diferenças

Constituindo as bases do discurso impressionista, encontram-se os célebres debates acerca da norma – para alguns, “popular” e para outros, “desleixada” – registrada por

escritores brasileiros do final do século XIX. Em 1870, José de Alencar registra sua defesa aos ataques do filólogo português Pinheiro Chagas, que o havia acusado de deturpar a norma clássica em seus romances. Em 1879, envolvem-se numa querela em torno da norma o brasileiro Carlos de Laet e o escritor português Camilo Castelo Branco. Não enfocaremos o cerne dos debates, mas é certo que, tanto no léxico quanto na sintaxe, o texto de alguns de nossos escritores, dentre os quais Alencar e Carlos de Laet, apresenta marcas típicas de oralidade que, por seu turno, refletem as mudanças lingüísticas em andamento no PB e esse fato estabeleceu as bases para as defesas apaixonadas e impressionistas, muitas vezes polarizadas entre a manutenção da norma clássica e a renovação inevitável daquela norma no Brasil.

Num dos pólos desse debate, era imperativo estabelecer o português brasileiro como língua autônoma e se fazia necessária uma descrição (contrastiva ou não) que pudesse constituir um conjunto de documentos fundadores, que, no dizer de Guimarães (1996), promovessem a gramatização de nosso idioma. Tomemos como referências desse movimento três estudos do início do século passado focalizando as realizações diferenciadas do português em território brasileiro: *O dialeto caipira*, investigado por Amadeu Amaral (1920); *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes (1922) e *A língua do nordeste*, de Mário Marroquim (1934). Tal escolha foi motivada por esses serem trabalhos respeitáveis, não só pelo pioneirismo como também pelo vanguardismo das idéias veiculadas alguns anos antes de a Ciência Lingüística ter se firmado no campo dos estudos da linguagem.

A primeira e fundamental observação a respeito dessas descrições é que elas apresentam pontos divergentes (óbvios, uma vez que tratam de falares regionais diversos, sob pontos de vista particulares) e convergentes, cuja presença valida o postulado da existência de uma língua nacional brasileira. Amaral, Nascentes e Marroquim trazem luz aos estudos sobre a língua portuguesa americana e têm por objetivo registrar as diversas tonalidades dessa

variedade de português, tendo em vista os aspectos fonético-fonológicos, morfológicos e sintáticos que lhes diferenciam em relação à matriz europeia. Em outras palavras, esses estudos apresentam como ponto de vista subjacente a noção de que havia, nos diversos níveis gramaticais, fatos lingüísticos característicos dos falares brasileiros que se justificavam i) pela distância em relação à matriz; ii) pelas diferentes formas de ocupação de nosso território e iii) pela história interna e externa da língua portuguesa no Brasil.

A preocupação em apresentar os novos e inevitáveis rumos do português brasileiro, especialmente o falado pelas camadas sociais "incultas e semicultas" – comparativamente aos usos dos falantes cultos europeus –, segue a tradição dos estudos filológicos. Essa base metodológica traz, no entanto, uma questão: comparam-se níveis díspares de uso (culto e popular) e conclui-se pela existência de uma variação que, por princípio, existiria independentemente das causas apontadas como motivadoras para a distância entre as duas normas.

Mas, ainda que apresentem imprecisões conceituais, é de se considerar que, já àquela época, Amaral, Nascentes e Marroquim trouxessem dados e análises que somente muito mais tarde seriam retomados por outros estudiosos do campo da linguagem. Eles não só foram intuitivamente surpreendentes como também foram vanguardistas, uma vez que demonstraram empiricamente a existência de variedades lingüísticas, cujas diferenças formais nos conferiam identidade em relação à matriz e, de certa forma, assim veicularam uma noção de língua como produto cultural.

É claro também que, subjacente a essa noção de variedade e diferenciação fatal em relação ao português de além-mar, permanecia a posição política, especialmente em Nascentes, de que a diversidade não pressupunha a ausência de uma unidade essencial (Nascentes, edição de 1953: 12). Entende-se que para alguns não fosse desejável, naquele momento, propor uma cisão lingüística que nos afastasse da civilização europeia, ainda que se

apresentasse como inquestionável o reconhecimento de uma série de fatos que definiam um falar brasileiro proveniente do povo, das classes incultas, que estava a merecer descrição mais detalhada. Nesse sentido, é notável a preocupação metodológica de Amadeu Amaral – um professor do interior de São Paulo, no início do séc. XX – e o empenho em atestar os fatos por ele descritos.

Ainda em consonância com os estudos filológicos, Amaral e Marroquim apresentam ênfase nos aspectos fonológicos e lexicais, níveis em que são mais evidentes as diferenças. Amaral dedica ao estudo do vocabulário 164 páginas das 227 que compõem a monografia. Marroquim usa 56 páginas para o estudo da fonética e da fonologia, 75 páginas para tratar de morfologia e sintaxe e 26 para focar o que ele chamou de lexicologia. Nascentes, já próximo de uma descrição mais fundamentada cientificamente e tendo lido estudos sobre linguagem, amplia o foco na morfologia e na sintaxe, de tal forma que reserva 87 páginas ao estudo dos aspectos fonéticos e fonológicos, contra as 100 destinadas aos estudos de morfologia e sintaxe e 24 para levantamento de vocabulário, que o próprio autor julgou incompleto.

Um outro aspecto a merecer destaque é o de que os três autores propõem um estudo regional e acabam por apresentar alguns fenômenos convergentes, que mais caracterizariam o português brasileiro como um todo. É assim, por exemplo, que os três definem uma prosódia mais "arrastada" ou "cantada"; apresentam a análise do alteamento das vogais -e e -o pretônicas, verificam a queda do -r em final de vocábulo; atestam a tendência a uma colocação pronominal menos rígida; verificam a simplificação das concordâncias de número, no sintagma nominal, e de sujeito/verbo, na frase. Com relação à concordância de gênero, é interessante observar que tanto em Marroquim como em Nascentes aparece a alteração do gênero do substantivo "as tigre", a flexão de adjetivos uniformes, como "monstro/monstra" e também observam a preferência pelas formas analíticas em lugar das sintéticas na flexão de

grau dos adjetivos, como em "mais pió". Encontramos ainda nesses dois autores o registro da redução das flexões no paradigma verbal.

Amaral e Nascentes, na sintaxe, relatam a construção das orações relativas, como, por exemplo, "A casa que eu morei nela pegou fogo", antecipando um tema importante em pesquisas contemporâneas sobre essa estrutura sintática. Eles também exemplificam o desaparecimento de pronomes clíticos nos falares do povo brasileiro.

Nascentes apresenta, ainda, algumas questões bastante interessantes em relação a nossa sintaxe. Entre outras, destaco: a tendência à omissão ou à substituição da preposição *a* (não fui o cinema; sentar-se na mesa; dizer algo para alguém); a possibilidade de dupla negação, que passa a valer por uma afirmação (não disse nada), a substituição de *haver* por *ter*, bem como o uso pessoal de *haver* impessoal (não tem dúvida; haviam problemas naquele documento); a mistura *tu/você* nas formas de tratamento (vem pra cá você também) e o uso de orações relativas sem a "competente preposição" e com pronome pessoal (A pessoa que eu falei com ela).

Subjacente às descrições de fenômenos lingüísticos, percebe-se que essas monografias também serviam de veículo a um importante debate político acerca do *status* do PB ante o PE, que se pode reduzir à seguinte questão: é desejável ou não assumir a independência lingüística em relação à matriz? Amaral não centra o foco na discussão política sobre ser o PB um *dialeto* ou um *falar*, mas sabiamente acentua o fato de que muito se debatia à época e pouco se havia estudado concretamente sobre as características da língua falada em terras brasileiras. Seu trabalho pode conter os registros iniciais desse projeto, já que ele focaliza a presença de evoluções "normais" e modificações "isoladas" (aspas do autor) perceptíveis no sistema fonético e fonológico do dialeto caipira e aponta contribuições dos povos indígenas e africanos, em especial no vocabulário. O autor identificou ainda arcaísmos e fenômenos de mudança próprios às línguas naturais, conforme as análises de linha neogramática.

Seus passos foram seguidos por Nascentes que, mais preocupado em não estabelecer uma cisão entre as línguas do Brasil e de além-mar – tendo em vista suas conseqüências no plano político e cultural – propõe a denominação de falar (menos comprometida do que dialeto, que poderia ainda ser argumento para a hipótese, veementemente descartada por ele, de falarmos um dialeto crioulo). Um dos aspectos relevantes do seu trabalho é que, ao mesmo tempo em que focaliza seus estudos no linguajar carioca, apresenta uma classificação para os outros falares brasileiros, com os quais manteve contatos. Nascentes demonstra atualização e grande erudição filológica quando registra com muita naturalidade fatos como o uso do gerúndio em lugar de preposição A + infinitivo, o desaparecimento do clítico de 3ª pessoa, a alternância de uso de certas preposições, entre outros.

É interessante observar que, ao mesmo tempo em que afirma serem as mudanças sintáticas "grosseiros solecismos" (p. 119), Nascentes pontua que a história da România se constituiu também a partir de tais desvios sintáticos. Essa relativização do que se considerava erro nos parece bastante inovadora para seu tempo.

Marroquim assume a defesa do dialetalismo e do uso literário da língua do povo brasileiro. No entanto, ele é veemente ao desautorizar análises que vejam influências do tupi e de línguas africanas no português do Brasil, indo de encontro a algumas das explicações de Nascentes, como exemplo a da despalatalização ("fio", "véia"). Ele acompanha e até repete os postulados de Amadeu Amaral e, apresentando um estudo mais fundamentado em gramática histórica, busca apontar um aspecto conservador e arcaizante no falar nordestino.

Quanto ao léxico, pode-se observar que Amaral apresenta uma lista bem extensa de vocábulos típicos do falar caipira e inclui como itens lexicais típicos dessa variedade vocábulos que, na verdade, sofreram alterações por processos fonológicos (acertá, acauso, amenhã, inzempru etc.).

Enfim, essas monografias podem ser mencionadas como referências ao registro de aspectos característicos do que se poderia considerar uma língua nacional brasileira. Mas neste momento também se publicam gramáticas, dicionários, artigos e livros que acabariam por filiar seus autores quer à defesa da autonomia nacionalista, quer à defesa da norma lusitanizante para o PB.

1.1.2 A ciência como instrumento do projeto de unidade lingüística

É curioso constatar que, apesar do esforço para legitimar a fala brasileira, ao final do século XIX, a norma culta escrita no PB se apresentava muito mais próxima ao PE moderno do que se podia esperar para um momento de disputas ideológicas e de afirmação da nacionalidade, conforme aponta Pagotto (1998). As respostas a essa aparente contradição não se definem sem que atentemos para o projeto de nacionalidade delineado de forma *sui generis* por nossas elites: a nacionalidade seria construída pela ruptura com o passado colonial, mas não podia prescindir da legitimidade que a chamada cultura de civilização pudesse nos conferir.

Desta forma, a nossa identidade cultural estava decalcada à cultura européia, e é a face lingüística desse fato que se tornaria mais evidente naquele momento, porque se manifestava no texto de nossos principais escritores românticos. A questão seria definir se o Brasil poderia ou não se expressar artisticamente com uma “língua própria” e a resposta a esse conflito de identidade lingüística se encaminhou no sentido da constituição de uma norma culta modelada na forma do PE moderno. Tal resposta ecoava as aspirações de nossas elites, uma vez que reafirmava seu lugar privilegiado em face à maioria da população inculta, que passaria a perseguir o acesso à norma de prestígio como meio de inclusão.

Estava, assim, posto o contexto que serviria tanto à defesa do purismo como à acomodação das tensões em torno da variação observada entre as modalidades escrita e falada

do PB. A saída seria reconhecer a existência de uma norma culta escrita decalcada ao PE e, paralelamente, reconhecer as peculiaridades “toleráveis” da fala. O reconhecimento e a aceitação dessas normas foram definitivos para a construção das diferenças lingüísticas entre o PE e o PB e também contribuíram para que – diferentemente de Portugal – as normas das duas modalidades, no Brasil, fossem se distanciando pouco a pouco.

O discurso polêmico, agora apaziguado, deu então lugar ao científico, que contribuiu para justificar e legitimar as particularidades do português brasileiro. Segundo Pagotto (1998; 2001), o aporte teórico da Lingüística acabou por corroborar a defesa da norma purista fixada no final do século XIX e fundamentou cientificamente a argumentação em torno da unidade lingüística entre o PE e o PB, acomodando nossas diferenças. O autor sustenta sua tese com base na análise de texto escrito por Gladstone Chaves de Melo na década de 40 – publicado sob o título *Alencar e a ‘Língua Brasileira’*, em 1970 – no qual situa o marco inicial do uso do discurso científico como argumentação para a tese que negava a existência de uma língua brasileira.

Nesse ensaio, Melo se coloca como um cientista que assume ponderadamente a voz da verdade ao defender Alencar como um grande escritor e, portanto, uma legítima referência para a norma culta escrita no Brasil. O ensaísta recorre a Saussure para justificar as diferenças entre língua (sistema) e fala e situa esta última como o *locus* para a manifestação das idiossincrasias da cultura e do indivíduo. Para Melo, Alencar não poderia ter escrito em língua brasileira, uma vez que o sistema é o mesmo no Brasil e em Portugal. Nessa linha argumentativa, nossas reconhecidas diferenças lexicais e estruturais apenas refletiriam estilisticamente as peculiaridades nacionais tomadas como manifestação de fala, nos termos de Saussure. São palavras de Melo (1972: 36), em momento de defesa à argumentação de Alencar sobre seus “brasileirismos”:

[Alencar] pressentiu, um pouco confusamente que já se tinha estabelecido um estilo nacional, a que era necessário dar consagração literária, mas, desaparelhado de noções lingüísticas seguras, justifica mal sua intuição. Além disso, não tinha ele ainda um SAUSSURE, que veio a estabelecer a distinção definitiva entre *langue* e *parole*, a qual abre caminho para o conceito de estilo nacional.

Para Melo, é justamente esse caráter estilístico o que leva “muitos observadores superficiais ou doutrinadores improvisados em lingüistas a falar em língua brasileira” (Melo, 1972: 52). Sua posição de filólogo, portanto, legitimaria a defesa de Alencar, conferindo novos significados às suas “incorreções”, que passaram a ser assumidas como manifestações de um estilo brasileiro.

A fim de construir uma identidade científica para seu discurso, Melo argumenta que, embora bem intencionado, faltou a Alencar o conhecimento científico – que não poderia ter – das noções de Saussure sobre os conceitos de *langue* e *parole* quando o romancista saiu em defesa de seu estilo, no momento da polêmica anteriormente referida, conforme observamos na citação acima.

A preocupação de Melo é enfatizar que Alencar jamais atentou contra a unidade da língua e argumentar que, quando o romancista afirmou em sua defesa que colocava os clíticos onde mandassem os seus ouvidos, Alencar tinha razão científica, pois, de fato, ainda no dizer de Melo, o que diferiria o PE e o PB em termos de colocação pronominal seria a questão da eufonia e não das mudanças que já registravam especificidades dos dois sistemas. Para ele, só uma posição reacionária justificaria uma rigidez doutrinária acerca da colocação pronominal, embora logo em seguida lembre que: “Não se pense, porém, em liberdade absoluta de colocação do pronome átono. Há tendências respeitáveis, que a leitura de bons autores ensina” (Melo, 1972:103), pois

não se trata, é claro, de liberdade absoluta e caótica, não se trata de sinal verde para os ignorantes e solecistas profissionais, semi- analfabetos de pai e

mãe: trata-se, isto sim, de liberdade estilística, consagrada por dois mestres do tope de Said Ali e Sousa da Silveira. (idem:140)

Subjacente à defesa de Melo, o que se percebe é a construção de uma norma culta que atendia ao projeto da elite, conforme referido acima. Uma das conseqüências mais visíveis da tarefa de erigir essa identidade ambígua foi a forma como o discurso purista se revestiu de cunho científico e, naturalmente, pontificou com a flexibilidade permitida aos iniciados na Ciência Lingüística. Desta forma, a solução da polêmica em torno do estilo de Alencar prestou serviço à estratégia da condescendência, que previa regras mais severas para a norma escrita e permitia maior liberdade para a fala, atendendo esta às idiosincrasias da cultura e do espírito brasileiro.

O que se conclui é que a defesa da unidade lingüística na variedade Brasil/Portugal fica fortalecida, haja vista uma série de outros documentos que a confirmam. É de 1952 a *História da Língua Portuguesa* de Serafim da Silva Neto. Em 1965, Celso Cunha publica *Uma Política do Idioma* e, em 1968, publica *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. É de 1970 a primeira edição da *Gramática do Português Contemporâneo*, que Celso Cunha escreveu juntamente – talvez, não por acaso – com o português Lindley Cintra.

A partir do primeiro trabalho de descrição do português brasileiro cientificamente fundamentado – *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, de Joaquim Mattoso Câmara, publicado em 1953 –, novos quadros teóricos vêm sendo incorporados ao campo da lingüística e cada vez mais as diferenças estruturais entre o PE e o PB são objeto de investigação científica.

Atualmente, embora o peso da tradição normativa ainda seja determinante e constantemente reafirmado, conforme dissemos, as ponderações empiricamente

fundamentadas acerca da história social e das mudanças estruturais das línguas podem recolocar em outro plano as discussões sobre os conceitos de língua, normas e variação.

1.1.3 O discurso científico contemporâneo

A vertente discursiva que podemos chamar de rigorosa apresenta, em linhas gerais, trabalhos fundamentados no pressuposto de que os atos verbais constituem as diferentes normas, que são consequência de complexas relações sociais, semânticas, pragmáticas e sintáticas. Esses atos verbais – ou usos – formam a base de dados matematicamente quantificados com vistas a análises que nos permitem contrastar ocorrências e desenhar os contornos das diferentes gramáticas que co-ocorrem em um determinado sistema.

No Brasil, nas três últimas décadas do século passado, a produção científica tem gerado trabalhos que mapeiam com certa precisão as tendências gerais de mudança e oferecem explicações que, embora situadas em diferentes quadros teóricos, refletem a trajetória da variação em todos os níveis da gramática do PB.

Os primeiros estudos a refletirem sobre essa variação se organizaram em torno da constituição do Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta, desenvolvido em cinco capitais brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). Nele se reúnem 1.500 horas de registros magnetofônicos, que formam a base de dados a partir da qual se pretende documentar e descrever o português urbano culto do Brasil, em termos de realizações fonológicas, morfológicas, sintáticas e vocabulares.

Segundo Callou (1999), a execução desse projeto surgiu como proposta de extensão do Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Lingüística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica Y de la Península Ibérica pelo professor Néelson Rossi que, em 1968, ao elaborar o relatório para a Comissão de Lingüística Ibero-Americana do Programa Interamericano de Ensino de Idiomas (PILEI), observou pontos em comum entre questões

lingüísticas do espanhol das Américas e do português no Brasil. Desta forma, visando caracterizar a fala culta, média, habitual daqueles centros urbanos, adotaram-se critérios de pesquisa rigorosos, tais como foram estabelecidos para o projeto espanhol.

Ainda segundo Callou (1999), no Projeto NURC do Rio de Janeiro (www.lettras.ufrj.br/nurc-rj/projnurc.html), a equipe de trabalho subdividiu-se em três subprojetos²: fonética e fonologia, morfossintaxe e léxico. O primeiro tem como objetivo apresentar uma visão geral dos principais processos fonético-fonológicos da fala culta e toma como base teórica a sociolingüística quantitativa laboviana. Já se desenvolveram trabalhos nas seguintes áreas: análise acústica do vocalismo átono e tônico; harmonização vocálica; análise das consoantes l, r, s em posição de travamento de sílaba; ditongação e palatalização, conforme se pode verificar nos trabalhos de Callou, 1987: *Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*; Demasi, 1995: *O -l pós-vocálico na fala culta do Rio de Janeiro*; Callou, Moraes & Leite 1996: *O sistema vocálico do português do Brasil* ; Callou & Moraes, 1996: *A norma de pronúncia do /s/ e do /r/ pós-vocálico: distribuição por áreas regionais*; Orsini, 1995: *A acústica das vogais orais no dialeto carioca, a voz feminina*, entre outros.

No campo da morfossintaxe, com base nas propostas teóricas da Sociolingüística Variacionista e no Funcionalismo, muitos temas foram abordados em teses, artigos e dissertações. Entre os quais, citamos: a modalização discursiva; o sistema de tempos verbais; participios duplos; concordância verbal; advérbios em *-mente*; sistema de pronomes pessoais; uso de artigo antes de possessivos e de nomes próprios; alternância de *nós/a gente*; processos de indeterminação do sujeito; topicalização; sintaxe e prosódia; ordem; anteposição e posposição de adjetivos no sintagma nominal; fechamento de turnos; características do discurso indireto; processos de intensificação e, mais recentemente, uso variável de

² Arrolamos apenas alguns dos trabalhos realizados em cada um dos subprojetos, tendo em vista os limites e objetivos desta tese. Para uma lista mais completa, sugerimos a leitura de CALLOU, Dinah. "O Projeto Nurc no Brasil: da década de 70 à década de 90". In: **Lingüística**, São Paulo: Alfal, ano 11, 1999.

preposições; auxiliaridade verbal; sujeito e objeto nulos; orações subordinadas comparativas, entre outros. Alguns desses temas podem ser encontrados nos trabalhos de Monteiro, 1991: *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*; Lobo, 1992: *A colocação dos clíticos em português: duas sincronias em confronto*; Cunha, 1993: *Indeterminação pronominal do sujeito*; Lopes, 1993: *Nós por a gente no português falado culto*; Barbosa, 1993: *Participios duplos na fala culta carioca*; Rodrigues, 1994: *A função dos vocábulos em -mente na fala culta carioca*; Costa, 1995: *Estratégias argumentativas no texto NURC*; Duarte, 1995: *A perda do princípio 'evite pronome' no português brasileiro*.

No subprojeto acerca do léxico, indexaram-se substantivos, adjetivos e verbos e cerca de 500 mil unidades vocabulares já foram quantificadas na fala carioca culta, como se pode observar nos trabalhos de Oliveira, 1995: *Tendências e características do vocabulário da fala culta carioca* e de Marques, 1996: *O vocabulário da fala carioca*.

Ao final da década de 90, já passados mais de 20 anos da implantação do Projeto, muitos resultados de pesquisas apontavam para a necessidade de se confirmarem evidências apresentadas em tempo aparente num recorte diacrônico, ou seja, em tempo real. Nova amostra foi então constituída e foram também recontactados alguns daqueles informantes da amostra inicial a fim de viabilizar estudos do tipo Painel e Tendência, a partir dos quais podemos fazer afirmações mais consistentes sobre o quadro geral das mudanças no PB.

Concomitantemente à constituição do Projeto NURC, outra frente de pesquisa tomava corpo. Conforme relatam Oliveira e Silva & Scherre (1996), os trabalhos na linha da Sociolinguística Variacionista se iniciaram em 1979, com a formação de um grupo interuniversitário composto por orientandos e/ou orientados do professor Anthony Julius Naro, sediado no Departamento de Linguística e Filologia da Faculdade de Letras da UFRJ. As pesquisas desse grupo tinham como objetivo traçar o perfil da norma urbana não-culta do português falado no Brasil, enquanto, paralelamente, o Projeto NURC se ocupava da norma

urbana culta. Dois *corpora* principais constituíam o banco de dados do grupo: o *corpus* Mobral (proveniente de doação do Projeto Competências Básicas do Português, de 1977) e o *corpus* Censo.

Em 1980, o primeiro projeto desse grupo, financiado pelo FINEP e denominado Censo Variação Lingüística no Estado do Rio de Janeiro, organizou um banco de dados com 48 horas de fala de 48 falantes adultos estratificados por sexo, idade e escolaridade. Em 1981, sob financiamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, um outro projeto de pesquisa, intitulado Estruturas de Fala e Aquisição da Língua Padrão, buscou ampliar o *corpus* do Projeto Censo, visando analisar fenômenos variáveis que tivessem relação direta com o ensino de língua padrão no ensino básico. Para isso, foram gravadas mais 16 horas de fala de informantes na faixa de 7 a 14 anos. Em 1982, a FINEP financiou um terceiro projeto – Subsídios Sociolingüísticos do Projeto ‘Censo’ à Educação – agora coordenado pela professora Giselle Machline de Oliveira e Silva. Ainda sob fomento da FINEP, o Projeto Mecanismos Funcionais do Uso Lingüístico, o quarto do grupo Censo (que sofrera modificações com a saída de alguns participantes e com a entrada de novos pesquisadores), era implementado sob a coordenação do professor Sebastião Votre (Votre & Naro, 1989).

Contando agora com diferentes linhas de pesquisa (variacionista, funcionalista e conversacional) atuando harmonicamente, o grupo passa a se denominar PEUL – Programa de Estudos sobre o Uso da Língua – e continua atuando. Hoje assessora outros grupos de pesquisa pelo Brasil (como os grupos Dialetos Sociais Cearenses; Estudos do Bilingüismo e Variação Lingüística na Região Sul do País (VARSUL); A Língua Falada em Alagoas; Projeto de Vitória da Conquista) e seus trabalhos são divulgados internacionalmente (cf. Anais dos encontros do grupo NWAIVE – New Ways of Analysing Variation), podendo também ser consultados em várias publicações nacionais. No VARSUL, por exemplo,

focalizando a fala da Região Sul, foram investigados fenômenos variáveis no âmbito das concordâncias verbal e nominal, da ordem SVN em construções monoargumentais e do preenchimento do sujeito, numa perspectiva diacrônica. No Projeto O Português Falado no Ceará, foram observados fenômenos como a despalatalização e a iotização e o vocalismo pré-tônico na fala popular de Fortaleza.

Embora assumindo o risco de uma listagem parcial, é preciso lembrar alguns dos trabalhos desenvolvidos pelo PEUL³.

No campo da fonética e da fonologia, foram investigados os seguintes tópicos: a estabilidade da supressão de –d na seqüência –ndo (Mattos & Mollica, 1989); o reforço da palatalização do –s pós-vocálico (Scherre & Macedo, 1989); a queda de –r nos grupos consonantais (Mollica & Paiva, 1991); a implementação da queda do –r pós-vocálico, em especial nos infinitivos (Lima, 1992); a redução variável da preposição ‘para’ (Felgueiras, 1993); a prótese (avoar) e a aférese (assistir/sistir) de segmentos fônicos (Gonçalves, 1993); a tendência à supressão de semivogais em ditongos (Paiva, 1996).

No campo da morfossintaxe, os estudos sobre concordância definiram uma simetria entre os seguintes processos variáveis: a variação na concordância em verbos pessoais (Gryner, 1977); a variação do sujeito na escrita informal (Paredes da Silva, 1988); a concordância no sintagma nominal (Scherre, 1988; 1994 e Scherre & Naro, 1993; 1997); a concordância verbo e sujeito (Scherre & Naro, 1993; Naro & Scherre, 1996 e Scherre & Naro, 1993; 1997).

Os pronomes pessoais de 3ª pessoa em função acusativa foram abordados por Omena (1978). Também foram investigados os fenômenos de queísmo e dequeísmo (Mollica, 1989), a regência do verbo IR (Mollica, 1996) e a regência variável de verbos bitransitivos (Gomes, 1996). Foram observadas ainda as mudanças no uso pronominal, especialmente no

³ Mais detalhes em PAIVA & SCHERRE. “Retrospectiva sociolinguística: contribuições do PEUL”. D.E.L.T.A, v. 15, p. 201-232, 1999.

uso alternado de nós/ a gente (Omena, 1987) e de seu/dele (Silva, 1991). Também nesta área, agora assumindo uma perspectiva discursivo-funcional, foi pesquisada a variação tempo e modo no processo de conexão das orações condicionais (Gryner, 1990), a análise da ordenação das cláusulas causais (Paiva, 1992), das cláusulas temporais (Braga, 1995) e das orações reduzidas de gerúndio (Braga, 1996).

Uma outra frente de trabalho, focalizando a fala popular como base de dados (circunscrita à fala dos pescadores do Norte Fluminense), desenvolveu-se também na UFRJ. O intitulado Projeto APERJ – Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro – retomou alguns fenômenos já observados nas Amostras NURC e PEUL, dentre os quais podemos citar a realização variável da concordância nominal, em estudo de Brandão (1994); o uso de *nós* e *a gente*, em trabalho de Machado (1995) e o estudo da concordância verbal, em Vieira (1995).

Numa outra perspectiva teórica, mas ainda na busca de entender o funcionamento do sistema e a gramática do PB, Fernando Tarallo (1987) lançou as primeiras idéias que semeariam uma nova vertente dos estudos variacionistas, de fato implantada por ele na PUC de São Paulo e na UNICAMP, a partir da defesa de sua tese de doutorado sobre as estratégias de relativização. Nessa vertente, a associação com Kato, em meados da década de 80, consolidou aquelas primeiras propostas e alicerçou as bases teóricas do fecundo “casamento” entre a Teoria da Variação e alguns pressupostos gerativistas da Teoria de Princípios e Parâmetros, cujo “contrato” se encontra em Kato & Tarallo, 1986. São frutos desse casamento, entre outros, os trabalhos de Duarte (1986), sobre o clítico acusativo e o objeto nulo; de Andrade Berlinck (1989), focalizando a perda da ordem VS; de Nunes (1990), sobre o *se* indefinido ou apassivador; de Pagotto (1992), acerca da perda de clíticos de 3ª pessoa; de Cyrino (1994), sobre a diacronia do objeto nulo; de Ramos (1992), que trata da marcação de caso e a mudança sintática; de Duarte (1993), a respeito do sujeito nulo; de Ribeiro (1995),

sobre a diacronia da sintaxe da ordem; de Lopes Rossi (1996), sobre as interrogativas –Q; de Corrêa (1991; 1998), que focaliza o objeto nulo e a aprendizagem formal das orações relativas. Os resultados desses trabalhos revelam uma intrigante rede de relações entre fenômenos sintáticos, que se propagam em cadeia por diversos subsistemas. Deles concluiu-se, p. ex., que o enfraquecimento da concordância de pessoa no PB parece ter engatilhado a perda do sujeito nulo e a perda da inversão VS, bem como a perda dos clíticos -o e -se.

Em Duarte (2001; 2005), obtém-se uma visão orgânica de alguns dos resultados de investigações desse grupo. Tais resultados dão suporte à hipótese levantada por Kato (2005) de que a gramática do letrado brasileiro, em alguns aspectos, não corresponde à do letrado português, já que a escolarização conserva estruturas da gramática antiga (européia), mas não “corrige” algumas inovações incorporadas da fala brasileira inovadora. Desse modo, é possível que a escrita do letrado brasileiro registre, por exemplo, a variação entre o uso do clítico e do pronome reto em função acusativa.

Em 1990, agregando inclusive trabalhos do grupo da Sociolinguística Paramétrica, tinha início o Projeto de Gramática do Português Falado, organizado pelo linguista Ataliba de Castilho, do qual resultaram os dez volumes da *Gramática do português falado*, elaborados por pesquisadores como Margarida Basílio, Dino Pretti, Rodolfo Ilari, H. Urbano, M. Abaurre, Ângela Rodrigues, Mary Kato, Ingedore Koch, entre muitos outros.

Os resultados de tantos estudos fizeram surgir, naturalmente, outras inquietações, e algumas delas apontavam em direção ao passado. Deste modo, a fim de perscrutar aspectos sociais e estruturais do PB na perspectiva histórica, organizou-se o Programa Para a História da Língua Portuguesa (PROPHOR), capitaneado por Rosa Virgínia Mattos e Silva (Mattos e Silva, 1999), na UFBA. Ainda na Bahia, Lucchesi e Baxter (Lucchesi & Baxter, 1997) deram vida ao Projeto de Dialetos Crioulos em Comunidades Afro-brasileiras. Logo em seguida veio à luz o Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), cujos primeiros

resultados foram apresentados no I Seminário para a História do Português Brasileiro, realizado em abril de 1997, e estão publicados em Castilho, 1998.

Todos esses estudos levantaram perguntas importantes sobre as diferenças do PB em relação ao PE e às demais línguas românicas, e isso promoveu, também a partir da década de 90 do século passado, o estabelecimento de projetos de cooperação entre pesquisadores do Brasil e de Portugal, consubstanciados no PEPB (Português europeu português brasileiro: unidade e diversidade na virada do milênio) – coordenado por Mary Kato e João Peres – e no VARPORT (Análise Contrastiva de Variedades do Português) – coordenado por Sílvia Brandão e Maria Antónia Mota (cf. Brandão e Mota, 2003). Os resultados dos estudos realizados sob a égide dessa cooperação resultaram em encontros de trabalho em que se levam a cabo discussões, principalmente, em três áreas da sintaxe: as concordâncias, o sistema pronominal e a ordem dos constituintes na frase.

Do que foi exposto, importa sublinhar que, a partir desses estudos, a visão que se tem do PB hoje não pode mais se deixar influenciar nem por ímpetos impressionistas nem por argumentos aparentemente científicos, já que o conjunto dessas investigações revela com alguma segurança os limites e as confluências entre as duas variedades de português. Sabe-se que são surpreendentes as semelhanças qualitativas entre elas, e isso nos enseja também retomar e repensar uma outra vereda das discussões sobre as peculiaridades do PB: as nossas origens sociolingüísticas e o debate sobre a formação de um dialeto crioulo em terras brasileiras.

1.1.4 Sobre as origens do português brasileiro

Retomemos o foco de nossa discussão. Parece não haver dúvidas de que o reconhecimento da pluralidade lingüística existente no Brasil e a necessidade de mapear os

fatos que aproximam e distanciam o PB do PE promoveram o reachecimento dos debates acerca da história do PB, o que nos remete à questão das condições nas quais a língua portuguesa se desenvolveu neste país, a partir de sua implantação pelos colonizadores portugueses no séc. XVI.

Uma das explicações para as diferenças entre essas variedades remete ao fato historicamente inegável de que esse português transplantado serviu de instrumento de interação entre o colonizador branco e povos que aqui viviam ou que para cá foram trazidos – índios e africanos – , ambos falantes de línguas maternas diversas. Por outro ângulo, porque somos herdeiros de uma língua que remonta séculos de existência em Portugal, buscam-se explicações sobre os aspectos formadores de nossa diversidade também nos processos de transformações normais por que passa uma língua natural.

Sem dúvida, não se pode deixar de observar ainda que, perpassando qualquer debate sobre a nossa formação e nossas peculiaridades lingüísticas, devem estar em foco as diferenças particularmente advindas das especificidades de o Brasil ser um país: i) de imenso território, cujo povoamento foi heterogêneo e, inicialmente, de base rural; ii) de evidente diversidade cultural e iii) de importante estratificação social, com significativas conseqüências na escolarização dos indivíduos (Mattos e Silva, 2004 b). Logo, uma das possibilidades de resposta ao problema da variação em tela aponta para os estudos das histórias interna e externa da constituição do PB, subsumindo quatro correntes representativas principais.

A primeira vertente pode ser reduzida à proposta que fundamenta as origens do PB num processo histórico de criouliização/descruiouliização, tese defendida principalmente por Guy (1981; 1989). Uma segunda linha de análise refuta a possibilidade da formação de um crioulo no Brasil, tendo em vista a ampla funcionalidade das línguas gerais indígenas como meio de comunicação, como defendem Rodrigues (1994; 2000) e Naro & Scherre (1993;

2000). A terceira linha de argumentação reflete sobre a hipótese de ter ocorrido uma forte influência das línguas africanas, como analisa Mattos e Silva (2000), podendo ter ocorrido um processo de criouliização leve, no dizer de Lucchesi & Baxter (1997) ou de aquisição irregular do português como L2, como defende Lucchesi (1998; 1999). A quarta proposta é defendida principalmente por Naro & Scherre (1993) e Scherre & Naro (2001) e atribui à deriva secular das línguas indo-europeias (em particular, das línguas românicas) a forma do português não-padrão, que teria se acelerado e maximizado no Brasil devido ao contato com outras línguas.

Ao defender a origem crioula do PB, em 1989, Guy caracterizou as comunidades de fala brasileiras a partir da grande diversidade sociolingüística, marcada pelo uso de um dialeto não-padrão pela ampla maioria dos falantes. Segundo Guy, tais usos teriam similaridades com aqueles encontrados em comunidades constituídas a partir de processos históricos de escravização, cuja constituição lingüística se originaria na formação de pidgins e crioulos. Para esse autor, a história social do Brasil comparada à de outros povos que desenvolveram línguas crioulas, como os jamaicanos e os haitianos, independentemente de maiores investigações sobre sua história interna, poderia por si só advogar em favor de uma hipótese crioula nas origens do PB.

Os argumentos de Lucchesi & Baxter (1997) em favor de um processo de criouliização leve, caracterizada pela transmissão irregular da língua portuguesa entre os habitantes (majoritariamente negros) do Brasil colonial, estão ancorados em evidências de um processo de descriouliização. Para os autores, o fato de algumas estruturas do PB popular apresentarem indícios de reversão ao modelo europeu (por pressões sócio-históricas, sobretudo pela escolarização, pelo projeto de bem-falar e pela inclusão social) dá suporte à sua tese.

A perspectiva de Naro e Scherre está respaldada em Sapir (1971), para quem a linguagem se move pelo tempo e segue um rumo inferível pela observação das mudanças verificadas em seu passado histórico. Ao refletir sobre o uso hesitante dos pronomes

interrogativos whom/who pelos falantes cultos do inglês, Sapir observou que tal uso obedece a antigas tendências de mudança no sistema da língua, que seriam as três derivas fundamentais do inglês, a partir do indo-europeu: tendência a anular a distinção sujeito/objeto; fixação de ordem dos elementos da sentença e tendência ao uso predominante de formas invariáveis. Ainda no dizer de Sapir, cada traço característico dessa deriva secular se torna parte integrante da fala (variável) comum observada no presente, que prefigura possíveis tendências de mudanças futuras.

Sem dúvida, a História confirma que o Brasil foi a maior sociedade de escravos do Novo Mundo e, embora muito ainda deva ser investigado sobre o real papel das etnias e das línguas em contato no Brasil Colonial, hoje se reconhece que o papel das línguas africanas foi decisivo para o desenho do vernáculo brasileiro (Mattos e Silva, 2000; 2004a). Mas essa influência foi quase sempre encarada com cuidado, conforme se observa em Câmara Jr. (1972:21-22), quando ele afirma:

Parece que (...) cedo os escravos criaram um português crioulo. (...) **É bem possível que** (...) vários dialetos africanos tenham tido [sobre os dialetos populares do Brasil] efeitos fonológicos e gramaticais. (negrito acrescido)

Também se pode observar em Révah (1958), ao refletir sobre os resultados dos contatos lingüísticos no Brasil colonial e a evolução natural das línguas, no Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro, a defesa uma postura prudente em relação às "raras evoluções [fonéticas] que podem com razão ser atribuídas à influência dos aborígenes e negros uma vez que "a existência de evoluções análogas em outras regiões da România" são atestadas.

De fato, todo esse cuidado podia ser explicado pela falta de dados concretos sobre a história de nosso povo e de nossa língua, que começaram a aparecer a partir do registro de

inquéritos, ainda no início dos anos 60, quando estava em curso a etapa de coleta de dados para o projeto de constituição do Atlas Prévio dos Falares Baianos. Naquele momento, as descobertas de Ferreira, relatadas em trabalhos de 1984/1985, davam conta de traços remanescentes de um possível falar crioulo em uma região isolada no extremo sul da Bahia – Helvécia – originária de um antigo quilombo de escravos negros. Ali, a autora encontrou fatos lingüísticos que, àquela época, foram considerados típicos de estruturas crioulas, a saber: monotongação de /ãw/ em /õ/; substituição da vibrante múltipla intervocálica /R/ e suas variações pela vibrante simples /r/; ausência de artigo; falta de concordância nominal; quadro simplificado de flexões verbais etc. Os fatos coletados por Ferreira suscitaram uma série de reflexões a respeito das origens do português *não-standard* e influenciaram de tal forma os estudos em Crioulística que levaram Lucchesi, em 1984, a Helvécia para coletar novos dados e reavaliar a questão e defender a conformação histórica do Brasil como argumento forte para sua tese, já que, para ele,

As condições de trabalho escravo (...) desenvolveram situações típicas de pidginização e criouliização (...) Essa situação de contato lingüístico abrupto e radical (...) constitui o antecedente histórico do português brasileiro *substandard* atual. (Lucchesi, 1998:78)

Embora, em sua tese de doutoramento, Lucchesi tenha concluído pela ausência de evidências de uma língua crioula estável nas origens do vernáculo brasileiro, sua hipótese de um processo de criouliização leve foi mantida em razão das evidências de um processo de mudança lingüística em direção aos modelos do português *standard*. Para ele, o fato de haver estruturas percorrendo um caminho inverso das mudanças em geral, isto é, o fato de se encontrarem mudanças “para cima” (em direção ao português *standard*) reforçaria a hipótese de um processo de descriouliização, que evidentemente representaria o refluxo histórico de uma língua crioula.

É preciso, então, retomar aquelas monografias dialetológicas para destacar que Amadeu Amaral, prevendo o desaparecimento do falar caipira, parece atribuir ao contato entre brancos e escravos negros parte das explicações para essa diferenciação dialetal, pois também seria esse contato uma das causas da existência de traços caipiras no falar brasileiro. Ao cotejar o português caipira do Brasil com o europeu, Amaral não só apresenta aspectos divergentes provenientes de contatos como também aponta aqueles provenientes de um fenômeno arcaizante típico da língua culta. Focalizando o vocabulário caipira, ele diz: "Lendo-se certos documentos vernáculos [do Brasil] dos fins do séc. XVI (...), fica-se impressionado pelo ar de semelhança [com o português de Portugal]" (p.32). O autor lista ainda uma série de entradas lexicais advindas do contato português-tupi e limita a dados fonéticos a contribuição da língua dos negros à formação do PB.

Antenor Nascentes argumenta sobre a inadequação de se empregar o termo "dialeto" para o nosso português e chega a afirmar que a expressão "dialeto crioulo" carrega estigma, mas não nega que as alterações lingüísticas sofridas pela língua portuguesa no Brasil se devem ao contato com as línguas indígenas e africanas, ainda que situe essas alterações mais significativamente em nível de vocabulário.

Seguindo a mesma linha de análise filológica, Mário Marroquim, no entanto, assume um tom mais político e atribui "às tendências naturais de expansão" e ao "contato íntimo de dois grupos étnicos e glóticos estranhos" as causas das modificações por que passou o português transplantado para o Brasil.

Além disso, um pouco antes de Ferreira e pelo mesmo motivo, Callou, em 1960, conforme ela mesma registra em artigo de 1998, havia coletado dados em Mato Grosso, também na Bahia, numa comunidade predominantemente branca e com as mesmas características de isolamento. Com tal perfil, a hipótese era a de que lá se encontraria um português europeu "sem mistura", mas isso não se confirmou, já que não só foram

encontrados idênticos fenômenos gerais àqueles observados em Helvécia como também se registraram alguns aspectos que seriam mais específicos dos falares crioulos, como flutuação de gênero, dupla negação, apagamento de preposição, entre outros. Esse fato lançaria dúvidas sobre a hipótese de crioulição, uma vez que aqueles fenômenos lingüísticos ditos criouliçantes se encontravam em uma comunidade caracteristicamente oposta à de Helvécia.

Para uma melhor visualização do quadro das abordagens favoráveis ou contrárias à existência de um crioulo no Brasil, Mussa (1991), em sua dissertação de mestrado, apresenta um histórico das discussões em torno da questão, no qual fica evidente o conflito de posicionamentos entre os estudiosos do campo. Com base no conceito qualitativo de língua crioula, Mussa argumenta contra a possibilidade de, com vistas em propriedades puramente formais, decidir sobre a situação histórica de crioulição ou de deriva, sem que se caracterizem externamente os fenômenos de mudança. Naquele momento, ele argumentava que, enquanto não se apresentavam estudos mais conclusivos sobre a questão, o melhor seria falar em indícios de um português africano que assimilou, transformou ou rejeitou aspectos característicos do português europeu.

Um outro dado mencionado pelas pesquisas sobre a história da língua portuguesa no Brasil é o contato entre brancos e índios, que possibilitou a origem de uma língua geral (para alguns, um pidgin simplificado de origem tupi), serviu como instrumento de interação entre índios, brancos e africanos e perdurou até o século XVIII, quando o português passou, de fato, a ser a língua falada no Brasil (Rodrigues, 1994 e 1996; Naro & Scherre, 1993 e 2000). Essa língua geral, por sua funcionalidade, teria inibido a formação de uma língua crioula.

Embora esse argumento figure no debate, o foco das discussões recai sobre a influência dos falantes africanos que tiveram de desenvolver meios lingüísticos de comunicação com os brancos e mesmo entre si, uma vez que os escravos que aqui chegavam eram provenientes de diferentes comunidades lingüísticas africanas. Dentro desse quadro,

seria fácil desenhar as condições históricas para o desenvolvimento de um pidgin e, posteriormente, de um crioulo de base portuguesa entre os habitantes do Brasil-Colônia, bastando associá-la a outras realidades do continente americano historicamente analisadas. Some-se a isso a comprovada existência de comunidades afro-brasileiras isoladas, cujo dialeto poderia oferecer indícios de um processo de criouliização na constituição do PB, como é o caso de Helvécia, na Bahia. Mas como explicar o fato de tais indícios também terem sido encontrados em uma comunidade branca isolada, como era o caso de Mato Grosso?

O problema permanecia em discussão e, segundo Tarallo (1993), não era novo, pois em 1886, Francisco Adolpho Coelho havia mencionado a hipótese, com base nas evidências do PB popular, de uma criouliização apenas em nível lexical. Coelho, já àquela época, defendia a necessidade de estudos que apresentassem indícios mais afirmativos de que os contatos lingüísticos pudessem ter atingido a configuração da gramática do português.

Redirecionando então o debate, Tarallo (1993) defendeu que, se as discussões sobre uma possível origem crioula do PB fossem ainda relevantes, teriam de resgatar, necessariamente, as duas vertentes da história das línguas – a interna e a externa – o que ainda não tinha sido feito até aquela época justamente pela falta de evidências diretas para os fenômenos de ordem lingüística. Desta forma, Tarallo ressaltava que os critérios até então observados para a defesa de uma formação crioula seriam, isoladamente, insuficientes e isso o levava a categorizar o PB como um língua mista que

absurda, inesperada e estranhamente, compartilha propriedades com línguas não relacionadas, quer crioulas ou não, e que está se distanciando do *superestrato* original: o PE. (Tarallo, 1993:38)

Seu questionamento tinha como ponto central a pertinência de se manter a hipótese crioula na agenda dos estudos lingüísticos sobre o PB. Embora já tivesse estado convencido da importância de se estabelecerem parâmetros para a questão de nossas origens lingüísticas

quando, em 1983, comparou as construções relativas do PB a cláusulas com redundância pronominal em Tok Pisin, decorrida uma década de estudos, Tarallo se confessava instigado a recolocar a hipótese crioula num outro patamar. Para ele, mais importante seria delinear o quadro de mudanças sintáticas características do PB, cujas estruturas mais o distanciam do que o aproximam da língua matriz, e seria secundária a questão de ser crioula ou não a sua origem, embora tal quadro pudesse resultar numa evidência contrária à idéia de descrioulização alimentada por Guy.

Ainda segundo Tarallo, mudanças sintáticas não direcionadas, ou seja, não reversíveis à língua alvo original, serviriam como base de sustentação à hipótese de deriva natural como explicação para os fatos que separam as variedades européia e brasileira. Mudanças sintáticas direcionadas poderiam, estas sim, ter sido causadas por um processo de descrioulização, mas a ausência de dados mais concretos sobre a formação de uma língua crioula no Brasil Colonial deixava a questão em aberto.

Assim, ao fazer a distinção entre uma hipótese crioula típica não atestada no PB e a hipótese de crioulização/descrioulização ocorrida no PB, nos termos de Guy, Tarallo (1993) optou por oferecer resultados concretos que concluíam pela oposição entre os sistemas do PE e do PB. Seus estudos indicavam a impossibilidade de reversão do PB em direção ao PE, conforme a defesa de Guy. Ao retomar o quadro das grandes mudanças sintáticas encaixadas no sistema do PB, Tarallo definiu quatro aspectos fundamentais: a reorganização do sistema pronominal (com implementação de sujeitos preenchidos e objetos nulos na sentença); a mudança nas estratégias de relativização; a re-organização dos padrões sentenciais básicos (mudanças na ordem dos constituintes sentenciais) e a mudança nos padrões sentencias nas interrogativas diretas e indiretas. Todas essas estruturas sintáticas teriam sido introduzidas no sistema por volta do final do séc. XIX, teriam se acentuado no séc. XX e serviriam de parâmetro para o estabelecimento da emergência de uma gramática brasileira claramente

diferenciada da gramática portuguesa. Tarallo reconhecia, finalmente, que ainda deveriam ser investigados os fatos externos que avançaram ou retardaram a emergência dessa língua ou dialeto – que poderiam ter atuado a partir dos anos 1800 – e os efeitos discursivos dessas mudanças, sugerindo a necessidade de novas pesquisas multidisciplinares.

Em linhas gerais, consideramos que o ponto alto do debate entre crioulização prévia *versus* deriva secular pode ser definido a partir desse momento, quando se consolidaram as bases para que Naro & Scherre (1993) e Scherre & Naro (2001) pudessem defender a deriva natural como explicação para as características das variedades populares do PE. Para eles, as origens do português popular brasileiro se devem a uma “confluência de motivos” que abarcam forças originárias de três continentes, o que significa colocar em questão inclusive o papel da língua geral de base tupi, sistema de comunicação predominante até o século XVIII, e a possível influência da chamada “língua de preto”, arraigada em terras lusitanas desde o século XV (Naro & Scherre, 1993).

Reconhecendo a existência de um processo de aprendizagem imperfeita do português e do domínio inicial de uma língua geral pidginizante, os autores destacam, no entanto, o fato de haver semelhanças entre o “português de índio” e o “português de preto”, o que significa dizer que pode ter existido um pidgin de base portuguesa, que logo desapareceu em razão de outras línguas gerais de base não europeia poderem ter preenchido as necessidades comunicativas da população. Tais conclusões se ancoram na observação do comportamento lingüístico de uma outra comunidade fisicamente isolada, mas de franco contato com outras povoações – a comunidade de Cafundó –, cuja origem remonta aos dois últimos decênios do séc. XIX. A língua nativa dessa comunidade parece ser o português caipira, que em certas situações é substituído por uma língua mista de gramática portuguesa com léxico bantu, o que, segundo os autores, representaria uma das possibilidades lingüísticas verossímeis para o Brasil Colonial.

Retomando o tópico da perda dos mecanismos de concordância como ponto de partida para aqueles que, como Guy, defendem uma africanização do português, Naro & Scherre sustentam a possibilidade de o português já ter chegado aqui com o embrião de um sistema que tenderia à uniformização morfológica das formas irregulares menos salientes. Essa tese é ancorada nas evidências observadas na história das mudanças nas línguas românicas, na qual se encontra, por exemplo, o fenômeno de enfraquecimento e perda do –s final em certos contextos, antes observado na Romênia Ocidental e, mais recentemente, no Centro e no Norte de Portugal. A partir dessas observações, os autores concluem que o processo de queda do –s final no PB pode ter se iniciado no português dialetal da Europa, obedecendo a uma deriva pré-românica, que aqui teria se acelerado, dadas as condições de aprendizagem do português e dos diversificados contatos lingüísticos à época de nossa formação.

Hoje, Lucchesi, embora ainda entenda como relevante a discussão sobre um crioulo de base portuguesa no Brasil, já admite uma tese menos radical do que a tese do falar crioulo – a da “transmissão lingüística irregular” – e assume que o contato do português com línguas indígenas e africanas teria desempenhado papel decisivo na formação do português não-padrão, cuja interação com a variante padrão poderia, em parte, explicar as diferenças com o português europeu. Para Lucchesi, não se pode argumentar categoricamente contra a tese de uma origem crioula, como fez Tarallo, mas também não se pode defendê-la sem evidências mais conclusivas. Atualmente, o que ele defende é a indicação de um quadro de simplificação e de posterior reestruturação de aspectos estruturais típico de um processo de interinfluência entre as variantes do português brasileiro, que precisam ser melhor avaliadas, uma vez que somente o processo de evolução lingüística não é suficiente para explicar a conformação atual do português popular. Sua argumentação orienta-se no mesmo sentido que a de Mattos e Silva (2000; 2004a) ao defender a busca das explicações para os fatores divergentes do português brasileiro na própria sócio-história de nosso povo.

Para Parkvall & Álvarez López (2003), esse debate em torno de nossas origens lingüísticas precisaria ser recolocado a partir da concepção de língua crioula, para a qual dois parâmetros são intervenientes e necessários: o histórico e o estrutural. Do primeiro, ressaltam as condições sociais, políticas e econômicas as quais escoram o aparecimento de um pidgin que se desdobra em uma língua crioula, e, sem dúvida, as condições impostas pela colonização da América atestam esse parâmetro. O segundo, o parâmetro estrutural, fundamenta-se na possibilidade de à estrutura da primeira língua do indivíduo em contato agregarem-se características da língua dois, com traços evidentes da simplificação operada pela pidginização que deu origem a essa língua crioula. Nestes termos, ponderam os autores, se comparamos o PE falado culto⁴ com o PB vernáculo, poderíamos mesmo pensar que o PB teve uma origem crioula, mas as diferenças estruturais entre essas duas modalidades não podem ser consideradas, prototipicamente, marcas de crioulição, já que compreendem normas distintas e histórias diversas. Além disso, é preciso reavaliar os fenômenos tipificadores de dialetos crioulos, já que a redução em sistemas de gênero, por exemplo, é um fenômeno de ocorrência possível em qualquer língua, conforme ainda observam Parkvall & Álvarez López (2003).

Nesse sentido, como não há possibilidade de se resgatarmos dados reais do português brasileiro fundador, Naro & Scherre (2000 e 2001) foram buscar dados do português europeu não-padrão, cuja realização em muito se assemelha ao que se considera simplificação criouliçante. Eles levantaram aspectos dos seguintes fenômenos: i) concordância verbal e nominal variáveis: *eu ontem foi à Malhada; eu foi; eu pôde; só tem as raízes enterrado;* ii) uso do verbo *ter* indicando posse e existência: *aqui no nosso sítio tem muntos rapazes; tinha*

⁴ É importante acrescentar a essa argumentação de Parkvall & Álvarez López (2003) o fato de não termos uma literatura científica que dê notícias da norma culta real praticada pelos lusitanos. Em geral, comparam-se dados concretos da fala de brasileiros – registrados e descritos por pesquisas – com descrições de uma norma idealizada para o português lusitano.

muita casa velha; iii) supressão de preposição: *nunca me lembre fazenda*; *o Senhor Prior vem todos os interros*; entre outros.

A partir desses estudos, Parkvall & Álvarez López (2003: 114-115) argumentam que

enquanto a distância entre o PBV [Português Vernáculo Brasileiro], inclusive as variantes rurais que mais se afastam do padrão, e o português europeu padrão é constituída por um conjunto limitado de características, a distância entre o primeiro e um crioulo prototípico é considerável (...) e embora existam diferenças estruturais básicas entre essas duas modalidades de português, como vêm defendendo vários lingüistas brasileiros (...), as semelhanças são muitas.

Assim, diante do enfraquecimento da tese da criouliização e da ausência de provas lingüísticas mais contundentes, parece mais prudente defender que o que de fato pode ter ocorrido no Brasil foi uma certa mescla de fatores conjugados e reunidos num ambiente propício às realizações variáveis previstas no sistema, que aceleraram e maximizaram as possibilidades estruturais de forma a se tornarem aqui mais salientes do que em Portugal. Isso quer dizer que alguns fenômenos variáveis vieram de lá e aqui, no processo de nativização, no contato entre as línguas africanas indígenas e portuguesa, num ambiente de complexo quadro sociolingüístico como era o Brasil-Colônia, assumiram um caráter quantitativamente mais expressivo e deram ao PB sua feição peculiar.

Em suma, é evidente que os trabalhos realizados, sejam impressionísticos sejam de caráter científico, comprovam a complexidade acerca do tema *origens e transformações do português brasileiro*. Também está claro que o principal ponto de convergência entre os estudos que focalizam as origens de nossa língua é o que a define como uma realização plural e heterogênea porque apenas um fato empírico é inegável: existem semelhanças e diferenças quantitativas e qualitativas entre o português do Brasil e o português europeu. As questões postas aos lingüistas interessados nesse campo podem ser resumidas à busca por resposta a

uma questão de partida: qual é de fato a dimensão quantitativa e qualitativa dessas semelhanças e diferenças?

Mesmo que essa resposta possa constituir uma tarefa difícil, alguns fatos observáveis em dados concretos já podem nos ajudar a construí-la e é a ela que vamos nos dedicar neste trabalho. Desde já queremos destacar que esta investigação não pretende se inscrever no campo de estudos crioulísticos. Embora as discussões aqui desenvolvidas possam colaborar para a tese de que fenômenos variáveis se encontravam no sistema já à época do transplante lingüístico da gramática portuguesa para o Brasil, conforme defendem Naro & Scherre nos trabalhos já referidos, acreditamos que os aspectos típicos do vernáculo brasileiro devem ser explicáveis por evidências que não necessitam da reconstituição de dados aos quais não temos acesso, como é o caso dos dados de fala crioula no Brasil.

Concretamente, os resultados de pesquisas sugerem que alguns dos traços estruturais característicos do português popular brasileiro são também constitutivos da gramática do PE e, ante a evidente diferença quantitativa entre as ocorrências lá e cá, é preciso pôr em relevo as condições singulares pelas quais se deu o processo de implantação da língua portuguesa no Brasil e as subseqüentes transformações em consequência dos contatos por que passou.

Para sustentar esse ponto de vista, ainda se mostra relevante destacar e confrontar dados lingüísticos que sustentem nossa argumentação e, para isso, partiremos do que Peres & Mória (1995) chamaram de áreas críticas da Língua Portuguesa, assim denominadas por agruparem fenômenos de variação morfossintática nos quadros flexional, pronominal e de movimento de constituintes. No capítulo 2, a seguir, observaremos mais detalhadamente duas dessas “áreas críticas”.

2. RELATIVIZAÇÃO E CONCORDÂNCIA VERBAL VARIÁVEIS NO PORTUGUÊS EUROPEU E NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Para estabelecer bases que nos permitam compreender os fatores intervenientes nos usos não-padrão em construções relativas e na concordância verbo-sujeito no PE popular, é preciso rever alguns estudos já realizados sobre esses temas.

Neste capítulo, apresenta-se uma síntese de estudos fundadores e de trabalhos mais recentes que, realizados sob um enfoque variacionista, estabelecem as possíveis condicionantes lingüísticas e extralingüísticas para a aplicação de regras variáveis nesses dois fenômenos, no âmbito do português brasileiro.

Para fundamentar a discussão mais geral, tomo como ponto de partida para argumentação o trabalho de Peres & Mória (1995) sobre o português europeu escrito. A opção por este estudo se deve ao fato de ele ser o que mais se aproxima da linha teórica que enfoca fenômenos lingüísticos como manifestações de normas coexistentes, uma vez que em Portugal ainda não se consolidaram estudos em Sociolingüística Variacionista.

Especificamente para o fenômeno de concordância no português brasileiro, retomo principalmente os estudos de Scherre & Naro (1997) e Naro & Scherre (2003 b). Para focalizar as construções com frases relativas, sintetizo, sobretudo, resultados de pesquisa de Mollica (1977; 2003) e Tarallo (1983).

Desde já é preciso ressaltar que no Brasil a concordância verbal variável é um fenômeno cuja realização tem sido descrita em várias regiões. Neste trabalho, focalizemos especialmente as pesquisas concentradas no âmbito das comunidades de fala do Rio de Janeiro, conforme trataremos mais adiante, já que em termos gerais a variação na concordância verbal é condicionada pela atuação dos mesmos fatores lingüísticos nos diferentes dialetos brasileiros.

2.1 PERES & MÓIA E O PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO ESCRITO

No prefácio ao livro *Áreas críticas da língua portuguesa*, de 1995, Peres & Mória justificam e situam os aportes teóricos que servirão de parâmetro para a análise de fenômenos morfossintáticos distanciados da norma padrão escrita, coligidos em publicações contemporâneas da *media* portuguesa. Pressuposta à abordagem está a consideração de que as línguas não são objetos estáticos e uniformes, pois, no dizer dos autores, suas normas vão sendo moldadas pelas comunidades lingüísticas, que põem em prática novos usos indicativos ou não de mudança. Os autores defendem, em síntese, que há usos a partir dos quais se definem as mudanças nos sistemas lingüísticos e há usos imotivados que caracterizariam “o erro mais ou menos avulso e efêmero” (opus cit. p. 14).

Ainda segundo sua ótica, a relevância daquele tipo de trabalho destaca o papel do lingüista como descritor imparcial de fatos lingüísticos em circulação a fim de que se possam

distinguir os usos motivados e as construções “erradas”. Por esse motivo, a publicação é endereçada aos jornalistas, a quem caberia a prática da norma padrão como modelo para os demais escritores.

É preciso reconhecer a importância da sua detalhada descrição de alguns fatos do PE escrito contemporâneo, mas não podemos deixar de refletir sobre tais justificativas, que nos fazem pensar sobre o que Peres & Mória acreditam ser o uso majoritário do que chamam o “português de lei, dentro da norma que têm seguido os maiores cultores da língua” (idem, p. 14). Contraditoriamente, embora reafirmem a não-homogeneidade dos sistemas lingüísticos, eles prevêem como natural a ocorrência do “erro”, que seria “raro, destoante e inesperado” (ibidem, p.14), mas indicador da “existência de dificuldades por parte dos falantes” (ibidem, p.16). Por essa razão as áreas focalizadas são consideradas críticas e devem estar entre as atenções de lingüistas e docentes, porque é sua tarefa reencaminhar esses desvios para que se restabeleça “o bom uso da língua” (ibidem, p.15).

Não pretendemos discutir nem o mérito da proposta nem o posicionamento dos autores, mas não podemos deixar de dar destaque ao caráter conservador da abordagem, que, em última análise, contraria a própria idéia de língua, variação e normas socialmente válidas. Especialmente em termos de ensino, nosso posicionamento é veementemente contrário à concepção que opõe erro e acerto, em termos absolutos.

Acreditando na possibilidade de correção, no entanto, Peres & Mória investigam seis áreas que, por apresentarem uma razoável quantidade de usos não-padrão nos jornais, ora podem estar revelando movimentos de mudança no sistema ora podem constituir simples desvios da norma padrão, embora não pareçam muito claros os limites entre uma construção variável e uma construção errada.

As áreas em que se apresentam construções assim consideradas são: estruturas argumentais; construções passivas; construções de elevação; orações relativas; construções de

coordenação e concordâncias. Para cada uma dessas áreas, os autores retomam a teoria e a descrição das estruturas do tipo padrão e, em seguida, apresentam os dados não-padrão coligidos em jornais, sobre os quais fazem comentários e sugerem, nas palavras dos autores, “propostas de alternativa (ou de correção)”. Esse formato está de acordo com a perspectiva de que é preciso corrigir um erro gramatical.

Com efeito, das afirmações de Peres & Mória fica a impressão de que fatos sintáticos variáveis no PE escrito são tomados, em última análise, como falhas no controle de qualidade das revisões de jornais. No PB, entretanto, algumas daquelas áreas já foram objeto de estudo e constituem parte do perfil da variação sintática, sendo reconhecidas como marcas características de nosso sistema. Parece que lá, como aqui, há por vezes uma dificuldade em aceitar usos não-padrão como tais, posto que o mito da prática majoritária do que seria um “português de lei” ainda ecoa forte – mesmo entre lingüistas –, embora saibamos que essa aceitação é permeada pelo grau de estigma agregado às diferentes variantes, como ocorre em qualquer comunidade lingüística estratificada.

Passemos então a algumas abordagens acerca das estruturas de relativização e de concordância verbal que interessam ao presente trabalho.

2.1.1 As estruturas de relativização

Peres & Mória (1995:269) iniciam o capítulo referente às relativas oferecendo o conceito geral dessas orações e caracterizando-as pelo fato de terem como elemento inicial um **constituente relativo** – um pronome relativo sozinho ou acompanhado de outros elementos, como uma preposição, por exemplo – que está associado a uma expressão lexical ou a um elemento nulo da frase matriz, termo tradicionalmente nomeado como **antecedente**. Após conceituarem orações relativas de nome e de frase, apresenta-se detalhadamente a

distinção semântico-pragmática entre as subclasses de orações relativas de nome restritivas (com e sem antecedente expreso) e orações relativas de nome explicativas, da qual não nos ocuparemos por não interessarem à nossa discussão.

À altura da página 273, os autores introduzem a descrição da estrutura interna das orações relativas, focalizando o movimento de constituintes. As orações relativas restritivas com antecedente expreso são exemplificadas em:

(1) O livro que o Paulo escreveu foi um sucesso.

(2) A rapariga de quem te falei ontem arranhou um emprego na Covilhã.

A informação transmitida nesses enunciados é representada pelas seqüências:

(1') o livro o Paulo escreveu esse livro foi um sucesso

(2') a rapariga eu te falei ontem dessa rapariga arranhou um emprego na Covilhã,

em que se observam os constituintes *esse livro* e *dessa rapariga* semântica e sintaticamente associados aos constituintes relativos *que* e *de quem*, sendo o segundo um argumento preposicionado do verbo *falar*.

No dizer dos autores e em conformidade com sua perspectiva teórica, as estruturas (1') e (2') “não fazem parte da língua portuguesa” (p. 274), que só reconhece aquelas em que não há repetição de *livro* e de *rapariga* – conforme (1) e (2) – cujas estruturas podem ser representadas da seguinte forma (os antecedentes do pronome relativo aparecem sublinhados):

(3) [o livro [[que]_i; o Paulo escreveu [v]_i]] foi um sucesso

(4) [a rapariga [[de quem]_i; eu te falei [v]_i ontem]] arranhou um emprego na Covilhã

Peres & Mória afirmam que tais representações emergem de uma estrutura sintática em que os pronomes relativos sofreram movimento da sua posição de base – no primeiro caso, a posição do complemento direto do verbo *escrever*, e, no segundo caso, a posição de um complemento oblíquo do verbo *falar* – para posições à cabeça das frases relativas. Ainda nessa perspectiva, as posições de base são preenchidas por um elemento nulo, designado por **vestígio** (representado pelo símbolo [v]), que marca a posição do constituinte relativo na estrutura subjacente da frase. A esse movimento, chama-se **movimento relativo**, que ocorre em todas as estruturas relativas.

Reconhecendo outras possibilidades estruturais, os autores afirmam que, na “língua real”, há variantes desse movimento, conforme ilustram os exemplos (5) e (6). Em (5), ocorre o preenchimento da posição de base do constituinte relativo por um constituinte pronominal e a neutralização do pronome *que*. Em (6), segundo eles, como **resultado de uma possível assimilação de tendência há muito instalada no português do Brasil**⁵ (p. 277), ocorre simultaneamente a neutralização do pronome relativo e o esvaziamento da posição por ele ligada. Transcrevem-se os exemplos:

(5) (a) O general é o único político **que a sua candidatura é praticamente certa**

(b) A única zona da cidade **que o povo tem algum orgulho nela** é este jardim

(6) (a) ? a rapariga **que te falei ontem** arranhou um emprego na Covilhã

(a) ? Não são muitas as pessoas **que eu tenho verdadeiramente confiança**

Para as frases de (5), os autores, no entanto, ressaltam ser possível que:

⁵ A esse respeito, escrevem Mateus et alii (2003: 667): “Embora numa perspectiva purista ambas as estratégias sejam consideradas marginais, o certo é que a primeira (estratégia cortadora) faz actualmente parte do registo oral de **falantes altamente escolarizados, o que permite supor que estamos perante uma tendência de mudança, mesmo no português europeu.**” (grifo nosso)

se surpreendam alguns leitores por estarmos aqui a considerar [tais exemplos] como frases do português. Acontece, porém, que há que reconhecer que, na linguagem oral dos nossos dias, mesmo nos estratos mais escolarizados, elas atingem um grau de frequência muito elevado (...) (p. 276 – grifo nosso)

Como se vê nos exemplos de (6), o ponto de interrogação no início das frases marca, se não o caráter agramatical, pelo menos seu estatuto duvidoso em relação à aceitabilidade daqueles enunciados.

Seguindo à descrição das estruturas sem movimento, os autores tratam das diferentes funções sintáticas dos constituintes relativos e passam à análise das construções, iniciando-a por aquelas em que se verifica a supressão da preposição necessária. A discussão parte do seguinte exemplo:

(7) O prédio [em que o Paulo vive] está a ser reconstruído.

O predicador da frase relativa, o verbo *viver*, tem como um de seus argumentos um constituinte preposicionado (cf. o Paulo vive em Sintra). Assim,

A variante do português de que estamos a ocupar-nos, se o segundo argumento sofre um movimento relativo, a preposição também é deslocada, ficando a preceder o pronome relativo. Se, em vez disso, a preposição for abandonada na posição de base, a construção é completamente agramatical no português (...). (1995:288)

Neste caso, há duas outras possibilidades de construções relativas, conforme já teoricamente referidas, exemplificadas em:

(8) ? O prédio [que o Paulo vive nele] está a ser restaurado.

(9) ? O prédio [que o Paulo vive] está a ser restaurado.

Peres & Mória ainda explicam que:

(...) a variante de português que adoptamos não integra regularmente estas estruturas, mas é indubitável que a primeira é muito freqüente e generalizada no discurso oral e a segunda está progressivamente a ganhar terreno, possivelmente por influência do português do Brasil (...). É claro que a aceitabilidade da supressão da preposição varia com os predicados utilizados. Por exemplo, o verbo *gostar* parece ser um dos favoritos dos adeptos da construção. Faça o leitor a sua escolha entre as duas variantes:

? o autor português [que eu mais gosto] é o Aquilino ou

o autor português [de que eu mais gosto] é o Aquilino.

(idem: 289- grifo nosso)

Os grifos nas citações acima marcam uma contradição que não podemos deixar de observar, porque nos parece paradoxal a perspectiva que, ao mesmo tempo, abraça um fenômeno como alternativo e freqüente mesmo entre os indivíduos mais escolarizados (embora não tenhamos dados concretos sobre tal freqüência) e o aponta como possivelmente pouco aceitável ou mesmo agramatical na avaliação dos falantes. Conseqüentemente, uma questão se impõe como inevitável: em que grau se dá a rejeição de tais estruturas variantes e, ainda, qual seria de fato a norma culta na escrita e na fala dos lusitanos? É certo que Peres & Mória não se propuseram a fazer um trabalho sociolinguístico de cunho variacionista e a resposta a tal questão não caberia em seu estudo, mas ela nos instiga à pesquisa, especialmente quando o senso comum constrói a idéia de que é prerrogativa do português brasileiro ser pródigo em “erros gramaticais”.

Vejamos como os autores ilustram⁶ a questão do uso generalizado do pronome *que* e da supressão da preposição, tipificando as relativas cortadoras na língua escrita:

- (10) “Os temas **que** os portugueses **gostam** (neo-realismos, politiquices, maledicências, pornografias) não quadram nos fins *couchés* cor-de-rosa de uma euro-revista assim.”
(C229 *O Jornal Ilustrado*, 31/03/1989, p.35)

⁶ Os exemplos transcritos de Peres & Mória (1995) trazem o código de ocorrência e o sublinhado nas sugestões de correção. Os destaques em negrito nos exemplos dos jornais são nossos e visam orientar o leitor na percepção da estrutura de predicação em foco.

- (11) “Terminarei com uma questão que Rorty acharia irresponsável e **que** eu próprio mal vejo como **responder** (...)” (C233 *Jornal de Letras*, 16/05/1989, p. 16)
- (12) “Foram momentos embaraçosos **que** o próprio Noriega **acabou por pôr fim**, entregando-se às autoridades norte-americanas (...)” (C234 *Diário de Lisboa, A Mosca*, 05/01/1990, p.2)

Para essas frases, Peres & Mória sugerem as respectivas alternativas ou correções:

- (13) Os temas de que os portugueses gostam (neo-realismos, politiquices, maledicências, pornografias) não quadram nos finos *couchés* cor-de-rosa de uma euro-revista assim.
- (14) Terminarei com uma questão que Rorty acharia irresponsável e a que eu próprio mal vejo como responder .
- (1) Foram momentos embaraçosos a que o próprio Noriega acabou por pôr fim, entregando-se às autoridades norte-americanas.

A leitura dos exemplos suscita, torna a destacar, a inevitável questão de sabermos se aquelas estruturas variantes são, de fato, avaliadas por falantes portugueses cultos como duvidosas ou mal formadas, já que, no Brasil, uma frase relativa como a apresentada em (12), por exemplo, sequer seria alvo de “suspeita” por parte da maioria dos falantes de escolaridade completa.

Numa reflexão inicial, no entanto, parece-nos ainda que os exemplos de Peres e Mória podem ser uma clara evidência de que, se já se apresentam **na escrita culta** estratégias de relativização diferentes daquelas consideradas padrão, não mais podemos sustentar o discurso de que seu uso seja categórico, conforme defendem os argumentos preconceituosos em relação à fala e à escrita dos brasileiros. Por esse motivo defendemos a necessidade de serem observadas as condições estruturais que favorecem o uso de variantes não-padrão e com que frequência elas são empregadas no PE falado, conforme a proposta desta tese, já que é na fala

que inicialmente se manifestam com mais evidência as formas variantes. Retomaremos essa questão adiante.

2.1.2 A concordância verbal

No dizer de Peres & Mória, o sistema sintático da língua portuguesa define que a boa formação de uma frase deve observar, entre outras, regras de concordância que regulam a ligação entre constituintes de uma frase. Tais regras implicam, por exemplo, a marcação de gênero e número no interior de sintagmas nominais (concordância nominal) e a marcação de pessoa e número na forma verbal flexionada em concordância com seu sujeito (concordância verbal). Evidentemente, isso só pode ser verdadeiro para uma certa variedade de língua escrita, já que a modalidade oral da língua apresenta subsistemas em que outras regras atuam e definem a existência de formas variantes àquelas previstas pela regra geral extraída da escrita padrão.

Pensando então em termos de escrita, os autores afirmam que dois constituintes lingüísticos concordam quando há coincidência morfológica entre algumas propriedades desses itens. Em termos de concordância verbal, podemos ilustrar a aplicação da regra básica em (16) e a não-aplicação em (17), em exemplos extraídos de Peres & Mória (p. 451):

(2) Os **tigres estão** à beira da extinção.

(3) * Os **tigres está** à beira da extinção.

Ainda na perspectiva dos autores, a complexidade das construções de concordância justifica a sua inclusão entre as áreas críticas da língua portuguesa, porque “o grau de aceitação das variantes não é o mesmo em certas construções, já que as variantes em concorrência parecem não ter o mesmo grau de aceitação, conforme se vê na possível rejeição ao verbo no singular em “*O Paulo é uma das muitas pessoas que estiveram/esteve na festa*”.

Além disso, é crítica também porque “a língua sofreu profundas alterações nesta área, não permitindo que, ao contrário do que acontece em outras áreas, os exemplos de autores clássicos possam ser tomados como modelo” (p.450). Novamente, é preciso lembrar que a perspectiva de Peres & Mória parte da língua escrita das gramáticas normativas, para as quais casos variáveis como os do exemplo acima são exceções à regra ou formas irregulares.

Traçando um plano para operacionalizar a análise das estruturas, os autores agruparam os casos registrados em quatro seções, reunidas duas a duas (cf p. 451 e seguintes). Primeiramente, separaram os casos que não envolvem um pronome relativo na função de sujeito dos casos que envolvem, separação justificada devido às particularidades da concordância com pronomes relativos. Em seguida, dentro desses dois grandes grupos, isolaram dois outros contextos: o de “quantificação simples” – com um só operacionalizador de quantificação, como em **um** tigre, **alguns** tigres, **nenhum** tigre – e o de “quantificação complexa” – com mais de um operacionalizador de quantificação, como em **nenhum dos** tigres, **metade dos** tigres, **cada um dos** tigres, **parte dos dez** tigres⁷.

Do *corpus* organizado, Peres & Mória distinguem os seguintes contextos em que não se verifica concordância verbal, no grupo das estruturas que não envolvem concordância com pronome relativo⁸:

- 1) o sujeito ocorre em posição pós-verbal, como em:
 - (4) “Nem ao professor Salazar, que não teria grande simpatia por *boîtes* e discotecas (...), **passaria** pela cabeça **semelhantes prepotências**.” (c 443 *O INDEPENDENTE*, 24/08/1990, p. III-5)

2) quando ocorre um complemento ou modificador para o núcleo do SN, como se exemplifica em (19) e (20):

- (19) “É um dos maiores ladrões de carro da actualidade. Nos últimos seis meses **são** de sua autoria **o desaparecimento de duzentas viaturas**, uma das quais um carro-patrolha da polícia britânica.” (C 448 *Público*, 09/02/1992, p. 47)

⁷ Exemplos e destaques dos autores (p. 451).

⁸ Os destaques nos exemplos coletados pelos autores são nossos.

- (20) “**As declarações do ministro das finanças britânico pôs** termo a uma semana de especulações provocadas pela iminência do encontro de Roma e fazem depender claramente a adesão da libra [ao sistema monetário europeu] de uma baixa da inflação britânica.” (C 450 *Diário de Notícias*, 08/09/1990, p. 5)

3) quando ao lado do sujeito aparecem estruturas introduzidas por *com*, assim:

- (21) “**O noivo, com um punhado de amigos, decidiram**-se a resgatá-la.” (C 454 *O Jornal*, 31/10/1986, p. 7-R)
- (22) “**Chamberlain, com seu ar triste e pendurado, o seu tom vitoriano de “gentleman e o seu guarda-chuva, tornaram-se** símbolo inultrapassável do pacifismo saloio, sempre pronto a ceder com sorrisos e fórmulas atenuadas de educação às reivindicações de um adversário determinado e audaz.” (C 456 *Público*, 19/01/1991, p. 25)

4) em enunciados em que ocorre uma expressão intercalada entre sujeito e verbo, do tipo:

- (23) “**A suspeita de que o Estado – e em especial a magistratura – protegiam** os criminosos ou de que, no mínimo, permitiam que os criminosos se escapassem, provocava o povo a executar ele próprio assassinos e ladrões (...)” (C 458 *O Independente*, 09/08/1991, p. 4)
- (24) “Logo no início da Assembléia da República, os renovadores conseguiram meter uma la que corresponderia, como **o desenrolar do tempo e da situação política o vieram** a demonstrar, ao posicionamento do PRD na geografia partidária.” (C 449 *O Jornal*, 01/08/1986, p. 10)

5) em estruturas de sujeitos compostos, como em:

- (25) “Quanto à deformação administrativa dos ministros, também estou esclarecido: **é a tradição e o sistema** que a impõem.” (C 460 *Jornal de Letras*, 12/05/1986, p. 4)
- (26) “**Tanto o Alentejo dos agrários como o Alentejo vermelho está** a abater-se.” (C 463 *O Jornal*, 30/10/1987, p. 12)

6) em estruturas de sujeitos com substantivos coletivos, assim exemplificadas:

- (27) “**O casal** que vivia no apartamento à frente do de Jeff **consideravam-no** uma pessoa tímida e pacata.” (C 464 *Público*, 30/07/1991, p.23)
- (28) “**A dupla** de *Night Shift* e *Splash* **voltam** a escrever o argumento para Ron Howard.” (C 467 *Expresso*, 26/06/1993, p. 6)

7) em construções de foco, como em:

- (29) “**Foram** sobretudo de enlatados, açúcar, arroz, feijão, leite, batatas e bacalhau... **que** os consumidores portugueses se rechearam, a ponto de, em muitos sítios, serem os próprios comerciantes a fazer o racionamento das vendas.” (C 470 *Expresso*, 26/01/1991, p. 40-R)

Para os casos de sujeito com quantificação complexa, os autores definem as seguintes estruturas em que ocorrem desvios (cf. p. 470 e seguintes):

1) estruturas com quantificadores do tipo *uma parte de, a maioria de, um milhar de, um grupo*

de, um conjunto de. como as que figuram a seguir:

- (30) “**Grande parte das detenções** efectuadas pela polícia de Nova York **relacionam-se** com casos de droga.” (C 472 *Diário de Lisboa*, 06/11/1990, p. 12)
- (31) “**A maior parte dos professores** que lecionam na escola C+S de Tangil, Monção, **debatem-se** com a falta de alojamento e de transporte (...).” (C 473 *Correio da Manhã*, 29/09/1989, p. 3)

Nesses casos, no dizer dos autores, o problema gerado por tais estruturas é a concordância não ser efetuada por razões sintáticas, ou seja, efetuada com o núcleo nominal das expressões, mas efetivar-se com o núcleo nominal mais encaixado. Em (30) e (31), por exemplo, esses núcleos são “detenções” e “professores”.

Reconhecendo a aceitabilidade desse tipo de concordância, Peres & Mória justificam sua inclusão nas áreas críticas porque lhes interessava chamar a atenção para a hesitação que a

opção por uma das duas regras de concordância (a sintática ou a com o núcleo nominal) provoca nos falantes.

2) outros casos:

Sob esta rubrica reúnem-se estruturas de sujeitos com dois operadores de quantificação e apenas um elemento do tipo nominal morfologicamente realizado. Tais estruturas enquadram-se em três subtipos, que relacionamos a seguir:

A. subtipo em que se encontram expressões como *nenhum dos* + *nome plural* ou em que a expressão nominal tem a função de predicativo do sujeito e tanto ela quanto o sujeito figuram no singular, como estão respectivamente exemplificados em (32) e (33):

(32) “Mas o pior é que, mesmo que **nenhuma destas desgraças aconteçam**, há certas coisas de que muitos já não se livram (...).” (C 495 *Expresso*, 26/01/1991, p. 40-R)

(33) “**A Marazul Airlines**, de Aruca, com sede em Miami, **são uma das 87 companhias** actualmente autorizadas a negociar com Cuba ao abrigo de uma licença especial do Governo dos Estados Unidos (...).” (C 498 *Público*, 27/07/1993, p. 2)

B. subtipo em que ocorrem expressões de proporção semelhantes a *n em cada m* + *nome plural*, onde *n* e *m* representam numerais cardinais (no singular ou no plural), assim:

(34) “Durante esta década, **uma em cada dez portuguesas vão ter** cancro de mama. Para as que forem mastectomizadas, o implante será a única forma de terem o peito refeito.” (C 500 *Expresso*, 01/02/1992, p. 3-R)

(35) “**Seis em cada mil portugueses sofre** de epilepsia.” (C 501 *Público*, 03/01/1992 p. 19 – título)
Para os autores, em (34), o uso de uma forma verbal no plural é siléptico, já que o

sujeito, embora morfologicamente no singular, remete a um número plural de entidades. Em

(35), no entanto, como o núcleo é um numeral plural, o verbo deveria figurar no plural.

C. subtipo em que ocorre a combinação de formas verbais no singular com expressões do tipo *n por cento de + nome plural*, sendo *n* um numeral plural, como demonstrado em:

- (36) “Só **52 por cento dos europeus sabe** que a Terra dá uma volta em torno do Sol em cada ano.” (C 502 *Expresso*, 08/12/1990, p. 61-R)
- (37) “Pelas suas contas, apenas 15 por cento dos clubes [de vídeo] possuem um bom nível, enquanto **30 por cento é** apenas aceitável.” (C 507 *Diário de Notícias*, 26/12/1990, p. 12)⁹
- (38) “**Só 31 por cento dos britânicos é** contra o federalismo.” (C 503 *PÚBLICO*, 27/06/1991, p. 16)

Os autores observam que, no caso das estruturas arroladas no subtipo C, a quantidade de frases encontradas nos jornais indicia que “estamos perante um processo de concordância – ou melhor, de ‘discordância’ – que muitos falantes sancionam”, parecendo-lhes, no entanto, “que a construção ‘**dez por cento das empresas faliram**’ [com verbo no plural] é ainda a preferida.” (p. 484). Peres & Mória também destacam um aspecto curioso nesse tipo de expressão: ela também pode ser usada para referir uma parte de uma única entidade e, nesse caso, levar o verbo ao singular, como em “cinquenta por cento do parque ardeu”, sendo de aceitação duvidosa a construção “cinquenta por cento do parque arderam”.

Na última seção, os autores agrupam ainda os casos de ausência de concordância entre o verbo e um pronome relativo sujeito. Novamente foram divididas as subseções referentes à quantificação simples e à quantificação complexa.

Isolando o caso do pronome QUE, a regra geral do português preconiza a concordância entre o pronome relativo e o verbo, que é sensível às variações de gênero e número em conformidade com o antecedente do relativo (cf. *os livros que são publicados; as*

⁹ Note-se que a variação é clara neste exemplo, já que o escritor fez a concordância preconizada pela tradição gramatical em “15 por cento dos clubes possuem”, mas não o fez na estrutura em destaque. Nossa questão é observar se não haveria uma relação entre esse fato e o verbo SER, como veremos mais adiante.

revistas que são publicadas; o rapaz que cumprimentou a Ana; os rapazes que cumprimentaram a Ana).

No exemplo (39) e (40), a seguir, os autores registram um desvio à regra geral, observando a ausência de concordância com os antecedentes que aparecem sublinhados:

- (39) “Cerca das 22h00 tudo estava em aberto. (...) Considerando os largos que a cada um **tinha** cabido – o do Seminário ao OS e o do Liceu ao PSD -, o maior risco era dos sociais-democratas. Pela frente viam um enorme espaço, pelo menos cinco vezes maior que o dos socialistas.” (C 510 *Público*, 27/09/1991, p. 48)
- (40) “As diarreias atingem uma grande frequência no Verão, mas sem a gravidade que as **tornavam** numa das primeiras causas de mortalidade infantil há dez anos, em Portugal (...).” (C 511, *Europeu*, 15/12/1988, p.8)¹⁰

Tomando os casos em que os relativos são QUEM ou O QUE, Peres & Mória (p. 491) observam a propriedade de figurarem em construções de foco e de apresentarem traços gramaticais de terceira pessoa singular e gênero masculino (cf. *quem mais gostou da viagem foram as crianças; o que foi restaurado foram as muralhas*). Os exemplos a seguir ilustram o desvio a essa regra:

- (41) “De facto, são de novo **as classes médias quem** – quase se diria sadicamente – **são obrigadas** a sofrer.” (C 514 *Semanário*, 23/03/1989, apud *O Independente*, 31/03/1989, p. 10)
- (42) “**O que estão definidas**, já desde há três anos, são as metas de evolução da receita fiscal (...).” (C 519 *O Expresso*, 04/02/1989, p. 2)

Para os casos acima, os autores sugerem que se reescrevam as formas verbais, respectivamente, para “é obrigado” e “está definido”. No primeiro caso, a correção nos parece bastante estranha ao uso habitual, embora não a tenhamos submetido a nenhum teste de aceitabilidade.

¹⁰ Em (39) e (40), a anteposição do objeto indireto e do objeto direto ao verbo, respectivamente, pode explicar o “desvio”, já que a posposição aos complementos faz o verbo assumir o número deles. Esse tipo de ocorrência é muito comum no português brasileiro.

Finalmente, apresentam-se os casos de quantificação complexa dentro do grupo de concordância verbal com pronomes relativos, em frases do tipo um dos advogados que estavam na sala saiu, para a qual se apresenta uma forma variante com o verbo no singular: um dos advogados que estava na sala saiu. Para os autores, embora a forma singular do verbo tenha aceitação generalizada e até figure em algumas gramáticas e no texto dos melhores escritores, ela deve ser considerada sintaticamente anormal e semanticamente ilógica, o que desaconselha seu uso (p. 495-496)¹¹. Do ponto de vista do significado, argumentam Peres & Mória, o que se quer dizer é que “entre um dado conjunto de advogados, houve um que saiu” e esse conjunto é designado pela expressão *advogados que estavam na sala* a que se junta o quantificador – neste caso, o artigo definido *os*. Ao se fazer concordância no singular, o conjunto de advogados passa a ser representado pela “expressão de sintaxe anômala *advogados que estava na sala*”, em que se faz a concordância não com o relativo ou seu antecedente, mas com o quantificador *um*, elemento exterior ao sintagma nominal que apresenta a construção relativa: [_{SN} um de [_{SN} os advogados que estavam na sala]].

Alguns dos 23 exemplos da variante a ser evitada (com o verbo no singular), na perspectiva dos autores, são os seguintes:

- (43) “BOTELHO MONIZ foi um dos homens que **tentou** derrubar Salazar” (C 492 *Diário Popular*, 13/04/1989, p. 30)
- (44) “Uma das características que **diferencia** o habitante de Minde encontra-se no modo de se exprimirem entre eles (...)” (C 495 *Diário Popular*, 12/12/1986, p. 18)
- (45) “O Congresso dos Deputados do Povo é, formalmente, o órgão mais poderoso do sistema constitucional soviético, e também uma das instituições que mais polémica **provoca**.” (C 501 *Público*, 02/09/1991, p. 13)
- (46) “Pasmou e não mostrou, como bom diplomata que é (fizeram furor as flores que aguardavam cada uma das senhoras que **compareceu** ao jantar).” (C 507 *O Jornal*, 15/02/1985, p. 25)

¹¹ Note-se que é inevitável indagar se, de fato, podemos considerar “desvio” uma estrutura de aceitação generalizada e “abonada pelos melhores escritores”. Apenas uma preocupação purista poderia justificar tal posicionamento.

- (47) “Filipe não deixa a ambição por mãos alheias. É daqueles que **abre** as portas ao escritório e apaga a luz quando sai.” (C 513 *O Independente*, 02/08/1991, p. III-19)

Novamente, a questão que se impõe é verificar se tais variantes são fruto de uma possível falha no controle de qualidade, digamos assim, para a produção da mídia escrita, ou se são fruto, como preferimos supor, de um dado inerente às línguas naturais: a variação condicionada por fatores estruturais e sociais. O fato de os jornais apresentarem a evidência da variação, tal como se vê na imprensa brasileira, corrobora essa premissa, que se revela verdadeira também no português europeu (pelo menos na fala popular), conforme veremos adiante.

2.2 RELATIVIZAÇÃO E CONCORDÂNCIA VERBAL VARIÁVEIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Descrevemos anteriormente o trabalho de Peres & Mória, destacando alguns casos e exemplos de relativização e de concordância variável no PE escrito. Vejamos a seguir como esses mesmos fenômenos sintáticos foram observados e analisados no PB.

2.2.1 A variação nas estruturas de relativização no PB

Nesta subseção, pretendemos discutir o fato de que a construção de orações relativas, bem como o estatuto do relativizador, é objeto de descrições que põem em xeque a norma preconizada pela tradição gramatical. Enquanto a escola considera idealmente a atuação das regras de movimento consideradas para o português *standard*, em que as frases *as pessoas chegaram/ eu falei das pessoas* só podem gerar *as pessoas de quem eu falei chegaram* (na

qual o constituinte “das pessoas” é movido e substituído por “de quem” na estrutura encaixada), os trabalhos aqui resenhados mostram que, no PB falado, as frases relativas não se constroem pelas mesmas regras, conforme veremos adiante. As mesmas frases podem gerar estruturas variantes do tipo *as pessoas que eu falei chegaram* ou *as pessoas que eu falei delas chegaram*, cuja sistematicidade de uso foi depreendida a partir de dados da língua real.

Abordando teoricamente a variabilidade nas estruturas de relativização, Lemle (1978), em artigo que discute a norma, a variação e o ensino de português, defendia a pesquisa como matriz de referência para informar a prática pedagógica. No tópico dedicado à morfossintaxe, a autora aponta as principais estratégias não-padrão (a relativização cortadora¹² e a relativização copiadora).

Assim como mostra o trabalho de Mollica (1977), de que trataremos mais adiante, para Lemle, a ocorrência da estratégia copiadora teria como motivação uma plausível hipótese funcionalista: a necessidade de desfazer a ambigüidade de certas frases relativas do tipo padrão, como em (p. 84-85):

(48) (a) João perdeu a bola que furou.

(a) Estou procurando a toalha que ele disse que secou.

A ambigüidade das sentenças em (48) se deve à existência de duas posições possíveis candidatas à co-referência estabelecida pelo processo de relativização, situação neutralizada pela estratégia de preenchimento da posição nominal de item lexical idêntico ao antecedente, conforme os exemplos de (49):

(49) (a) João perdeu a bola que ela furou/ que ele furou ela.

(a) Estou procurando a toalha que ele disse que ela secou/ que secou ela.

¹² Lemle usa a expressão para as relativas em que se apaga a preposição exigida pelo verbo da subordinada.

Para as construções cortadoras, embora para Lemle fosse razoável supor que representassem uma tentativa de imitação mal sucedida de estruturas do tipo padrão por parte de certo grupo de falantes. As explicações oferecidas por pesquisas posteriores depreenderam uma sistemática de usos social e lingüisticamente condicionados, conforme veremos.

Embora haja menção ao uso (quase sempre tipificado como coloquialismo) de orações relativas não preconizadas pelas gramáticas tradicionais, conforme vimos em Nascentes (1953), por exemplo, o primeiro estudo variacionista sobre o uso sistemático de orações relativas não padrão constitui a dissertação de Mollica (1977), que certamente estava em andamento quando Lemle fez seu apelo à pesquisa.

Mollica, na década de 70, investigando um *corpus* constituído da fala de informantes pertencentes ao Curso Mobral, tomou como unidade de análise o uso variável da anáfora pronominal do SN antecedente, a que se tem referido atualmente como uso do pronome cópia ou relativa copiadora. Isto é, a pesquisadora tinha por objetivo descrever contextos lingüísticos favoráveis ao uso ou não de um pronome cópia na posição [v] da frase relativa do tipo padrão, como descrito na literatura sobre relativas em geral, e, particularmente, em Peres & Mória (1995).

Tomando o apagamento do pronome cópia (elemento anafórico do relativizador) como regra de aplicação, a autora controlou três fatores semânticos (animacidade do antecedente, sua especificidade e a idéia de coletivo) e um fator de processamento (distância entre SN antecedente e o relativizador: ϕ ou 1) em orações agrupadas de acordo com as funções do relativizador – sujeito, complementos não-preposicionados e complementos preposicionados – respectivamente exemplificadas pelos dados transcritos da dissertação de Mollica (p. 36), para os quais acrescentamos o constituinte relativizado entre parênteses :

(50) (a) Quero um home que tenha muita coisa.

(um homem tenha muita coisa)

- (b) Todo o negócio que a pessoa pode fazê é bom.
(a pessoa puder fazer o negócio)
- (b) Tinha que sê um momento que ele visse aquilo.
(visse aquilo em um momento)

Para iniciar a discussão, a autora defende que, no português, sentenças como as reunidas em (51), logo abaixo, ainda que tenham o mesmo valor de verdade, representam significados sociais diferentes e marcam a variação numa dada comunidade de fala (1977:3), em que (a) apresenta uma forma considerada padrão, ao passo que (b) e (c) registram formas variantes não-padrão:

- (51) (a) A moça com quem eu falei.
- (b) A moça que eu falei com ela.
- (c) A moça que eu falei.

Para efeito de testagem, Mollica reduziu essa variável ternária – respectivamente, variante padrão, variante com anáfora pronominal (copiadora) e variante com apagamento (cortadora)¹³ – a uma variável binária: a transformação relativa com cópia, cf. (51 b), e a transformação relativa com apagamento, reunindo estruturas como as de (51 a) e (51 c).

Além disso, a autora desenha o quadro das variantes de orações relativas, em que se apresentam estruturas binárias - como as de (52) e (53) – e estruturas ternárias, como se vê em (54). Este é o quadro (cf. pp. 27 e 28):

1. variantes de sujeito:

- (52) (a) O menino que estuda aprende (sem anáfora)
- (b) O menino que ele estuda aprende (com anáfora)

¹³ Observe-se que, diferentemente de Tarallo, em Mollica, a expressão “cortadoras” define as relativas em que ocorre apagamento da cópia, assumindo que há uma única regra de formação desse tipo de frase, isto é, toda relativa é gerada por estrutura de cópia.

2. variantes de objeto não-preposicionado:

- (53) (a) O livro que eu comprei é bom (sem anáfora)
(b) O livro que eu comprei ele é bom (com anáfora)

3. variantes de objeto preposicionado¹⁴:

- (54) (a) Os filmes de que gostamos são muitos (sem anáfora)
(b) Os filmes que gostamos deles são muitos (com anáfora)
(c) Os filmes que gostamos são muitos (sem anáfora)

Do ponto de vista teórico e observando as sentenças em sua forma superficial, defende que, embora existam três diferentes estruturas de orações relativas (padrão, copiadora e cortadora), há uma única regra para sua formação: a regra de **apagamento da cópia**. Assim, por apresentarem *output* fonético semelhante, justifica-se o agrupamento de construções do tipo padrão com construções cortadoras não-padrão. Mollica postula ainda que a opção do falante pela estratégia copiadora pode ser definida como a opção pela manutenção da transparência da estrutura relativizada, que teria, na forma superficial da relativa padrão, o constituinte anafórico apagado e, portanto, menor grau de transparência sintática e referencial. Tarallo (1983:21), conforme detalharemos mais adiante, discorda desse ponto de vista, por considerar que pronomes-cópia (resumptivos) não fazem parte de estruturas padrão da língua e, portanto, a existência de uma única regra para formação de relativas poderia ser questionada.

De acordo com os resultados obtidos, Mollica pôde estabelecer uma hierarquia entre os fatores condicionantes à aplicação da regra (apagamento da cópia) e observou que o fator mais forte é a distância entre o referente e o relativizador, já que é o único que favorece à

¹⁴ A autora reúne neste item todos os complementos oblíquos.

aplicação da regra independentemente da atuação de qualquer outro fator. Em ocorrências de distância ϕ – conforme exemplo (55 a), logo abaixo – há mais probabilidades de aplicação da regra do que em ocorrências com algum distanciamento entre o antecedente e a relativa – como vemos em (55 b), o que pode ser explicado por princípios de processamento lingüístico – sobretudo pela necessidade de clareza comunicativa. Ou seja, a cópia cumpre o papel ou de desfazer uma possível ambigüidade ou de recuperar um antecedente distanciado na cadeia da fala, conforme mostram os exemplos a seguir, transcritos da página 42, com os grifos da autora.

(55) (a) Essa moça tem uma filha que tem estudo e não liga. (ϕ)

(b) Tenho uma amiga – uma madame, né – que ela é muito amiga minha. (1)

Quanto à animacidade, confirmou-se a expectativa de comportamento semelhante para os casos mais gerais de pronominalização de SNs na língua portuguesa: um SN [humano] tende a ser retomado por um pronome (Pedro cresceu/ Ele cresceu), mas essa estratégia é menos aceitável pelos falantes se o SN apresentar o traço [não-humano] (O bolo cresceu/ Ele cresceu). Do mesmo modo, também nas relativas, o traço [não-humano] favorece a aplicação da regra, em oposição ao traço [humano], conforme vemos nos exemplos de (56), também extraídos da p. 42:

(56) (a) Tem uma casa do outro lado, né, que vende toalha. [não-humano]

(b) Só conheço uma mulher dele que ela morô com ele. [humano]

Para o fator especificidade, a autora registra que o antecedente com valor [+ específico] favorece o apagamento da cópia, ao contrário do traço [- específico], em que o pronome cumpre o papel de referencializar o antecedente, como se vê no par de frases de (57):

- (57) (a) Saiu agora procurando um vestido pro casamento da filha que vai casá.
[+ especificado]
- (b) Eu tenho uma colega que ela é doidinha por lá. [- especificado]

Com relação ao fator noção de coletivo, Mollica concluiu que também há mais probabilidade de apagamento da cópia quando o antecedente apresenta o traço [idéia de coletivo] do que quando apresenta o traço [idéia de unidade], também por necessidade de referencialização, assim:

- (58) (a) Tem uma porção de gente aqui que eles sabe muito mais lê do que eu.
[idéia de coletivo]
- (b) Aconteceu qualqué coisa com um conhecido meu, assim que eu conheço.
[idéia de unidade]

Foram interessantes os resultados observados para o fator função sintática. Em sintagmas sujeito e objeto não-preposicionado, os traços [- humano], [+ específico], [+coletivo] e [distância ϕ] condicionam a aplicação da regra, que girou em torno de 90% dos casos. Quanto aos sintagmas de objeto preposicionado, registrou-se uma queda no percentual de ocorrências, que foi de 60%, demonstrando haver variação mais acentuada nessa posição sintática, mas se mantiveram atuantes os mesmos fatores definidos como favoráveis à aplicação da regra para as duas outras funções. Também ficou evidente a predominância de relativização nas estruturas de sujeito, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela I - Variantes com anáfora e sem anáfora de acordo com as funções sintáticas, na fala de indivíduos não-escolarizados

Função sintática	Tipo de estratégia		
	sem anáfora	com anáfora	totais
Sujeito	758 (95,3%)	37 (4,7%)	795
Objeto direto	383 (92,1%)	33 (8,9%)	416

Oblíquos	54 (61,4%)	34 (38,6%)	88
----------	------------	------------	----

(Adaptada de Mollica ,1977:65)

Das 1299 cláusulas relativas utilizadas na pesquisa, 1195 (92%) apresentavam a aplicação da regra de apagamento. No entanto, devido à opção metodológica de reunir padrão e cortadora, Mollica não registra percentuais para as relativas reunidas sob a etiqueta “cortadoras” (padrão e não-padrão) e, desta forma, não sabemos, por exemplo, se os mobralsenses pesquisados produziam relativas padrão ou como se apresentavam as relativas com sintagmas preposicionados, aspectos que ainda precisavam ser explorados. Os 61,4% de estruturas sem anáfora com oblíquos sem dúvida devem ser cortadoras.

Em 1983, através de um estudo com base na fala de indivíduos agrupados em diferentes níveis de escolaridade, inspirado no trabalho de Mollica para a fala de indivíduos não escolarizados, tínhamos um quadro mais abrangente, que mostraria a recorrência do fenômeno no PB e também relacionaria a inserção das relativas não-padrão no sistema a dois fenômenos mais gerais na língua – a perda de movimento de constituintes e a mudança no sistema pronominal. Em sua tese de doutorado, Tarallo (1983) deu prosseguimento à investigação do tema abordado por Mollica e ampliou o campo de investigação, observando e analisando as três estratégias de relativização.

Tarallo postulou duas hipóteses fundamentais para a ocorrência das relativas não-padrão: uma possível perda de movimento na origem da estrutura e a perda de propriedades pronominais do relativo, que parecia estar assumindo apenas o comportamento de conjunção. A primeira parece já ter sido confirmada. A segunda tem sido objeto de alguns trabalhos e já pode ser corroborada por resultados de pesquisa específica sobre o tema. Referimo-nos, particularmente, à dissertação de Silva (2005), que, a partir do pressuposto teórico da gramaticalização, confirma e explica a predominância de uso do conector QUE (já observada em outros trabalhos) como subordinador de orações relativas, do qual falaremos mais adiante.

Com a finalidade de descrever os contextos sociais e lingüísticos favoráveis ao uso da relativa copiadora, o autor também ampliou o alcance da investigação iniciada por Mollica, abarcando dados sincrônicos e diacrônicos. O *corpus* sincrônico se constituiu de dados de fala de 40 informantes estratificados por sexo, classe social (baixa, média e alta), faixa etária (menos de 35 anos e mais de 35 anos) e por nível de escolarização (baixo, médio e superior). Além das entrevistas dirigidas e espontâneas, Tarallo coletou dados em programas de TV (novelas, documentários, entrevistas, mesas redondas e bate-papos esportivos), escolha justificada pela inegável força de implementação de mudanças lingüísticas exercida por essa *media*, sobretudo pelas novelas, já que todas as classes sociais assistem a esse tipo de entretenimento, que, no ainda segundo Tarallo, atua inclusive como um forte candidato a fator de regularização das diferenças entre as falas de brasileiros e portugueses (lembramos que àquela época se iniciava a hoje sistemática exportação das novelas da Rede Globo para Portugal)¹⁵. O *corpus* diacrônico foi composto a partir de cartas e textos literários e cumpriu o objetivo de observar a época da implementação do uso variável das relativas no sistema.

Além das variáveis sociais, Tarallo investigou as estruturas de relativização sob o controle de três grupos de fatores lingüísticos: sintáticos, semânticos e existencialidade/não-restrição.

Retomando as possibilidades estruturais para a construção de orações relativas não-padrão, Tarallo assim as exemplifica:

- (59) Você acredita que um dia teve uma mulher_i que ela_i queria que a gente entrevistasse ela pelo telefone.
- (60) É uma pessoa que essas besteiras que a gente fica se preocupando (com) (e)¹⁶, ela não fica esquentando a cabeça.

¹⁵ Na página 63, Tarallo cita editorial de Helena da Silveira, intitulado “Novelas unificam as falas portuguesas”, publicado no jornal *Folha de São Paulo* de 18 de novembro de 1982, em que a autora focaliza um polêmico debate desenvolvido em Portugal sobre as influências das novelas brasileiras nos usos lingüísticos dos portugueses.

¹⁶ ¹ O símbolo (e) – empty category - representa a categoria vazia ou o vestígio (v) que se observa nesse tipo de estrutura.

Em (59), a posição vazia é preenchida por uma forma pronominal (variante *resumptive* ou copiadora) e em (60), o constituinte relativizado é um sintagma preposicionado – um objeto indireto, um oblíquo ou um genitivo – e tal preposição é apagada (variante *PP-chopping* ou cortadora).

Na concepção do autor, uma das questões centrais a respeito da análise gramatical das sentenças como as exemplificadas em (60) é que a regra de apagamento (pro-drop) oferece a melhor explicação para a maioria das frases relativas do PB falado, e isso pode ser reflexo das mudanças por que passou nosso sistema pronominal.

Para discutir melhor esse ponto, Tarallo retoma de Kato (1981) uma possível correlação entre processos anafóricos e estruturas de relativização no PB, segundo a qual

1. falantes que retomam um SN usando o clítico de terceira pessoa usam a estratégia com movimento, assim:

(61) (a) Eu descasquei as laranjas e Pedro as comeu.

(b) Encontrei a revista cuja capa estava rasgada.

2. pessoas que fazem a retomada anafórica usando pronomes nominativos relativizam pela estratégia de cópia, desta forma:

(62) (a) Eu descasquei as laranjas e Pedro comeu elas.

(a) Encontrei a revista que capa dela estava rasgada.

3. indivíduos que deixam vazia a posição anafórica usam a estratégia de relativização com lacuna, assim:

(63) (a) Eu descasquei as laranjas e Pedro comeu (e).

(b) Encontrei a revista que capa (e) estava rasgada.

Tarallo (p. 136) ainda destaca que uma correlação semelhante à de Kato foi elaborada por Omena (1978), ao quantificar as estratégias de anáfora pronominal em respostas a frases interrogativas diretas. Há três variantes possíveis para respostas negativas, por exemplo, à pergunta *você conhece aquela mulher?*

1. variante padrão: retomada por meio de clítico

(64) Não, eu não **a** conheço;

2. variante não-padrão: retomada por pronome tônico

(65) Não, eu não conheço **ela**;

3. variante não-padrão: retomada por anáfora zero

(66) Não, eu não conheço ϕ .

Das variantes acima, a padrão não é observada na fala espontânea, na qual ocorre nítida preferência pela variante com anáfora zero, já que a estratégia com pronome tônico é estigmatizada. Desta forma, estabelecendo uma relação entre essas estratégias de pronominalização e as estratégias de relativização, inicialmente o autor supunha ser razoável a hipótese, mais tarde comprovada, de que a estratégia com lacuna também seria a mais aceita e a mais freqüente nas funções mais relativizadas – sujeito e objeto direto.

Com relação à hipótese de Kato, o autor argumenta que o fato de não ter encontrado em seus dados um único caso de uso de clítico, tornava inviável sua comprovação naquele trabalho. Se, no entanto, a proposta pudesse ser atestada, sem dúvida, seria possível explicar a emergência de relativas cortadoras no sistema – estratégia inovadora e resultante do processo de mudança – mas não as relativas copiadoras, que são uma estratégia mais antiga. Tarallo argumenta, contudo, que a correlação estabelecida por Kato tem relevância porque (i)

sugere explicações para a existência de estratégias mais frequentes que outras – observe-se que as estruturas de (66), por exemplo, são mais aceitas que as de (65), conforme ficou comprovado em seus testes de aceitabilidade – e (ii) levanta a hipótese de diferentes origens estruturais para as variantes cortadora e copiadora. Podemos acrescentar que outros trabalhos com falantes estratificados da mesma forma que no de Tarallo, como o de Duarte (1989), por exemplo, registram baixos índices de clítico acusativo (Duarte encontrou 4,8%), comparáveis aos índices de relativas do tipo padrão (*piedpiping*) encontrados por Tarallo (p.131): 1,3% nas classes sociais mais baixas; 5,6% na classes médias e 17,9% na classes mais altas (2, 5 e 14 ocorrências num total de 324).

Da quantificação dos dados a partir dos fatores definidos como relevantes para a aplicação da regra, Tarallo concluiu que o baixo percentual de relativas padrão indicava que essa era uma estratégia pouco frequente entre falantes brasileiros (embora tivesse aprovação elevada nos testes de aceitabilidade), sendo as relativas cortadoras e copiadoras as estratégias vernaculares de fato. Restava observar os contextos em que elas ocorriam e deles extrair sua sistemática de uso.

Agrupando então as ocorrências encontradas nos *corpora* a partir das funções do antecedente e do constituinte relativizado, Tarallo registrou as frequências dos três tipos de estratégias. De acordo com a tabela abaixo, nas posições de sujeito e objeto direto, observaram-se os índices significativamente mais elevados da estratégia com lacuna (89,7% e 97,4%, respectivamente). O linguísta explica que, como a estrutura cortadora pressupõe funções preposicionadas, ela não se aplica aos casos de sujeito e de objeto direto, conforme se vê na tabela. Discutindo as altas frequências da estratégia com lacuna (padrão) para essas funções, Tarallo também adverte que não se podem distinguir as construções do tipo padrão das cortadoras, pois não se pode afirmar sem dúvida, por exemplo, que na oração *tem um rapaz aí que fica mais no pacote* ocorre uma variante padrão (com movimento) ou uma

variante cortadora (sem movimento). Nessas funções, postular a ocorrência de uma estrutura não-padrão é possível apenas quando ocorre cópia, como em *tem um rapaz aí que ele fica mais no pacote*¹⁷.

Ainda observando a tabela II, abaixo, nota-se que para as funções preposicionadas, as cortadoras são predominantes. Nas funções oblíquas e no objeto indireto, é nítida a predominância da estratégia cortadora (82,2% e 75,0%, respectivamente), mas em função genitiva, ao contrário, predomina a construção copiadora (52,9%), seguida de perto pela cortadora (41,2%).

Observando a 4ª coluna da tabela II, também é clara a hierarquia de favorecimento no percentual de ocorrências da estratégia cortadora em conformidade com a função sintática do constituinte relativizado, que é a seguinte (da mais para a menos favorável): oblíquos > objeto indireto > genitivo.

Tabela II: Estruturas relativas segundo a categoria sintática do item relativizado

	com lacuna <i>(gap-leaving)</i>	copiadora <i>(resumptive)</i>	cortadora <i>(pp-chopping)</i>	TOTAL
sujeito	890 (89,7%)	102 (10,3%)	Não se aplica	992 (100%)
objeto direto	374 (97,4%)	10 (2,6%)	Não se aplica	384 (100%)
objeto indireto	3 (3,9%)	16 (21,1%)	57 (75,0%)	76 (100%)
oblíquo	17 (7,4%)	24 (10,4%)	190 (82,2%)	231 (100%)
genitivo	1 (5,9%)	9 (52,9%)	7 (41,2%)	17 (100%)

¹⁷ Este exemplo foi transcrito de Tarallo, 1983:76.

(Adaptada de Tarallo, 1983:174)

Para tornar os números acima mais próximos da realidade da fala, podemos dizer que os brasileiros, segundo os percentuais de Tarallo e tomando exemplos de seus dados, preferem as seguintes estratégias de relativização para funções preposicionadas:

1. se o constituinte relativizado é um **objeto indireto**, são mais frequentes frases do tipo (67 a) do que do tipo (67 b), assim:

(67) (a) Mas ela tinha um namorado que ela gostava (e) pra caramba. (cortadora)

(gg) Mas ela tinha um namorado que ela gostava **dele** pra caramba. (copiadora)

2. quando a função relativizada é **oblíqua**, predominam frases como (68 a) em detrimento de frases como (68 b), desta forma:

(68) (a) Estava, lembra, com aquela sacolinha que você (e) ia na faculdade.
(cortadora)

(b) Estava, lembra, com aquela sacolinha que você ia na faculdade **com ela**.
(copiadora)

4. ocorrendo relativização de um constituinte em função **genitiva**, prefere-se a estrutura exemplificada em (69 a), embora a estrutura de (69 b) também seja bastante freqüente, assim:

(69) (a) Uma mulher que nós batemos na porta **dela**. (copiadora)

(b) Uma mulher que nós batemos na porta (e). (cortadora)

Pode-se dizer que o ligeiro favorecimento da cópia em funções genitivas se deva ao menor grau de transparência de estruturas como a registrada em (70), que está desaparecendo também na modalidade escrita culta, conforme trataremos mais adiante.

(70) Uma mulher **em cuja porta nós batemos**.

Quanto aos efeitos do fator classe social, Tarallo concluiu que o pronome cópia, por apresentar certa estigmatização, aparece com mais frequência na fala de indivíduos de classes mais baixas e, com base nos dados diacrônicos, já se apresentava como uma antiga estratégia marginal no PB. A estratégia cortadora, no entanto, é de emprego difundido em todas as classes sociais e apareceu no sistema como um dos efeitos das mudanças operadas no sistema, durante o século XIX. A distribuição de uso dos três tipos de relativas pelas diferentes classes sociais foi assim mapeada por Tarallo (adaptado da tabela 5.1, p. 133):

	sujeito	objeto direto	objeto indireto	oblíquo	genitivo
Classe baixa	com lacuna	com lacuna	copiadora	copiadora	copiadora
	copiadora	copiadora	cortadora	cortadora	cortadora
Classe média	com lacuna	com lacuna	cortadora	cortadora	cortadora
	copiadora	copiadora	copiadora	copiadora	copiadora
Classe alta	com lacuna	com lacuna	cortadora	cortadora	cortadora
	copiadora	copiadora	copiadora	copiadora	copiadora

Excetuando o fator função sintática e observando os contextos de ocorrência das relativas copiadoras, Tarallo concluiu que essas estratégias são favorecidas, por exemplo, quando (p.78 e seguintes):

a) o antecedente apresenta os traços [humano/ singular/ indefinido], como em:

(71) Tem um moço que ele nunca se adaptou à família.

b) a oração relativa é encaixada à direita, na sentença:

(72) Mas eu tenho uma comadre minha, que ela mora de esquina da minha casa.

c) entre o antecedente e a relativa há material interveniente:

(73) Aí teve um rapaz aqui de Jundiaí que ele levou umas balas sabe?

Sobre as estratégias não-padrão, Tarallo defende que elas estariam relacionadas às mudanças no sistema pronominal do vernáculo brasileiro (como a tendência ao sujeito pronominal exposto, ao objeto nulo e à perda de movimento de constituintes, entre outros aspectos). Assim, ainda na perspectiva do autor, enquanto as relativas do tipo padrão envolvem claramente uma regra de movimento, as copiadoras e cortadoras apresentam a mesma ordem de uma oração declarativa matriz, conforme ocorreu com as interrogativas -Q. E mais, a relativa cortadora está “encaixada” no processo de mudança que faz surgir o uso de anáfora zero em lugar de anáfora pronominal. Aqui, embora Tarallo não mencione, é preciso atentar para o fato de que a anáfora zero tende a ser restrita às funções de objeto direto e de sujeito. Nas demais posições sintáticas, a escolha entre a anáfora pronominal e a anáfora zero dependerá do traço [+ animado] do SN e do fator distância do antecedente, conforme observou Mollica.

Ao concluir sua tese, Tarallo sugeriu a necessidade de mais estudos sobre o paralelismo entre relativização e pronominalização, com foco no reexame dos fenômenos de topicalização e deslocamento à esquerda no PB.

Em atenção a essa necessidade, Kato (1993) demonstra que as diferenças estruturais entre as relativas padrão e não-padrão se devem ao fato de a relativização no PB ocorrer a partir de uma posição de tópico. Isto significa dizer que, do ponto de vista do sistema, há uma relação estreita entre estruturas como (i) *a moça, eu falei com ela ontem* e (ii) *a moça que eu falei com ela ontem / a moça que eu falei ontem*. Na frase (i), há uma categoria deslocada à esquerda (um tópico), que em geral, no português do Brasil, não apresenta preposição e que serve de matriz às frases de (ii), nas quais se observam estratégias de relativização com ou sem pronome cópia.

Retomando a questão das relativas copadoras, é ainda Mollica (2003) que observa a estabilidade das frequências de usos não-padrão tanto no indivíduo quanto na comunidade e confirma as mesmas restrições e condicionantes encontradas há quase vinte anos. Ao revisitar o uso da anáfora pronominal nas orações relativas da fala em estudo de tempo real, Mollica (2003) reflete sobre a irrelevância do aumento dos níveis de escolarização como fator atuante no uso das estruturas não-padrão, embora em indivíduos com nível superior a anáfora pronominal tenha sido mais freqüente apenas em contextos nos quais o antecedente é [+ humano] e [+ distante]. Podemos imaginar que a irrelevância do nível de escolaridade pode ser explicada pela hipótese de Kato acima referida, já que topicalização e deslocamento são fenômenos estruturais verificáveis na fala de indivíduos de todos os níveis de escolarização.

Para Mollica, é possível supor que a escola atua com sucesso nos casos mais estigmatizados de retenção anafórica, isto é, a escola faz baixar o número de ocorrências de frases do tipo “o cachorro que eu gosto dele”, mas não atua em todos os contextos de relativização nem recupera o uso de alguns relativizadores preconizados pela norma gramatical.

Para finalizar esta seção, um breve comentário sobre o quadro de relativizadores da fala. Os dados dos *corpora* permitiram a Tarallo duas observações fundamentais sobre eles: a

confirmação estatística do uso de **que** – o relativizador universal, no dizer de Bechara (1964) – com 1681 ocorrências em 1700 (98,9%)¹⁸, e a ausência de **cujo** – o relativizador “moribundo”, na expressão de Tarallo. A respeito das particularidades do relativizador *que* falaremos na próxima seção.

2.2.2 A relativização na escrita

Embora não seja o objeto de estudo específico desta tese, é preciso refletir brevemente sobre a relativização na escrita.

Os trabalhos de Corrêa (1998) e de Gouvêa (2000), que investigaram o uso dos relativos na escrita escolar e na escrita de jornais brasileiros e portugueses, respectivamente, confirmam a hipótese mais geral de que comportamentos da fala tendem a ser observados na escrita culta.

Considerando um *corpus* constituído de 147 orações relativas extraídas de 45 narrativas escritas de estudantes de nível fundamental, médio e superior, Corrêa comparou o que se ensina e o que se aprende em termos de estruturas de relativização. Embora não tenha encontrado relativas copiadoras – construção em que a escolarização parece produzir efeitos na aprendizagem de estruturas padrão –, Corrêa observou que as habilidades dos estudantes dos níveis iniciais não se estendem às estruturas de relativização de funções preposicionadas, que só aparecem nos textos de estudantes de nível superior, o que demonstra o efeito positivo da escolarização na aprendizagem de algumas das estruturas de oração relativa. Embora os índices de usos de estruturas padrão jamais chegassem a 100%, das séries iniciais para as finais, o processo de aprendizagem tem como consequência um salto significativo nos percentuais de ocorrência desse tipo de relativas – de 46% para 84% – decrescendo a frequência de usos não-padrão – de 54% para 16%.

¹⁸ Conforme tabela 4.3 de Tarallo - Frequência dos relativizadores nos dados (p. 88).

Desses percentuais, fica evidente que o uso de formas do tipo padrão não é categórico na escrita. Essa constatação é corroborada pelo trabalho de Gouvêa (2000), que comparou o uso de relativizadores nos gêneros reportagem, editorial e texto de opinião nas variedades brasileira e europeia de português, com o objetivo de verificar se o quadro de pronomes relativos descrito pelas gramáticas normativas corresponderia ao quadro real e como esse quadro se comporia nas duas variedades de português.

A partir dos resultados obtidos, Gouvêa observou que ambas as variedades apresentavam comportamento semelhante, tanto para o quadro de morfemas relativos realmente em uso quanto para o comportamento inovador no uso de estratégias relativas. Gouvêa também atestou a majoritária relativização de sujeitos e, portanto, o predomínio do relativizador QUE sobre os demais, independentemente do gênero do texto, como se vê a seguir.

A distribuição dos pronomes relativos nos dois tipos de texto e nas duas variedades do português foi assim explicitada:

1. Português brasileiro:

a) texto de opinião: que (87,4%), o que (4,7%), onde (2,9%), cujo (2,3%), quando (1,1%), o qual e quem (0,5% cada).

b) editorial: que - 85,5%; onde - 4,6%; o qual - 3,9%; cujo - 3,9%; o que - 1,3%; quando - 0,6%.

2. Português europeu:

a) texto de opinião: que: 88,1%; onde: 5,3%; o qual: 3,6%; quem: 1,3%; o que: 1,3%; cujo 0,4%.

b) reportagem: que - 78,6%; onde - 11,1%; o qual - 6%; o que - 2,2%; quando - 1,4%; cujo - 0,7%.

Na conclusão da autora,

Ao se cotejar o quadro dos morfemas relativos representativos do registro culto escrito da variante brasileira com o quadro dos morfemas da variante portuguesa, conclui-se que o comportamento dos usuários das duas variantes, no que se refere às construções relativas, equivale-se. (...) A diferença entre as duas variantes parece estar na leve vantagem da brasileira, no que diz respeito à tendência para as novidades. (...) É, em princípio, nesse ponto, que está a marca do caráter um pouco mais formal da variante europeia. Vale dizer, em se tratando das construções relativas, o cunho mais formal dessa variante impede que o processo de variação seja mais rápido. (Gouvêa, 2000:9)

Os exemplos abaixo, extraídos de Gouvêa, são representativos desse comportamento e constituíram mais uma evidência e mais uma motivação para as investigações descritas nesta tese. Em (74), a autora destaca a variante cortadora no PB e, em (75), a variante cortadora no PE:

- (74) O cidadão comum compara a severidade das penas aplicadas nos Estados Unidos aos gatunos do colarinho branco e tem vontade de arrancar os cabelos com a impunidade **que** desfrutam seus equivalentes no Brasil. (ED. Férias no purgatório. 28/09/97)
- (75) E os rapazolas que passaram a linha contínua, fartos da nossa prudência, e assobiaram e fizeram com os dedos toda a sinalética ordinária **que** eram capazes? [OP. Viale Moutinho. Ano bom e um álbum (a fazer) de Sousa Caldas. 04/01/99]

Ainda sobre a frequência predominante do pronome relativo QUE e a preponderância da relativização nas funções de sujeito e objeto direto, Silva (2005), à luz dos pressupostos teóricos que discutem a gramaticalização, confirma a hipótese de Tarallo sobre o processo de perdas de propriedades pronominais da partícula *que*.

Partindo do conceito de que gramaticalização é um processo pelo qual um item lexical ou um item gramatical se torna gramatical ou mais gramatical, a autora conduz sua investigação tomando como base a tese de que o comportamento do pronome *que* nas orações relativas não-padrão estaria se assemelhando ao comportamento da conjunção integrante *que*, conforme defesa de Tarallo (1983). Segundo Silva, o percurso dessa forma pronominal dêitica em direção a uma forma exclusivamente conectiva (observado em outras línguas e em tempos remotos) pode ter sido desencadeado a partir da opacização da propriedade distintiva entre o pronome relativo que encabeça as relativas cortadoras e copiadoras e a conjunção integrante, ou seja, perde-se o papel de co-referencialidade com o antecedente, exercido exclusivamente pelo pronome relativo. Essa opacização explica, por exemplo, a necessidade de um outro pronome exercer tal função semântica e estaria justificada a introdução de um pronome lembrete nas relativas copiadoras.

No âmbito das teorias de gramaticalização, ainda na defesa de Silva, há uma nítida correlação entre a maior frequência de relativização nas funções de sujeito e objeto direto (ambas exercidas pelo pronome *que*) e o uso generalizado do *que* nas diferentes posições sintáticas, conforme atestam seus resultados de pesquisa e os resultados já disponíveis na literatura sobre o tema (Mollica, 1977 e 2003; Tarallo, 1983; Corrêa, 1998; Gouvêa, 2000). Some-se a isso o fato de ser idêntico o *output* fonético das relativas de sujeito e de objeto direto e das relativas cortadoras. Assim, a repetição do uso de cortadoras associada às altas frequências de relativas de sujeito e de objeto direto é uma possível explicação para o início do processo de gramaticalização dessa partícula.

Para finalizar este tópico, uma questão se apresenta inevitável no que se refere à implementação de fenômenos variáveis, nos termos de Tarallo. Para o PB, o lingüista observou que as construções relativas não-padrão emergiram da reestruturação do sistema

pronominal, sob condições sócio-históricas peculiares, conforme discutimos no primeiro capítulo desta tese. Tal mudança poderia explicar, por exemplo, uma estrutura do tipo

(76) "Enfim uma receita contra a dor que você entende a letra",

veiculada em um *outdoor* da revista *Veja* (8/2/2002), que mostra como estruturas do vernáculo estão passando à modalidade escrita. Como então explicar a emergência de estruturas semelhantes tanto na fala quanto na escrita do PE, um sistema para o qual não se pode justificar a atuação de regras variáveis com base numa transmissão imperfeita de dados de *input* lingüístico? Estaria ocorrendo uma assimilação de estruturas do PB na fala de portugueses, conforme a hipótese de Peres & Mória, ou estaria se desenvolvendo naturalmente uma estrutura já latente no sistema, como paralelamente se observa na hipótese de Naro & Scherre para as estruturas de concordância?

Nesta seção, esperamos ter apresentado algumas discussões teóricas e resultados de pesquisas sobre a relativização no Brasil e em Portugal, mostrando o caráter sistemático e as frequências da variação no uso de orações relativas cortadoras e copiadoras no PB.

2.2.3 A variação nas estruturas de concordância verbal no PB

Quanto às estruturas de concordância verbal, também há consenso na afirmação de que dialetos orais do PB apresentam marcas variáveis e, para alguns estudiosos, tais marcas seriam herança de uma alegada origem crioula, embora os trabalhos de Naro & Scherre (1993; 2000) tenham apresentado evidências da perda de marcas de concordância (o –s final e a nasalização) desde uma origem pré-latina até o português moderno. Seu trabalho demonstra

que a concordância variável no PE falado hoje e no PE medieval escrito apresenta as mesmas características estruturais básicas encontradas no PB moderno falado.

Reconhecer que as regras prescritas pela gramática tradicional não espelham a fala dos brasileiros foi o primeiro passo para a inclusão desse tema na agenda dos estudos lingüísticos. Nesse sentido, em termos generalizantes, já é possível traçar um perfil para o que fazem os brasileiros quando concordam verbo e sujeito em sua produção oral, pois há estudos que investigaram a fala de pessoas de nenhuma ou de baixa escolarização e de falantes de norma culta.

A contribuição de Lemle & Naro (1977) assenta as bases para o estudo do tema. Observando a fala dos mobralenses (adultos analfabetos ou semialfabetizados atendidos pelo projeto nacional de alfabetização intitulado MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização), os autores concluíram que a concordância variável entre verbo e sujeito poderia ser sistematizada com base em dois fatores lingüísticos: a saliência fônica da desinência verbal e a posição do sujeito em relação ao verbo. Esses dois fatores lingüísticos, como veremos ao longo desta seção, são fundamentais para a compreensão do fenômeno, conforme se pode concluir após a resenha das análises que passamos a apresentar.

A concordância variável foi observada em diferentes análises empreendidas por Naro e Scherre a partir da década de 80. Os principais resultados desses trabalhos estão reunidos em Scherre & Naro (1997), e é por esse motivo que ele é nosso ponto de partida.

Scherre & Naro (1997) defenderam a existência de uma variação sistemática nos processos de concordância de número no vernáculo brasileiro. No caso da concordância verbal, observam-se formas com “variante explícita” (“eles ganha**M** demais da conta”) e com “variante zero” (eles ganha**0** demais”), com interferência de duas variáveis lingüísticas: saliência fônica da desinência verbal e posição do sujeito à esquerda ou à direita do verbo – e de três variáveis sociais: sexo; faixa etária (7/14 anos; 15/26; 26/49 e acima de 49 anos) e

anos de escolarização (1 a 4; 5 a 8 e 9 a 11 anos). O *corpus* para análise foi extraído do banco de dados da amostra constituída para o Projeto Censo Lingüístico do Rio de Janeiro, que é composta por dados de fala de 64 informantes cariocas.

No estudo da variável saliência fônica, os pesquisadores partiram do pressuposto de que o aumento da saliência do material fônico na posição singular/plural na 3ª pessoa dos verbos analisados aumentaria as chances de ocorrência de marcas de plural, já que oposições mais salientes são mais facilmente percebidas (cf. bateu/bateram). Oposições menos salientes (bate/batem) apresentariam, portanto, um contexto favorável à ausência de marcas explícitas de plural, dado o menor nível de percepção oferecido por aquelas desinências.

A hierarquia da saliência foi estabelecida por Naro (1981) a partir de dois critérios: (i) presença ou ausência de acento na desinência e (ii) quantidade de material fônico que diferencia a forma singular da forma plural, para as quais há uma escala desub níveis, assim:

Nível 1 – oposição não-acentuada (contém os pares de verbos com desinências não acentuadas)

- 1.1. não se altera a qualidade da vogal na forma plural: **conhece/conhecem;**
- 1.2. altera-se a qualidade da vogal na forma plural: **ganha/ganham;**
- 1.3. acrescentam-se segmentos na forma plural: **diz/dizem.**

Nível 2- oposição acentuada (contém os pares de verbos em que pelo menos num desses verbos a desinência é acentuada)

- 2.1. altera-se a qualidade da vogal na forma plural: **está/estão** (tá/tão);
- 2.2. acrescentam-se segmentos na forma plural, sem mudança vocálica: **bateu/bateram;**
foi/foram;
- 2.3. acrescentam-se segmentos na forma plural, com mudanças diversas: **veio/vieram;**
é/são.

A hipótese de que os níveis mais altos de saliência tendem a conservar marcas de plural confirmou-se, conforme vemos nos resultados abaixo:

Tabela III: Marcas explícitas de plural nos verbos em função da variável saliência fônica na oposição singular/plural no PB

Níveis de saliência	Frequência	Pesos rel.
1.1	202/463 (44%)	.16
1.2	1159/1766 (66%)	.37
1.3	188/267 (70%)	.38
2.1	585/718 (81%)	.64
2.2	212/260 (82%)	.66
2.3	1023/1158 (88%)	.75
TOTAL	3369/4632 (73%)	-

(Adaptada de Scherre & Naro (1997: 97))

Como se verifica, os resultados expressos em números percentuais e pesos relativos na tabela acima reafirmam que as formas mais salientes (níveis 2) favorecem a presença de marcas de concordância, enquanto as menos salientes desfavorecem sua presença. Resultado rigorosamente igual, no que se refere aos pesos relativos para maior ou menor grau de saliência, foi obtido para o português medieval (cf. Naro & Scherre, 2000), em que as perdas de marcas concentradas também em formas menos salientes apontam para a regularidade na atuação desse tipo de fator.

Pondo lado a lado a atuação dos fatores saliência fônica da desinência verbal e escolarização, os autores obtiveram os seguintes percentuais:

Tabela IV: Marcas explícitas de plural nos verbos em função da saliência fônica por anos de escolarização dos falantes no PB

	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos
Nível 1.1	58/192 (30%)	77/142 (54%)	67/129 (52%)
Nível 1.2	393/725 (54%)	466/652 (71%)	300/389 (77%)
Nível 1.3	64/110 (58%)	69/90 (77%)	55/67 (82%)
Nível 2.1	161/227 (71%)	236/290 (81%)	188/201 (94%)
Nível 2.2	63/81 (78%)	108/132 (82%)	41/47 (87%)
Nível 2.3	386/452 (85%)	402/446 (90%)	235/260 (90%)
TOTAL	1125/1787 (63%)	1358/1752 (78%)	886/1093 (81%)

(Adaptada de Scherre & Naro, 1997: 98)

Ao se cruzarem os fatores saliência fônica e anos de escolarização, observou-se que a escala de saliência é mais nítida nos dados dos falantes com menos anos de escolarização (observem-se os números na primeira coluna, que exibem uma distância maior entre os percentuais de ocorrência de marcas nas formas menos salientes e nas mais salientes), o que os leva a concluir que

é bastante razoável pressupor que a nitidez da escala da saliência na concordância verbal tem a ver com as diferenças entre os anos de escolarização dos falantes. (1997: 99)

A segunda variável lingüística analisada pelos autores – a posição do sujeito – se estabelece a partir da generalização de que a posição à esquerda (posição de proeminência tópica) e a relação sintagmática mais coesa favorecem a ocorrência de variantes explícitas de plural. Portanto, há mais probabilidade de ocorrerem marcas de plural no verbo de frases como (77) do que em frases do tipo (78), de nossa autoria:

(77) **As plantas precisavam** de água. (S V)

(78) **Morreram as violetas** que eu plantei. (V S)

Com base nos trabalhos anteriores, Scherre & Naro (1997) estabeleceram os seguintes critérios para o fator posição do sujeito (p. 102):

1. sujeito imediatamente à esquerda do verbo, como em:

(79) **Eles dizEM:** ‘chutei tudo’

2. sujeito à esquerda do verbo, dele separado por 1 a 4 sílabas, como em:

(80) **Eles também não diz0**

3. sujeito à esquerda do verbo, dele separado por 5 ou mais sílabas, como em:

(81) Essas troca de experiência vai0 crescendo

4. sujeito à direita do verbo, como em:

(82) Aí bateu0 dois senhores na porta.

5. sujeito zero próximo do verbo (num raio de 10 cláusulas sem interrupção do entrevistador)¹⁹

6. sujeito zero distante do verbo (num raio de 10 cláusulas com interrupção do entrevistador, fora de um raio de 10 cláusulas ou com referência na fala do entrevistador)

Como resultado para os quatro primeiros fatores dessa variável e coerentemente com trabalhos anteriores, Scherre & Naro (1997) confirmaram a hipótese de que a posição à esquerda e a proximidade do sujeito em relação ao verbo favorecem a ocorrência das variantes com marcas explícitas de plural, ao contrário do sujeito à direita ou mais distante. Esse efeito é uniforme e independe da escolarização dos falantes, que, nessa amostra, foram estratificados segundo os níveis de escolarização fundamental (níveis 1 e 2) e médio.

No caso do sujeito zero, os resultados indicam que sujeito zero próximo é fator inibidor da presença de marca de plural, ao passo que sujeito zero distante favorece sua presença. Neste caso, a necessidade de recuperar a informação parece ser a motivação para que a marca de plural ocorra. Esses resultados estão reunidos na seguinte tabela, adaptada de Scherre & Naro, 1997:103:

Tabela V: Marcas explícitas de plural em função das variáveis posição e distância do sujeito

Fatores	Frequência	PR
Sujeito imediatamente à esquerda do verbo	1529/1857 (82%)	0,62
Sujeito à esquerda do verbo separado por 1 a 4 sílabas	756/1025 (74%)	0,55
Sujeito à esquerda do verbo separado por 5 ou + sílabas	83/135 (61%)	0,39
Sujeito à direita do verbo	50/194 (26%)	0,08
Sujeito zero próximo	731/1166 (63%)	0,35
Sujeito zero distante	220/255 (85%)	0,63
TOTAL	3369/4632 (73%)	-

¹⁹ Para os itens 5 e 6, os autores não oferecem exemplos.

Comparando os resultados para os casos de sujeito expesso e de sujeito zero, os autores concluem que o comportamento diferente dessas estruturas sugere motivações em competição. A proximidade associada aos sujeitos explícitos favorece a presença de marcas; a distância indica desfavorecimento. Mas, se o sujeito é zero, a distância é fator que atua na recuperação das marcas e a proximidade favorece sua ausência. Note-se que há uma nítida hierarquia entre os fatores favoráveis à presença de marcas: o sujeito à direita do verbo é o fator que obtém o mais baixo peso relativo para a ocorrência de marcas de concordância (.08). Em seguida, aparecem o sujeito zero próximo (.35), o sujeito à esquerda separado por 5 ou mais sílabas (.39), o sujeito à esquerda separado por 1 a 4 sílabas (.55), o sujeito zero distante (.63) e, finalmente, o sujeito à esquerda mais próximo (.62).

Ainda pensando em termos de fatores lingüísticos atuantes no processo de manutenção ou perda de marcas de concordância verbal, é importante citar Naro & Scherre (20003a). Nesse trabalho, eles investigaram a atuação específica da presença do pronome relativo dentro do grupo de fatores que observa a presença de material interveniente entre o SN sujeito e o verbo. Seus resultados mostram que o pronome relativo QUE mascara a relação sujeito/verbo, podendo acarretar a perda da marca de concordância no verbo da oração relativa quando o SN antecedente é plural. Isso quer dizer que, dentro da variável “presença de material interveniente entre o sujeito e o verbo”, a ocorrência do pronome

relativo QUE aumenta a probabilidade da perda de marca de concordância no verbo. Os exemplos a seguir, extraídos de Naro & Scherre (2003a: 1-2), mostram esse fenômeno:

(83) **Essas novela que acontece** no Rio e São Paulo geralmente é levada pra todo lugar do Brasil

(84) O motorista chega... tem **alguns que serve**

Da mesma forma que Mollica (2003) fez em relação às estratégias de relativização, Naro & Scherre (2002 e 2003 b) retomaram a concordância verbal a fim de buscar evidências sobre o processo de mudança em tempo real de curta duração. Nesses trabalhos, os autores fizeram dois tipos de estudo: Painel, que visa observar o comportamento lingüístico do indivíduo num dado intervalo de tempo, e Tendência, que busca observar as tendências de mudança numa dada comunidade a partir de duas amostras estratificadas segundo os mesmos critérios e colhidas em dois momentos. Em Naro & Scherre (2003b) encontram-se os resultados do estudo Painel, para o qual foram recontactados, em 1999/2000, 16 indivíduos, cujas falas foram analisadas em cotejo com suas entrevistas gravadas nos inícios dos anos 80, como parte da Amostra Censo. Os resultados revelam que ninguém diminuiu suas freqüências de uso de marcas. Alguns aumentaram em aproximadamente 20% sua média global de uso da concordância, independentemente do aumento da escolarização, ou seja, dos 16 informantes, embora apenas 6 tenham aumentado o grau de escolarização, alguns apresentaram percentuais mais elevados de uso de marcas de concordância verbal. A tabela a seguir mostra os resultados por indivíduo. Os seis primeiros indivíduos aumentaram anos de escolarização e os demais não aumentaram:

Tabela VI: Freqüência de uso, por indivíduo, de concordância verbal nas Amostras 80 e 2000

Amostra 80 (I)	Amostra 00 (I)
-----------------------	-----------------------

Falante	Idade	%	P.R.	Idade	%	P.R.
Eri59	9	72	.20	25	90	.61
Adr57	10	38	.06	26	58	.19
Adr63	12	57	.18	28	93	.70
Fat23	15	81	.45	33	98	.89
San39	15	76	.41	33	93	.72
Leo38	18	71	.28	36	92	.73
Jup06	18	47	.23	35	73	.51
Lei04	25	56	.26	43	59	.29
Dav42	31	47	.18	48	81	.66
Jvas26	32	82	.62	48	81	.66
Eve43	42	90	.74	59	89	.75
Mgl48	52	93	.85	70	95	.88
Jan03	56	46	.23	74	54	.31
Nad36	57	71	.48	74	77	.53
Jos35	59	52	.27	75	70	.43
Ago33	60	57	.30	77	83	.62

(Adaptada de Naro & Scherre, 2003:50 e 52)

Mas o que chamou, de fato, a atenção dos pesquisadores foi a constatação de que, mesmo variando amplamente suas taxas de concordância, a hierarquia dos falantes é mantida de forma semelhante à da amostra de 80. Aqueles que exibiam taxas mais altas, e também as mais baixas, tenderam a manter esse comportamento, mesmo depois de quase vinte anos, e nenhum falante diminuiu as taxas de concordância nesse intervalo de tempo.

Com relação aos fatores posição e distância do sujeito em relação ao verbo, encontraram-se os seguintes resultados:

Tabela VII: Freqüências e pesos relativos para a presença de concordância verbal em função da variável posição relativa e linear nas duas Amostras

Posição relativa	Amostra 80 (I)		Amostra 2000 (II)	
	Freqüência	PR	Freqüência	PR
Sujeito à esq. mais próximo	534/723 (74%)	0,60	628/718 (87%)	0,61
Sujeito à esq. mais distante	9/23 (39%)	0,23	8/24 (75%)	0,43
Sujeito à direita	14/44 (32%)	0,10	1/35 (60%)	0,18
Sujeito zero distante	56/64 (88%)	0,82	31/40 (77%)	0,47
Sujeito zero próximo	131/292 (45%)	0,28	196/290 (68%)	0,30
TOTAL	744/1146 (65%)		894/1107 (81%)	

(Adaptada de Naro & Scherre, 2003:59)

A tabela acima mostra a permanência e a uniformidade da atuação desses fatores estruturais, que concorrem para a presença ou ausência de marcas de concordância no verbo. Ao compararmos os resultados das tabelas V e VII, é possível identificar a mesma hierarquização na atuação dos fatores presença e posição do sujeito em relação ao verbo.

Para o estudo de Tendência, foram gravados 32 novos falantes, igualmente estratificados por faixa etária, gênero e escolarização a fim de analisar as tendências de mudança na concordância verbal na fala da comunidade, no intervalo de 80 e 2000. Os resultados indicaram que falantes com mais anos de escolarização tendem a exibir mais marcas de concordância, conforme era de se esperar. No entanto, a diferença percentual entre o grupo com mais e o grupo com menos anos de escolarização nas duas amostras é rigorosamente a mesma: 19% ($82 - 63 = 19$ e $93 - 74 = 19$), o que demonstra a uniformidade do efeito desse fator em termos de frequências, embora os pesos relativos sejam diferentes. A tabela abaixo expõe numericamente esses resultados:

Tabela VIII: Frequências de uso de marcas de concordância verbal nas Amostras 80 e 2000 de acordo com os anos de escolarização, estudo Tendência

ANOS DE ESCOLARIZAÇÃO	AMOSTRA 80		AMOSTRA 2000 (Tendência)	
	Frequências	PR	Frequências	PR
1-4 anos	1127/1786 (63%)	.41	511/686 (74%)	.33
5-8 anos	1370/1760 (78%)	.53	748/887 (84%)	.56
9-11 anos	889/1089 (82%)	.53	436/468 (93%)	.78

(Adaptada de Naro & Scherre, 2002:12)

Os resultados dos estudos Painel e Tendência apontam para uma recuperação das marcas de concordância verbal no indivíduo e na comunidade, independentemente de aumento de anos de escolarização, conforme se observa nos percentuais sempre mais altos nas colunas da amostra 2000. Para os pesquisadores, isso significa que outros fatores sociais

devem estar atuando, e o acesso a bens culturais como programas veiculados pela TV, por exemplo, pode ser um deles. Ainda comparando resultados obtidos nas duas Amostras, os autores registraram maior percentual de uso de marcas de concordância no verbo entre os falantes com maior grau de contato com os diferentes tipos de mídia: 76% contra 53% entre os falantes com menor grau de contato (cf. Naro & Scherre, 2002).

Nesse sentido, a constatação de que maior escolaridade e presença de marcas não são fatores necessariamente interdependentes, embora a escolarização influencie de algum modo no uso de marcas, também está registrada em Vieira (1995). Investigando a fala de 72 pescadores do norte fluminense, estratificados em três faixas de idade (**A** -18 a 35; **B** - 36 a 55; **C** - 56 a 70 anos), por localidade e, como fator auxiliar para a análise, distribuídos em dois grupos de escolarização (analfabetos e alfabetizados que cursaram até a 4ª série do primeiro ciclo fundamental), a autora observou que o cancelamento da marca de concordância verbal independia da escolaridade e apresentava maiores taxas entre os falantes mais idosos. A tabela abaixo explicita esse fato:

Tabela IX: Presença de marcas de concordância verbal, conjugando-se os fatores faixa etária e escolarização

<i>FAIXA ETÁRIA E ESCOLARIZAÇÃO</i>	OCORRÊNCIAS / FREQUÊNCIAS	PESOS RELATIVOS
18 a 35 anos – analfabeto	42/69 (61%)	0.37
18 a 35 anos – alfabetizado	273/496 (55%)	0.38
36 a 55 anos – analfabeto	234/406 (58%)	0.49
36 a 55 anos – alfabetizado	229/375 (61%)	0.47
56 anos em diante – analfabeto	389/579 (67%)	0.54
56 anos em diante – alfabetizado	239/327 (73%)	0.69

(Adaptada de Vieira, 1995:109)

Não se pretende defender que a escolarização seja irrelevante para que o comportamento lingüístico dos falantes mude em direção ao maior registro de marcas. O que parece estar em jogo é a necessidade de refletir se a escolarização **é o único fator** relevante

para que o indivíduo tenha um desempenho mais aproximado da forma padrão. Como vimos, Tarallo já havia trabalhado com a hipótese de que a mídia pudesse exercer algum tipo de influência no comportamento lingüístico dos falantes.

Ainda com relação ao trabalho de Vieira, é preciso acrescentar um dado importante. Além dos fatores lingüísticos comumente controlados em trabalhos sobre concordância verbal (posição do sujeito, saliência fônica e distância entre o SN sujeito e o verbo), a autora inclui o fator paralelismo clausal e discursivo (a partir dos estudos de Poplack, 1980 e Omena, 1978, respectivamente). Quanto ao paralelismo clausal, na concepção básica dessa variável está a suposição de que “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros”, isto é, para os casos de sujeito à esquerda, a presença ou a ausência de marca de plural no elemento mais próximo do verbo pode determinar sua presença/ausência no próprio verbo, assim (cf. p. 52 e ss):

1) marcas levam a marcas:

(85) eles costumam proibir

(86) os pescadores são um grupo unido

2) ausência de marcas leva à ausência de marcas:

(87) os antigo0 fala0 boitató

(88) os peixes das lagoa0 pula0 demais

Os resultados de Vieira confirmaram a hipótese de que a probabilidade de ausência de marcas verbais de concordância diminui à medida que se apresentam marcas formais de plural nos SN sujeito, especialmente no último elemento.

Até aqui, tratamos da fala não culta. É preciso finalmente trazer notícias de pesquisa sobre variação na fala culta, já que, mesmo considerando que nesse nível a ausência de marcas seja menos notada, não se pode dizer que essa variedade seja imune à variação e não

esteja sujeita aos mesmos fatores que a condicionam na fala não culta. Embora a literatura registre outros estudos sobre a concordância verbal em alguns dialetos regionais do Brasil, concentramo-nos no trabalho de Graciosa (1991), por considerarmos que a variação ali descrita é válida, de algum modo, para a variação na fala culta brasileira .

Graciosa, inspirada pelos estudos de Scherre, investigou a fala culta carioca utilizando dados do Projeto NURC e, na tentativa de estabelecer as regras de concordância nessa variedade, observou a atuação de fatores extralingüísticos e estruturais na implementação de regras variáveis. Para os primeiros, selecionou gênero, faixa etária (25 a 35; 36 a 55; mais de 56 anos) e zona geográfica de residência (norte, sul e suburbana). Sua expectativa era observar se as mulheres seriam mais inovadoras ou mais conservadoras, se os mais jovens apresentariam índices mais baixos de retenção de marcas de plural e se a geografia do Rio de Janeiro estratificaria, de alguma forma, os usos lingüísticos.

Em relação às estruturas, observaram-se os seguintes grupos de fatores:

1. sujeitos antepostos constituídos por:

- b- pronome expresso: quanto mais **eles** aprenderem,
- c- pronome nulo: melhor **0** se alimentarão.
- d- SN expresso: **os avós** viajaram,
- e- SN nulo: **0** trouxeram dos Estados Unidos uns casacos incríveis.
- f- SN_s coordenados: **pai e mãe** trabalham
- g- SN_s coordenados nulos: [doc] a sua mãe e a sua avó usavam vestidos mais curtos?
[inf] **0** Usavam
- h- sujeitos pospostos: há dois anos estão para sair **os estatutos do magistério**

2. presença de material interveniente:

- a- zero sílaba: eles **0** estavam cercando o ouriço
- b- uma sílaba: as mães **se** preocupam

- c- duas sílabas: os nervos **é que** conduzem todos esses comandos
- d - três e quatro sílabas: os mercados de trabalho, **que havia**, desapareceram
- a- acima de quatro sílabas: os colégios estaduais **eh... com base nessa possível reforma e em leis anteriores**, abriu as portas pra qualquer aluno
- b- hesitação: embora eles **não...não...** não precisem mais de fumar

3. paralelismo formal das seqüências verbais no discurso:

- a – SV isolado: mas eu acho que os bancos de leite não **funcionam**,
- b – primeiro SV de uma série: porque as mães não, não **dão** leite, não querem, ou não produzem
- c- SV precedido de outro marcado no discurso do documentador: [doc] como é que as pessoas se vestem?
[inf] bom, elas se **aquecem**, né?
- d- SV precedido de outro marcado no discurso do informante: porque as mães não, não **dão** leite, não **querem** (...)
- e- SV precedido de outro não-marcado: agora eles têm/tem outra situação (...) eles **trabalham** sim (...)

4. tipos de verbos:

- a- nocionais: as áreas que **pertencem** a todos
- b- auxiliares de orações ativas: as moças **estão** usando umas calças na altura do joelho
- c- “intermediários” de orações ativas: outras que o **pudessem** fazer
- b- de orações passivas: as coisas **são** feitas quase que pessoalmente

6. diferenciação material fônica na relação singular/plural:

classes	exemplos
1 a	come/comem
1 b	fala/falam
1 c	faz/fazem
2 a	dá/dão
2 b	comeu/comeram
2 c	falou/falaram

2 d	é/são
2 e	disse/disseram

Numa primeira abordagem do material coletado, a autora verificou um alto índice de aplicação da regra de concordância considerada padrão (93% das ocorrências) e, em função desse fato, foi preciso buscar fatores que se mostrassem mais consistentes para o estabelecimento das regras de concordância verbal na fala culta.

Foram selecionados, então, os fatores *status* informacional do SN sujeito (ocorrência dada ou nova, na cadeia do discurso); posição do sujeito em relação ao verbo; distância entre o núcleo do SN e o verbo e animacidade do sujeito. Para o SV, Graciosa selecionou o paralelismo formal das seqüências verbais no discurso; a transitividade e a ordenação dos argumentos do verbo.

Apresentaram-se favoráveis à aplicação da regra de concordância verbal os seguintes fatores:

1. anteposição do sujeito a um verbo transitivo, como em:

(89) **Eles** [os sindicatos] **ganham** (...). Embora associações sindicais fossem sendo surgidasem tempos vários .

2. proximidade do SN sujeito ao verbo, deste modo:

(90) **Os portugueses conhecem** como sopa de entulho.

3. seqüência discursiva em que se encontra o verbo, como:

(91) **As moças arranjam** os problemas delas lá fora e **voltam** pra casa pra mamãe criar o que elas arranjam (...)

Os resultados das rodadas indicaram que, embora os casos de concordância fossem predominantes, havia três contextos fortemente inibidores da aplicação da regra:

76. posposição do SN sujeito ao verbo, como em:

(92) (...) Não, o banco daqui, a agência, mas lá, **deveria eles** alertar a pessoa que foi (...)

77. distância entre o sujeito e o verbo, deste modo:

(93) **A criança** desde pequenininha, dois anos, três anos, já se **criam** (...).

78. ocorrência de sujeito com verbo isolado na cadeia discursiva, assim:

(94) Isso é que foi a meninice da gente, através de livros, através de professores, através do dia-a-dia de casa, de pai e mãe, aquelas conversas assim de, de **tios**, de **parentes** então **que vinha**²⁰

Desta forma, o trabalho de Graciosa concluiu que, na fala culta, a concordância verbal é um fenômeno extremamente controlado por fatores lingüísticos e sociais e, poderíamos acrescentar, nesse sentido, é governada por regras variáveis tanto quanto a fala não culta.

Em suma, dos trabalhos de Naro e Scherre, Graciosa e Vieira, é possível concluir que a variação na concordância verbal no PB falado é, neste momento, inerente e exhibe um sistema de variantes cujos usos podem ser previstos conforme as variáveis em jogo, e entre elas, sem dúvida, a saliência fônica da desinência verbal e a posição do sujeito em relação ao verbo lideraram entre todos os fatores.

2.2.4 A concordância verbal na escrita

Embora não seja nosso foco de interesse neste trabalho, é preciso mencionar a parte final do estudo de Scherre & Naro (1997:108-109) e as suas reflexões sobre a variação na

²⁰ Nesse exemplo, a autora menciona a baixa saliência fônica também como fator interveniente (p. 75).

escrita, buscando evidenciar que ela envolve quatro configurações estruturais apenas parcialmente previstas pela gramática normativa (que pretende – ou deveria pretender – orientar o usuário da escrita padrão):

1. construções com sujeito à direita do verbo, independentemente de serem compostos, como em:

(95) (a) Mas se a população de rua não for retirada de nada **adiantarão medidas de segurança** .

(b) Sairá das AD's **caravanas de docentes** para participarem deste evento.

2. construções com sujeito simples de estrutura complexa, independentemente de expressarem noções quantitativas, coletivas ou partitivas, como:

(96) (a) **A programação das grandes emissoras reflete** sua linha de pensamento.

(b) **A apresentação das cores em duetos obedecem** a uma harmonia que atende a todos os estilos de maquiagem.

(c) **Um grupo de artistas estava** sábado à noite no Cine Ricamar.

(d) **Um grupo de turistas chegam** a uma aldeia de canibais e vão a um restaurante.

3. construções com sujeitos que expressam percentual, assim:

(97) (a) **70% acham** que o presidente conseguirá encontrar...

(b) **59% acha** que o governo é a favor dos ricos.

(c) Ela diz que **90% dos prematuros saem** da maternidade mamando.

(d) **64% de pesquisados recebe** no máximo uma visita por semana.

4. construções com sujeito composto singular de estrutura complexa, como em:

(98) (a) **O crescimento e o dinamismo da economia da Tailândia são** incompatíveis com a tradição de compra de votos.

(b) **A atuação da máfia do contrabando e o crescente interesse de comerciantes em descarregar mercadorias em bancas de camelô está** inflacionando

o mercado do asfalto.

Segundo os autores, a grande generalização que se pode fazer para o PB é que, diferentemente das regras tradicionais, a concordância verbal só é regida pelo núcleo do sujeito se ele estiver à esquerda do verbo e for constituído por um só núcleo de estrutura sintagmática simples ou se for constituído por dois ou mais núcleos, com pelo menos um deles no plural. Nos demais casos, a concordância se faz por meio do controle de outros elementos do sintagma, sobretudo por aqueles elementos que estiverem imediatamente à esquerda do verbo.

Em trabalho publicado em 2005, Scherre confirma a tese de que a escrita culta espelha regularidades inerentes à variação da fala culta e a ilustra com mais dados, como se pode verificar nos exemplos abaixo:

1- ausência de marcas de concordância com núcleo do sujeito à esquerda do verbo:

(99) (a) Não **importa as sucessivas decisões judiciais favoráveis**, ao pagamento.
(*Correio Braziliense*, 28/11/2001, p. 3, c. 3)

(b) Ainda não se sabe como **será conduzida as negociações** sobre o destino da política salarial na reunião que o presidente Itamar Franco convocou para amanhã à tarde no Palácio do Planalto (*Correio Braziliense*, 18/07/1993, p. 3, c. 2)

2 – ausência de marcas de concordância com o núcleo à direita, em sujeito de SN complexo:

(100) (a) Lembramos que **a estipulação dos prazos acima decorrem** da necessidade de melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para o exercício de 1994
(Ofício Circular no. 60 MEC/SESU, 17/03/1994)

(b) Segundo os analistas ambientais do Ibama, **a ocupação urbana** nas áreas limítrofes da reserva **comprometem** os efeitos ecossistêmicos positivos do parque que promovem o bem-estar ambiental da população (*Correio Braziliense*, 26/12/2004, Cidades, p. 19, c. 1)

(hh) **As novas atribuições dos prefeitos faz crescer** a resistência à reforma agrária.
(*Folha de São Paulo*, 10/09/1995, p. 1-12, c. 1)

3. concordância variável com sujeitos percentuais ou fracionários:

(101) (a) ... **dois terços dos analfabetos** do mundo **são** mulheres (*Folha de São,*
16/04/1995, Mais!, p. 5-3, c.1)

(b) **64% dos pesquisados recebe** no máximo uma visita por semana (*Folha de*
São Paulo, 09/12/1992, Cotidiano, p. 6)

4. Sujeito composto com núcleos no singular:

(102) A **adoção** do real e o seu **impacto** na economia nacional (...) **divide** as opiniões na cidade (*Jornal do Brasil,* 29/05/1994, p. 25, c. 3)

Como se pode observar, há muitas semelhanças entre os dados de escrita coletados por Peres & Mória (1995) e os oferecidos por Scherre & Naro (1997) e por Scherre (2005). Isso significa que, pelo menos o português escrito, independentemente da variedade brasileira ou europeia, parece apresentar variação em estruturas semelhantes.

Para finalizar, é preciso registrar ainda que, diferentemente do uso de orações relativas, a variação na concordância é um fenômeno sujeito a julgamentos sociais distintos, pois a ausência de marcas de plural, em alguns contextos, é passível de estigmatização. Nesse sentido, embora estivesse evidente que a concordância verbal constitui um caso de variação estável, Naro e Scherre, ao focalizarem a atuação dos fatores sociais, observaram que anos de escolarização e gênero são variáveis mais atuantes em direção ao uso da variante com marcas explícitas. As mulheres com maior escolarização apresentam mais essas variantes, seja por maior exposição às normas gramaticais (no caso dos mais escolarizados), seja pelo comportamento lingüístico mais conservador. Ainda segundo os autores, os resultados para a

variável faixa etária indicam que as pessoas pressionadas pela idade profissionalmente produtiva também exibem mais as formas de prestígio.

Ainda na perspectiva daqueles lingüistas, é preciso refletir sobre a influência dos fatores sociais não convencionais nos processos de variação e mudança, pois parece evidente que gênero, escolarização e idade não são suficientes para o entendimento da dimensão social que envolve a variação na concordância de número em português. Eles defendem que testes estatísticos e investigação de itens como origem do falante, seu contato com a mídia e seus bens culturais precisam ser efetivados a fim de termos evidências mais seguras sobre a trajetória dos indivíduos e sua implicação no uso de determinadas formas variáveis.

Em suma, neste capítulo pretendemos resenhar o trabalho de Peres & Mória (1995), no que tange à variação das estruturas de relativização e de concordância verbal no português europeu escrito e alguns dos trabalhos de foco variacionista para as mesmas estruturas no português brasileiro falado e escrito. Embora as reflexões deste capítulo estejam apenas esboçadas, se pensamos na amplitude do tema, reafirmamos sua validade em dois aspectos: i) a ratificação das propostas de Labov para o caráter de não-homogeneidade dos sistemas lingüísticos e, em decorrência disso, ii) a necessidade de investigarmos mais a fundo os fenômenos variáveis no PE que também se apresentam como tal no PB. Deste modo, talvez possamos confirmar a proeminência das semelhanças sobre as diferenças, sendo estas mais quantitativas do que qualitativas. Esse segundo aspecto é fundamental para os estudos sobre as origens do vernáculo brasileiro porque pode reforçar a tese anticrioulista nos termos de Naro e Scherre, já que, evidentemente, em Portugal não se constituiu uma língua crioula.

Além disso, objetivamos desenhar um quadro em que se pudessem observar os contextos recorrentes na variação de orações relativas e de concordância verbal, na perspectiva dos pesquisadores estudados. Deste modo, supomos ter compreendido um pouco mais como, quando e por que as regras são aplicadas ou não pelos falantes brasileiros.

Resta saber como se verifica a variação no português europeu popular e em que condições sociais e estruturais se dá, quando observadas construções idênticas.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E ANÁLISE DOS DADOS

Nos capítulos anteriores, procuramos consignar as idéias a partir das quais esta tese se delinea. Como ponto de partida, retomamos os debates acerca da história da constituição do vernáculo brasileiro com suas peculiaridades morfossintáticas diferenciadas da língua matriz – o português europeu. Tais particularidades fazem parte do objeto de estudo daqueles que defendem explicações diferentes para as origens do PB e se agregam em torno de três teses principais: a tese de uma origem crioula; a tese de uma deriva natural e a tese da transmissão lingüística irregular. Embora não nos filieemos a essas linhas de pesquisa, conforme já dissemos, acreditamos ser a hipótese da deriva natural a mais adequada para explicar, até o momento, as particularidades morfossintáticas do PB.

Assim, no intuito de somar evidências à argumentação da deriva natural, focalizamos dois entre os fenômenos morfossintáticos tidos como tipificadores de línguas de origem crioula (a concordância verbal e as estratégias de relativização) a fim de observar sua presença e comportamento no português europeu popular. Buscamos, então, alguns trabalhos variacionistas (resenhados no capítulo 2) que nos oferecessem instrumentos para a leitura e a análise dos dados com que trabalhamos.

Deste modo, além dos estudos sobre as origens do PB, uma outra inspiração teórica naturalmente implicada nesta tese é a Teoria da Variação Lingüística, **embora esta pesquisa não se estabeleça sob sua orientação metodológica *stricto sensu*.**

As bases da Sociolingüística Variacionista estão postuladas em Weinreich, Labov & Herzog (1968) e Labov (1972) e sua concepção fundamental assume que a heterogeneidade (ou variação) é um fator inerente aos sistemas das línguas naturais e é governada por restrições internas e/ou externas. Tais postulados são centrais à teoria e se definem

contrariamente às abordagens que equacionam sistema e homogeneidade, já que “em uma língua que serve a uma comunidade complexa (i.e. real) a ausência de heterogeneidade estruturada seria disfuncional” (Weinreich et alii, 1968: 101)²¹.

Desta forma, considera-se que haverá variação sempre que – em um mesmo contexto, numa dada frequência e sistematicidade – ocorrerem duas possibilidades estruturais para se dizer a mesma coisa. Frequência e sistematicidade são, portanto, condicionantes para que se possa identificar uma dada estrutura variável como, de fato, uma *variante lingüística* disponível aos falantes em seu repertório vernáculo.

Esses postulados justificam a escolha do modelo como inspiração para esta pesquisa, já que as noções acima são essenciais para a investigação de nossas hipóteses de trabalho, das quais trataremos mais adiante. Este paradigma é, portanto, altamente produtivo na oferta de respostas ao problema que serve como ponto de partida desta tese, já que os estudos variacionistas objetivam, em síntese, descrever e explicar fenômenos de variação em si. Para isso, faz-se um tratamento estatístico dos dados coletados e se formulam hipóteses e análises que desenham a configuração de uma língua mais próxima do seu real contorno. Ao operar com um número significativo de dados concretos extraídos da fala de informantes estratificados por sexo, idade, escolaridade, entre outros itens, esse modelo torna ainda possíveis as previsões de tendências de mudança naquele sistema em análise.

Desse modelo quantitativo, utilizaremos a mensuração das frequências de uso das variantes não-padrão coletadas, porque, conforme veremos mais adiante, não foi possível estratificar os falantes nas categorias sociais acima referidas.

Nos trabalhos resenhados no capítulo precedente, observamos que, para a concordância verbal no PB, o grau de saliência fônica da desinência verbal e a posição associada à realização do sujeito são os principais fatores que controlam a ausência ou

²¹ No original: “in a language serving a complex (i.e., real) community, it is *absence* of structured heterogeneity that would be dysfunctional”.

presença da marca de concordância. Na fala de brasileiros, o uso de estruturas de relativização não-padrão pode ter como fatores intervenientes a função sintática do constituinte relativizado e a animacidade do antecedente. Com esses resultados em mente, procedemos à abordagem do PE com base no *corpus* que passamos a descrever.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO *CORPUS*

Já deixamos clara nossa defesa de que as diferenças estruturais entre o português lusitano e o brasileiro não nos parecem ser argumentos suficientes para que se sustentem as teses crioulistas. Até que contra-evidências mais fortes se apresentem, preferimos argumentar em favor da hipótese de que uma das causas da variação entre os dois sistemas pode ser observada no fato de a gramática do português (europeu ou brasileiro) apresentar prefiguradas as possibilidades de ocorrência das formas tidas como não-padrão dos fenômenos aqui arrolados – a concordância verbal e as estratégias de relativização.

Partindo dessa idéia, a reflexão sobre as questões que se apresentaram no trabalho de Peres & Mória para a escrita nos incentivou a olhar mais de perto a realidade dos usos no PE. Na tentativa de verificar se o “erro” que se evidenciava nos jornais poderia ser fruto da influência natural dos usos da fala na escrita, elegemos como objeto de investigação a variedade do português europeu falado em áreas mais ou menos distantes dos grandes centros urbanos, uma vez pressuposta a noção de que a fala não-urbana seria mais conservadora. A hipótese assumida foi a de que, se o português mais conservador apresentasse evidências de ausência de marcas de concordância verbal e de relativas não-padrão, poderíamos colaborar com argumentação favorável à tese de que tais estruturas não são particulares ao PB, já que

fazem parte do sistema da língua portuguesa e constituem fenômenos implicados num quadro antigo e mais geral de mudanças.

Para empreender essa tarefa, estabelecemos um *corpus* extraído de inquéritos coletados em Portugal, que formam a base de dados para o Projeto Corpus Dialetal com Anotação Sintática – CORDIAL-SIN (disponível no endereço http://www.clul.ul.pt/sectores/cordialsin/projecto_cordialsin_corpus.html). Esse projeto, que está em andamento sob a coordenação da Professora Doutora Ana Maria Martins, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, objetiva estudar a variação sintática dialetal do Português Europeu, numa perspectiva de Princípios e Parâmetros, usando uma metodologia de *corpus* sintaticamente anotado.

Em arquivo sonoro de 4.500 horas de gravações, encontram-se cerca de 100.000 registros de fala do tipo discurso livre (DID) ou semidirigido, coletados em mais de 200 localidades não-urbanas de Portugal, nas décadas de 80 e 90. São 35 localidades mapeadas em todo o território português (cf. Anexo I) e já estão disponíveis e transcritos os registros gravados em 21 delas.

As transcrições são divididas por blocos numerados e etiquetados com fichas, dentre as quais reproduzimos uma da localidade de Fajãzinha, cujo código de identificação é FLF, para ilustrar o procedimento:

Código de identificação do ficheiro: FLF 01C	
Localidade: Fajãzinha	Concelho: Lajes de Flores
Distrito: Horta	Data: 1995
Informante 1: Amélia	Sexo: Feminino
Idade: 63	Escolaridade: 3ª. classe
Informante 2: Amélio	Sexo: Masculino
Idade: 79	Escolaridade: Analfabeto
Informante 3:	Sexo:
Idade:	Escolaridade:
Fonte: ALEPEG	
Inquiridor 1: Gabriela Vitorino	Inquiridor 2: Manuela Barros
Cassete no.: 1 Lado: A min.: 150.162	
Assunto: A horta e os produtos hortícolas	
Tipo de transcrição: Conservadora	
Autor da 1ª. transcrição: Catarina Magro	Data da 1ª. Transcrição: Abril 01
Autor da revisão final: Maria Lobo	Data da revisão final: Nov. 01
CD no.: 9 Faixa 01	

N

Nas fichas disponíveis, contam-se 120 informantes, sendo 75 homens e 45 mulheres analfabetos ou de pouca escolarização, nascidos na localidade em que vivem. Porque nem todas as fichas estão completas – em muitas ainda não há dados sobre a idade e a escolaridade do informante –, foi inviável, para este trabalho, uma quantificação dos dados com base nesses fatores sociais.

Por se tratar de um projeto integrado a outros projetos que visam à elaboração do Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza – ALEPEG e do Atlas Lingüístico do Litoral Português – ALLP, as entrevistas versam sobre temas que buscam informações lexicais relativas à vida, ao meio físico e às atividades econômicas de cada região, como, por exemplo, os rios e os mares; o linho e o tear; a vinha e o vinho, entre outros.

A amostra se apresenta em quatro formatos: transcrição conservadora, transcrição com anotação sintática, transcrição com anotação morfológica e a versão normalizada (transcrição ortográfica, sem pausas, repetições ou fragmentos frásicos). Destas, a versão sintaticamente anotada só estará disponível com a conclusão do *corpus*.

Com o objetivo de mostrar que, em princípio, nos aspectos sintáticos em estudo, a fala lusitana popular e a fala brasileira são sensíveis a formas variáveis na mesma medida de qualidade, apenas os dados que apresentavam ausência de marcas de concordância verbal e

relativas cortadoras e copiadoras foram computados (cf. Anexo II). Deste modo, obtivemos percentuais de ocorrência relativos aos principais aspectos estruturais que controlam sua variação. Portanto, sempre que necessário, apresentaremos os resultados numéricos em forma de tabelas e oferecemos exemplos extraídos do *corpus*, com indicação entre parênteses da localidade em que foi coletado e do número do inquérito.

3.2 ASPECTOS ESTRUTURAIS OBSERVADOS

3.2.1 Nas estratégias de relativização

Com a finalidade de examinar quanto havia de variação e que contextos estruturais do PE popular favoreciam a relativização não-padrão, computamos um total de 1709 relativas.

Para traçar um painel mais nítido do fenômeno, também quantificamos o total de ocorrências da estratégia padrão. Foram 1606 dados distribuídos em 1498 relativas de sujeito e de objeto direto e 108 de funções oblíquas. As 103 ocorrências restantes – copiadoras e cortadoras – foram computadas em função dos aspectos lingüísticos considerados.

Ante a reduzida quantidade de dados, consideramos apenas os seguintes aspectos estruturais, já testados como relevantes pelas pesquisas para o PB, conforme resenhamos no capítulo anterior:

1 – Tipo de estratégia não-padrão

Precisávamos quantificar as ocorrências de copiadoras e de cortadoras, partindo da hipótese de que, dada a baixa ou nenhuma escolarização dos informantes, encontraríamos comportamento semelhante ao já observado nos dados de fala de informantes brasileiros de

idêntico perfil. As relativas copiadoras de sujeito, por exemplo, são mais produtivas entre brasileiros com esse nível de escolarização, sendo, por esse motivo, as formas mais estigmatizadas de relativização.

2 – Função sintática do relativizador

Os trabalhos de Mollica (1977) e de Tarallo (1983) apontam a função sintática do relativizador como um dos fatores intervenientes no uso variável das estratégias cortadoras e copiadoras.

Observamos, então, as seguintes funções do relativizador:

a) sujeito e objeto direto

Porque as funções de sujeito e de objeto direto jamais podem ser preenchidas por um sintagma preposicionado, certamente não se aplica a esses contextos a relativização cortadora. Nesses casos, observamos apenas a estratégia copiadora, como se vê, respectivamente, nos exemplos abaixo:

(103) E havia então depois a seguir o caldeireiro, **que esse** punha fundo nos tachos (Enxara do Bispo 40)

(104) Tinha uma roda **que** a força da água é que fazia andar **a roda** (Arcos 31)

b) complemento relativo

Na função de complemento relativo, computamos relativas cortadoras e copiadoras, que exemplificamos desta forma:

(105) O panal é o **que** a gente cobre o pão quando fica na masseira (Figueiró 25) (é com que a gente cobre o pão)

(106) Tenho um bocado aqui em baixo, **que** dei onze contos **por ele** (Perafita 41) (pelo qual dei onze contos)

c) objeto indireto

O relativizador exerce a função de objeto indireto em frases do tipo:

- (107) Ajeitei uma garrafa dele [de azeite virgem] a uma pessoa **que** o médico **lhe** receitou para tomar o azeite virgem (Monsanto 4) (a uma pessoa a quem o médico receitou tomar azeite virgem)

d) adjunto adverbial

Nesse caso, encontramos relativas copadoras de adjunto adverbial, como se vê em:

- (108) Portugueses, havia muitos [na Suíça]. Porque é um país **que** emigram por volta de cinco mil portugueses **para lá** (Serpa 1) (é um país para o qual emigram ...)

e) Complemento nominal

O relativizador ocupa a função de complemento nominal em frases como:

- (109) O cambão é aquela parte **que** está essas peças todas ligadas **a ele** (Monsanto 8) (à qual as peças estão ligadas)

f) Adjunto adnominal

Os casos de adjunto adnominal que nos interessavam eram os de genitivo, ou seja, nosso interesse era observar os casos em que o relativizador *cuj*o (e suas variantes) estaria iniciando a oração relativa. Nenhuma ocorrência desse pronome foi registrada no *corpus*, do mesmo modo que ele não aparece nos dados de Tarallo (1983).

Ante a indagação de como estariam se realizando as construções com função genitiva, registramos, como curiosidade, já que não era esse o nosso foco, a seguinte estrutura de coordenação com redundância:

- (110) ... havia um coiso qualquer de corrente de água, e lá em baixo havia um rochedo e ao fundo do rochedo fazia um grande pego de água (Cabeço de Vide 44)

Certamente essa frase é mais eficiente do ponto de vista comunicativo do que sua hipotética forma com relativização – ... e lá em baixo havia um rochedo *em cujo fundo* fazia um grande pego de água.

Para nosso estudo, anotamos os casos de relativas copadoras de genitivo, conforme se vê em:

- (111) E as andorinhas, as andorinhas e as verdoguinhas e os outros passarinhos **que não lhe sei o nome, não é?** (Figueiró 21) (cujos nomes não sei)

3 – Animacidade do antecedente

Também se mostrava relevante nas pesquisas resenhadas o fato de serem mais propensos à cópia os antecedentes com traço [+humano]. Para observar o efeito dos traços semânticos [+humano] ou [- humano] do antecedente do pronome relativo, selecionamos frases como:

- (112) ... onde estava **o velho Atamante**, aquele, o tal **que** eu vos já falei que tinha uns livros muito bons (Covo 29) [+ humano]

- (113) Quando a gente tem **uma qualidade de uva** na vinha que não interessa, **que** ela arrelia, ou que não dá regenera, a gente vai, corta, serra a cepa (Enxara do Bispo 23) [- humano]

4) Tipo de preposição cortada

Finalmente, era preciso verificar que tipo de preposição tendia a ser omitida. As pesquisas informam que há maior tendência à supressão de preposições chamadas “fracas”, ou

seja, as que atuam mais sintaticamente e desempenham menor função semântica (em; de; a; com).

3.2.2 Na concordância verbal

Para a constituição do *corpus* desta investigação, foram lidos os registros transcritos das 21 localidades disponíveis na internet e observamos que a distribuição das ocorrências sem marcas de concordância verbal de 3ª pessoa pelas diferentes regiões não foi homogênea. Embora em todas tenhamos dados com ausência de marcas, houve regiões, como Cabeço de Vide, por exemplo, em que apenas uma ocorrência foi registrada, contra 139 ocorrências com marcas. A região em que mais se verificaram ausências de marcas foi Ponta Garça, com 29 casos, contra 152 ocorrências com marcas. Infelizmente, não podemos relacionar esses números a fatores sociais, uma vez que não dispomos de informações mais completas sobre os informantes.

A partir do contato inicial com a amostra, concluímos que, para a seleção dos dados, alguns critérios precisavam ser estabelecidos porque nem todos os casos de ausência de marcas de 3ª pessoa atendiam aos propósitos deste trabalho. Dos casos encontrados na amostra, foram desconsiderados os seguintes:

1. verbos cujas formas de 3ª pessoa do plural e do singular apresentam *output* fonético idêntico ou de difícil distinção, como em:

(114) Tem que vir outras gerações e outras coisas para a gente se admirar (Alvor 47)

2. frases em que ocorre uma possível concordância com um pronome expletivo, do tipo:

(115) (..) ele falta-me umas peças do tear, quero saber onde elas estão (Monsanto 16)

3. seqüências de pergunta e resposta, nas quais o informante repete a forma verbal da pergunta do inquiridor, deste modo:

(116) Inq. - O que é as malhetas?

Inf. - É os cabos que vão pegados às redes e à porta. (Vila Praia de Âncora 5)

4. verbo na 3ª do singular seguido de pronome se, já que gramáticas como a de Mira Mateus et alii (2003) consideram a ausência de marca como uma estratégia de indeterminação do sujeito. Ante a dupla possibilidade de interpretação sintática do sujeito em frases como (117), abaixo, optamos pela sua exclusão do *corpus*

(117) Enchia-se esses dois celeiros (Alcochete 1)

5. sujeito com dois núcleos à direita do verbo, cuja concordância pode ocorrer apenas com o núcleo mais próximo, segundo as gramáticas tradicionais (ver Bechara, 1964), como se vê na seguinte frase:

(118) Entretanto chegou a mãe e a madrinha à beira dele (Castro Laboreiro 7)

Restaram, então, as ocorrências a serem quantificadas a partir de alguns dos aspectos estruturais já consolidados pelas pesquisas como fatores controladores na variação do processo de concordância verbal. Elas foram etiquetadas em observância a aspectos relacionados ao sintagma verbal e ao sintagma nominal sujeito.

A. Em relação ao sintagma verbal, observamos as seguintes particularidades:

1. Saliência fônica da desinência verbal

Esse aspecto tem sido considerado um dos mais relevantes para o fenômeno da concordância. Conforme aludimos no capítulo anterior, considera-se a nasalidade e alguns

outros traços fonéticos (como a acentuação, p.ex.) para estabelecer níveis gradativos na escala de saliência fônica e se verifica a hipótese de que quanto maior for a diferença fonética entre as formas de singular e de plural, maior será a probabilidade de ocorrerem marcas de concordância. Quanto menor for essa diferença, menor será o grau de percepção da marca e, portanto, menor será a probabilidade de sua ocorrência. Embora Naro (1981) tenha proposto uma escala mais complexa, optamos por observar apenas a oposição [+ saliente] ou [- saliente], tendo em vista a pequena quantidade de dados com que trabalhamos.

Assim, reúnem-se entre as ocorrências de desinências com o traço [+ saliente] frases cujos verbos apresentam oposições do tipo *é/são*; *está/estão*; *falou/falaram*; *dá/dão*, entre outros, conforme exemplificamos abaixo:

(119) (...) aqueles à inglesa **é** uns estribos também, em ferro (Alcochete 13)

(120) (...) já **começou** a cair aqueles ‘trojões’ grandes (Serpa 4)

Sob o traço [- saliente], agrupam-se frases cujos verbos se opõem nos moldes de *fala/falam*; *era/era*, *deve/devem*, entre outros, como se apresentam nos seguintes exemplos:

(121) E depois a seara começava a crescer e **ficava** assim aquelas na seara (Serpa 8)

(1) Mas aquase sempre **era** as raparigas que trabalhavam nisso (Ponta Garça 3)

2. Tipo de verbo

A leitura inicial dos inquéritos suscitou a hipótese de que a ausência de marcas parecia mais evidente nas ocorrências com o verbo *ser*. Isso nos levou a separar dois conjuntos de dados, fazendo a oposição **ser versus outros tipos de verbos**. Pelo menos nesse universo de dados e em termos absolutos, tal hipótese, conforme veremos adiante, não se confirmou.

3. Forma verbal

Também levantamos a hipótese de que o tempo em que se flexionava o verbo pudesse oferecer algum tipo de condicionamento no fenômeno da concordância. Embora já tivéssemos notícias de que esse aspecto estaria intimamente relacionado à saliência fônica característica da morfologia de cada tempo verbal (cf Vieira, 1995), optamos por observar o comportamento desse aspecto estrutural, posto que tencionávamos fazer um cotejo com resultados já obtidos para o PB, conforme referimos no capítulo precedente.

Separamos então as ocorrências em torno apenas das formas encontradas nos dados. Foram registrados verbos no presente; no pretérito imperfeito; no pretérito perfeito e no infinitivo, respectivamente exemplificados nas frases abaixo:

(123) Os varais **é** de ferro (Alcochete 10)

(1) Aqui há anos **nascia** aqueles pezinhos de erva aí nos barrancos (Porches 1)

(2) Nunca mais **apareceu** esses cardumes aqui desse peixe (Vila Praia de Âncora 53)

(3) Fez-se uns relheiros para os pássaros não **entrar** com eles (Alcochete 7)

B. Focalizando o sintagma nominal sujeito e de acordo com os trabalhos desenvolvidos para o PB, selecionamos os seguintes aspectos para nortear nossa análise:

1. Posição do sujeito em relação ao verbo

Como atestam as pesquisas para o PB, esse aspecto exerce forte influência no controle da variação na concordância verbal. Em Scherre & Naro (1997), a hipótese de que a posposição do sujeito ao verbo favorece a ausência de marcas de concordância foi testada e confirmada para o PB. Também foi observada pelos autores, ao se cruzarem os fatores posição e realização do SN sujeito, uma hierarquia em que se verifica maior ou menor

probabilidade de ausência de marcas em função desses contextos estruturais. Nossa hipótese era a de que o mesmo condicionamento poderia ser verificado no português europeu popular.

Para observar o efeito desse aspecto no *corpus* do PE, a partir da proposta de Scherre & Naro (1997), estabelecemos os seguintes parâmetros para o sujeito, em termos de realização e posição:

a) Sujeito à direita do verbo

Comprovadamente, no PB esta é uma posição que favorece a ausência de marcas de concordância na forma verbal e a nossa hipótese era a de que o mesmo ocorreria no PE popular.

Não levamos em conta a distância do sujeito em relação ao verbo e reunimos sob a mesma rubrica frases em que o sujeito é imediatamente posposto ou em que há outros itens entre o sujeito posposto e o verbo. Por exemplo:

- (4) E ali está **as mocelas** a encher (Fajãzinha 65)
- (5) Estava assim **os castanheiros** tudo verde (Castelo de Vide 9)
- (6) Andava numa arroteia de matos **vinte e tal homens** (Enxara do Bispo 15)

b) Sujeito expresso à esquerda próximo *versus* sujeito expresso à esquerda distante

Em Vieira (1995), registra-se a dificuldade em estabelecer critérios para a mensuração da distância. Em geral, opta-se pela contagem das sílabas existentes entre o sujeito e o verbo. Em Lemle & Naro (1977), no entanto, o controle dessa variável se fez de forma binária e desse estudo extraímos nossos parâmetros. Consideramos próximo o sujeito imediatamente anteposto ao verbo, assim:

- (130) **As canastras** é feitas de madeira (Alcochete 36)

Consideramos distante todos os demais casos em que houvesse 1 ou mais sílabas entre o sujeito e o verbo, como nas frases abaixo:

(131) **Esses pássaros aqui** é raros (Vila Praia de Âncora)

(1) **As barrelas antigamente** era feitas era com cinza (Ponta Garça 51)

c) Sujeito plural retomado por pronome relativo

Em estudo de 2003 a, Naro & Scherre investigaram a hipótese de que o pronome relativo seria responsável por um efeito que, de alguma forma, mascararia a relação sintática entre o sujeito e o verbo. A leitura inicial dos inquéritos indicava que o mesmo efeito poderia ser observado no PE popular, o que nos levou à hipótese de que esse aspecto também controlaria a concordância nesta variedade de português. Separamos, desta forma, as ocorrências com ausência de marcas de concordância nos verbos em que o sujeito era pronome relativo, conforme ocorre em:

(133) (...) e o rapaz meteu-se num certo sítio (...), naqueles cedros **que está** acolá (Camacha e Tanque 9)

d) Sujeito nulo com antecedente próximo *versus* sujeito nulo com antecedente distante

Também está consignado nas pesquisas para o PB que os fatores estruturais sujeito nulo e sujeito expreso associados ao fator distância ofereceriam condições em competição no controle da variação, ou seja, se o sujeito é nulo com antecedente próximo, há tendência maior à supressão de marcas no verbo, contrariamente ao comportamento do sujeito expreso próximo, que torna mais favorável a presença dessa marca (Scherre & Naro, 1997).

A fim de verificar se os mesmos condicionamentos estariam atuando nos dados do *corpus*, codificamos as ocorrências de sujeito nulo a partir de dois critérios:

▪ o antecedente do sujeito seria considerado próximo se estivesse na fala do informante, com verbo isolado por pausa, como em:

(134) A gente chama **gamões**. **É** aquelas correias grandes que ele nasce nas pedras (Alvor 46)

▪ o antecedente seria considerado distante se tivesse referência na fala do inquiridor, desta forma:

(135) Inq. - Quem são **os manadeiros**?

Inf. - **Era** os homens que andam a vender porcos (Porto de Vacas 26)

5. Estrutura do SN sujeito

A abordagem inicial dos dados sugeriu um interessante contexto de ausência de marcas de concordância, pois ela se verificava em algumas ocorrências em que o sujeito se constituía de um quantificador/numeral seguido de núcleo, como nas frases a seguir:

(136) O que é que é cavar à mão, se for **quatro homens** ou dois homens só a cavar à mão (Enxara do Bispo 13)

(137) **É doze novelos** que a gente põe na urdideira (Ponta Garça 3)

A presença de frases desse tipo suscitou a hipótese de que, de algum modo, diferentemente do SN simples, o SN sujeito que apresentasse um numeral favoreceria a ausência de marcas no verbo, já que a marca de pluralidade estaria referida no quantificador/numeral.

Para verificar essa hipótese, agrupamos as ocorrências, segundo a estrutura do SN, em quatro categorias, a saber:

a) Sujeito constituído de numeral seguido de núcleo nominal, conforme exemplificamos em (136) e (137) acima.

b) Sujeito constituído de SN simples

Consideramos SN simples os casos de sujeito constituído por uma forma nominal ou pronominal ou por especificador seguido de núcleo, conforme as frases do tipo:

(138) (...) quando não vinha cá **os carros** (Porto de Vacas 26)

(139) Mas esta é a moda do Alentejo, que **estes fueiros** é enfiados desta vara
(Alcochete 11)

c) Sujeito constituído de núcleo no plural mais complemento no plural *versus* sujeito formado por núcleo no plural mais complemento singular

A observação desse aspecto se deve ainda aos estudos de Scherre & Naro (1997), na seção em que focalizam a concordância verbal na escrita culta, e de Vieira (1995). Conforme resenhamos no capítulo 2, essas pesquisas registraram ocorrências de SN sujeito com núcleo no plural e complemento no singular cujo verbo não apresentava marcas de flexão. Haveria, segundo aqueles estudos, uma tendência à concordância com o elemento mais próximo e, portanto, complementos no singular poderiam favorecer a ausência de marcas. Com isso em mente, levantamos a hipótese de que situação semelhante poderia ser verificada em nossos dados.

Foram assim separados os casos de SN sujeito com complemento plural das ocorrências com complemento singular, respectivamente exemplificados em (140) e (141), a fim de verificar uma possível correlação entre o comportamento da escrita e da fala popular.

(140) Assim aqueles **pezinhos de ervas** formava aquelas moitas (Porches 2)

(141) Esses **balseiros de madeira** era para acartar o vinho (Ponta Garça 20)

6. Estatuto sintático do verbo que carrega as marcas de concordância

Porque nos interessava verificar se o comportamento do verbo **ser** estaria se diferenciando do comportamento dos demais verbos, conforme nossa hipótese inicial, pareceu-nos necessário separar as ocorrências em que houvesse apenas um verbo principal das que apresentavam uma locução. Nossa hipótese era a de que o verbo **ser** como principal apresentaria menos marcas de concordância do que em contexto em que figuraria com verbo auxiliar.

Para observar esse efeito, isolamos em grupos distintos os casos em que o verbo que carrega as marcas de concordância é auxiliar ou principal, assim:

(142) Trazíamos umas cinqüenta reses e **era** ovelhas (Covo 24)

(143) Há umas ervas que não **deixa criar** as tais ervas que eram úteis para os animais (Porches 1)

Reiteramos que não nos propomos uma análise variacionista *stricto sensu*, daí chamarmos os itens acima descritos de “aspectos observados” e não de “fatores”, como convém à teoria laboviana. Com isso em mente, passemos aos resultados.

3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Considerando os aspectos estruturais observados, exporemos a análise dos resultados, salientando que, quando houver necessidade, eles serão apresentados sob a forma de tabela, em que se incluem o número de ocorrências e o percentual de frequência. Como este trabalho se concentra nas estruturas que fogem ao que se considera como variante padrão, não será feita uma análise de regra variável rigorosamente variacionista, opondo as variantes padrão e não-padrão.

Aos exemplos seguem o nome da região de Portugal onde o dado foi registrado e o número do inquérito em que se encontra.

3.3.1 Das estratégias de relativização no português europeu popular

Com o objetivo de comparar as variantes europeia e brasileira quanto aos processos de relativização, observamos o uso das relativas não-padrão a fim de capturar o contexto estrutural que as favorecia. Também buscamos registrar o tipo de relativizador mais frequente na fala popular lusitana, ainda com o intuito de cotejar as duas variedades.

Para isso, constituímos um *corpus* a partir das transcrições disponíveis em Cordial-sin e em todos foram observadas ocorrências de relativas cortadoras e/ou copiadoras. Foram computados 103 casos de relativas não-padrão (encontramos também apenas 107 ocorrências de relativas padrão de funções preposicionadas, que serão comentadas adiante). A distribuição desses dados não é regular nas amostras: dos 103 casos registrados, em Outeiro, encontramos uma única relativa cortadora e em Porches, apenas uma copiadora. A região em que mais encontramos ocorrências foi Vila Praia de Âncora, com 11 cortadoras e 2 copiadoras.

Em termos absolutos, a pequena quantidade de dados encontrada informa a baixíssima produtividade dessas estruturas, sendo a forma padrão a mais frequente entre os portugueses ouvidos naquelas regiões.

Quando olhamos mais de perto o fenômeno, no entanto, observamos que, no português europeu popular, aspectos estruturais em torno dessas estratégias são paralelos à fala brasileira em geral, como a análise viria a confirmar.

3.3.1.1 Tipo de relativização não-padrão

O primeiro aspecto analisado foi o tipo de estratégia não-padrão encontrado no *corpus* e se observou nítida predominância da estratégia cortadora sobre a copiadora. Do total de 103 ocorrências, 75 (73%) apresentavam o corte da preposição e 28 (27%) apresentavam cópia.

Deste modo, segundo os números acima, são mais frequentes entre as formas não-padrão frases cortadoras, como

(144) Há comeres **que a gente também enjoa** (Alcochete 4),

do que frases copiadoras do tipo

(145) Há cardumes de tainhas, há cardumes de robalos – aqui mesmo na costinha – **que uma pessoa vê-os**. E dizem assim: “Ai rapaz! Que cardume de robalos!” (Vila Praia de Âncora 24)

Note-se que o predomínio de cortadoras vai ao encontro dos resultados obtidos por Tarallo (1983) no estudo da fala brasileira, cuja hipótese era a de que o avanço da relativização cortadora seria também resultante de uma tendência mais geral do português para suprimir preposições, inclusive em outros contextos sintáticos, como se registra no exemplo (146) logo abaixo, que ilustra o corte da preposição da oração subordinada completiva nominal:

(146) Estou convencido que de mim até lá aonde estavam estes não passou ninguém (Cabeço de Vide 44)

De acordo com o que Mollica (2003) sugere para o PB, também no português europeu popular, há indícios de que o falante tende a se esquivar de estruturas como “a revista traz um artigo sobre o escândalo de que eu falei”, preferindo a forma mais simples em termos estruturais, ou seja, sem movimento na sintaxe, como “a revista traz um artigo sobre o escândalo que eu falei”.

3.3.1.2 Função sintática do pronome relativo

Ao procedermos à codificação dos dados, encontramos as seguintes funções sintáticas relativizadas de modo não-padrão, logicamente excluindo a possibilidade de cortadoras de sujeito e de objeto direto:

A - entre as relativas copiadoras

a) adjunto adverbial

(147) Aqui era um lugar, um reservatório, **onde** tinham **aqui** um bocado de água limpa (Perafita 3)

b) complemento relativo

(148) Tenho um bocado aqui em baixo **que** dei onze contos **por ele** (Perafita 41)

c) adjunto adnominal (genitivo)

(149) Mas quantas vezes a gente está a falar com uma senhora da sua idade **que a vida dela** foi toda no campo e não sabem as ervas! Os nomes das ervas. (Figueiró 4)

d) complemento nominal

(150) Era um médico **que** a gente tinha muito agrado **por ele**. Chamavam-lhe Dom Albano (Figueiró 15)

e) objeto indireto

(151) Não são aquelas coisas **que** não se pode **lhe** dar o nome “são uns cesteiros”, não senhora (Lavre 5)

f) objeto direto

(152) Há duas [azenhas] lá em cima **que** eu nunca **as** vi trabalhar (Cabeço de Vide 36)

g) sujeito

(153) Ainda tenho aqui uma netinha de dez anos, **que ela**, quando eu estou amassando, **ela** pergunta logo por a rosquilhinha (Camacha e Tanque 17)

Das 28 copiadoras computadas, 7 são de objeto direto e 4 de sujeito, ou seja 39% do total. Os 61% restantes ocorrem em funções oblíquas. Essas ocorrências estão de acordo com os resultados observados nas pesquisas de Mollica (1977; 2003) e Tarallo (1983), uma vez que a cópia de sujeito e de objeto direto não é freqüente também no vernáculo brasileiro. Em Mollica, por exemplo, registram-se 6% de cópia de sujeito e 1% de objeto direto nas duas amostras (80 e 00), conforme referimos no capítulo anterior.

É importante destacar que, dos sete casos de copiadora de objeto direto, 5 fazem a cópia por meio de um clítico acusativo e 2 por meio de SN. No Brasil, não se registram retomadas por clítico, o que está de acordo com um fenômeno mais geral de mudança no quadro pronominal do PB, no qual se verifica a perda de clíticos de 3ª pessoa (cf. Cyrino, 1994). Nos casos de copiadora de sujeito, duas ocorrências apresentam retomadas por pronome e duas por SN. E, curiosamente, o exemplo em (153) mostra, além da cópia, o sujeito duplicado, construção característica do PB oral contemporâneo.

Os exemplos reunidos em (154), (155) e (156), logo abaixo, ilustram os três diferentes tipos de anafóricos encontrados no *corpus*:

a) retomada por pronome reto ou outro tipo de SN, com traço [+ animado] ou [-animado]:

- (154) (a) Há uma [erva] que fez mal ao gado que não me lembra o nome **dela**
(Castelo de Vide/Porto de Espada 95) pronome [-animado]
- (b) Era a terra que mais havia pilado era **nesta** (Vila Praia de Âncora 35) SN [-animado]
- (c) E havia então depois a seguir o caldeireiro, que **esse** punha fundo nos tachos (Enxara do Bispo 40) SN [+ animado]
- (d) Tinha uma roda que a força da água é que fazia andar **a roda** (Arcos 31) SN [-animado]

b) retomada por clítico, com traço [+ animado] ou [-animado]:

- (155) (a) Ajeitei uma garrafa dele [de azeite virgem] a uma pessoa que **lhe** o médico receitou para tomar o azeite virgem (Monsanto 4) [+ animado]
- (b) Há duas [azenas] lá em cima que eu nunca **as** vi trabalhar (Cabeço de Vide 36) [-animado]

c) retomada por advérbio:

- (156) Buscavam sempre mais ou menos o tanque onde depois as águas saíssem **dali** sozinhas para regar o terreno todo (Serpa 11)

Em nossos dados, nas funções de sujeito e de objeto direto, predominam construções do tipo padrão, embora seja preciso reconhecer sua ambigüidade estrutural, como observou Tarallo (1983). Para que se tenha idéia da sua freqüência, computamos 1498 relativas introduzidas por QUE, sendo 1129 na função de sujeito e 369 na função de objeto direto.

B – entre as relativas cortadoras

a) adjunto adverbial

(157) A caixa do arpão tem um furo **que** a gente mete um pedaço de madeira (Câmara de Lobos/Caniçal 31) [em que/ no qual a gente mete um pedaço de madeira]

b) complemento relativo

(158) [A petinga] é um peixinho **que** a lula agarra-se (Câmara de Lobos/Caniçal 18)
[a que/ ao qual a lula agarra-se]

c) objeto indireto

(159) Estive com um patrão **que** fiz isso [desparrar a videira] (Serpa 20)
[para quem fiz isso]

d) complemento nominal

(160) Inq. [Olhe, na sua horta, nas couves, às vezes há assim uns bichinhos? É a lagarta.]
Inf. Olhe, é uma que, **que** a gente tem que ter cuidado para não estragar a roupa?
A nossa roupa? (Alcochete 39) [com que a gente tem que ter cuidado]

Não se registrou ocorrência de adjunto adnominal (genitivo) entre as cortadoras, em conformidade com os resultados de Tarallo (1983: 126) para o comportamento da fala de indivíduos da classe baixa (*lower class*), entre os quais a estratégia copiadora, em função genitiva, é categórica, como se vê também em nossos dados. Interessante observar que relativas de genitivo tampouco apareceram entre as construções do tipo padrão, conforme veremos mais adiante.

Tarallo ainda registrou, no mesmo grupo de informantes, a preferência pela estratégia cortadora na relativização de funções oblíquas, fato também registrado em nossos dados, cujas freqüências somam um total superior ao das copiadoras (77% de adjunto adverbial, 19% de complemento relativo e 3% de complemento nominal).

A tabela a seguir mostra numericamente o quadro geral das relativas não-padrão, de acordo com as funções sintáticas do constituinte relativizado:

Tabela X: Cortadoras e copiadoras, conforme a função sintática no português europeu popular

	CORTADORAS	COPIADORAS
Sujeito	---	4 (14%)
Objeto direto	---	7 (25%)
Adjunto adverbial	58 (77%)	6 (21%)
Complemento relativo	14 (19%)	1 (4%)
Objeto indireto	1 (1%)	2 (8%)
Complemento nominal	2 (3%)	4 (14%)
Adjunto adnominal (genitivo)	0 (0%)	4 (14%)
TOTAL	75 (100%)	28 (100%)

É interessante registrar, ainda, que as funções cujas preposições são mais cortadas se situam no âmbito do SV (adjunto adverbial, complemento relativo e objeto indireto). As menos cortadas estão na esfera do SN (complemento e adjunto adnominal).

3.3.1.3 Tipo de preposição cortada

A quantificação dos dados revelou ser *em* a preposição campeã entre as suprimidas, com 44 ocorrências em 75. Em outros termos, observa-se que 59% dos casos de relativas cortadoras ocorrem em frases do tipo:

- (161) Tinha uma argolazinha **que** amarrava-se o cordel (Câmara de Lobos/Caniçal 31)
[amarrava-se o cordel **na** argolazinha]
- (162) Os espanhóis sabem preparar aquilo com um molho lá, **que** eles põem aquilo (Vila Praia de Âncora 10) [eles põem aquilo **no** molho]
- (163) Porque raro era o dia **que** não se pegava um, dois lagartos ou três... (Vila Praia de Âncora 1) [não se pegava um lagarto **na**quele dia]

Os resultados de Corrêa (1998: 77) também indicam a função de adjunto adverbial como condicionante para a realização da relativa cortadora na fala dos indivíduos de escolarização inicial e sem escolarização (18 em 19 casos ou 95% das ocorrências). Por essa razão, fizemos cruzamento dos aspectos função sintática do relativizador com preposição cortada. Os resultados foram os seguintes:

Tabela XI: Relativas cortadoras quanto à função sintática e o tipo de preposição cortada no português europeu popular

F. S.	Compl. relativo	Objeto indireto	Adj. adverbial	Compl. nominal
Prep.				
em	1/14 (8%)		43/58 (75%)	
de	7/14 (50%)		1/58 (2%)	
com	3/14 (21%)		10/58 (17%)	1/2 (50%)
por	3/14 (21%)		2/58 (3%)	1/2 (50%)
a			2/58 (3%)	
para		1/1 (100%)		
TOTAL	14/75 (19%)	1/75 (1%)	58/75 (77%)	2/75 (3%)

De fato, o cruzamento indica que 77% dos casos de cortadoras estão entre as de adjunto adverbial, sendo 75% com preposição *em*. Na segunda posição aparece *com*, omitida em 14 dos 75 casos, sendo 10 (17%) na função de adjunto adverbial também. A preposição *de*, a terceira mais suprimida, é líder na função de complemento relativo, com 57% dos casos (8/14 ocorrências). No quadro geral, as preposições *em*, *com* e *de* são as mais cortadas e figuram em funções que lhes conferem um valor mais gramatical e menos nocional.

Em termos relativos, parece que, tanto no vernáculo brasileiro quanto no português popular lusitano, a maior tendência ao corte de preposições se registra na função de adjunto adverbial, especialmente nos casos em que a preposição é *em*.

3.3.1.4 Animacidade do antecedente

Com relação à animacidade do antecedente, observamos que o índice de copiadoras e cortadoras é maior quando o antecedente apresenta o traço [- humano], ou seja, pelo menos em nossos dados, quando o traço do antecedente é [+ humano] o uso dessas estratégias decresce em frequência. Isso está em consonância com a função de adjunto adverbial, função em que predominou a ocorrência da cortadora. A tabela abaixo mostra a distribuição desses resultados no total de 75 cortadoras e 28 copiadoras:

Tabela XII: Relativas copiadoras e cortadoras e animacidade do antecedente no português europeu popular

	Cortadora	Copiadora
[+ humano]	2/75 (3%)	7/28 (25%)
[- humano]	73/75 (97%)	21/28 (75%)

Se observarmos a tabela, os números contrariam um postulado teórico básico, segundo o qual anáforas pronominais são mais comuns quando o referente apresenta traço [+ humano]. Nossos resultados mostram maior índice de cópias para antecedentes com traço [-humano], com 75% das ocorrências.

Quanto às cortadoras, é preciso lembrar que em nossos dados predominam as cortadoras de adjunto adverbial, especialmente de tempo e de lugar, como exemplificamos em (161), (162) e (163), e nessa função o traço do antecedente é necessariamente [- humano], daí sua predominância sobre o traço [+ humano].

Não podemos encerrar esta seção sem antes mencionar as relativas de funções preposicionadas estruturadas de forma padrão e os relativizadores encontrados no *corpus* em estudo. Quanto às primeiras, foram encontradas 107 relativas do tipo padrão contra 103 construções não-padrão. Dessas, 74 são cortadoras e, das 107 relativas de funções oblíquas do tipo padrão, 99 são introduzidas por *onde*, relativizador que dispensa a preposição.

Desconsiderando os valores absolutos, podemos interpretar esses resultados como um possível indício de que a estratégia padrão, pelo menos nos dados do português europeu popular em estudo, está se restringindo a estruturas em que não é necessário o uso da preposição, em conformidade com uma tendência mais geral já observada no português do Brasil.

Das 107 ocorrências de construções do tipo padrão, encontramos a seguinte distribuição:

a) preposição + relativo na função de adjunto adverbial: 4 ocorrências

(164) Parece que isto que é talvez o dote **com que** nasce as pessoas (Cabeço de Vide 65)

(165) Depois eram atiradas para aquele lugar **em que** ficava com um coiso assim
(Cabeço de Vide 34)

(166) Isto é os raios **com que** eles agarram (Câmara de Lobos 26)

(167) Houve uma altura **em que** nevou muito (Enxara do Bispo 15)

b) preposição + relativo na função de complemento relativo: 1 ocorrência

(168) Ora eu, andandem na escola, se é que o professor **com quem** eles estudaram, se é que ensinou aquilo assim, pois não tenho dúvida que é um professor inteligente (Porches 2)

c) relativos quando em função de adjunto adverbial: 3 ocorrências

(169) Era assim já sempre de noite **aquando** a gente vinha (Porto de Vacas 1)

(170) O ano passado, **quando** veio este nevão grande cá, aquilo baixou (Figueiró 24)

(171) E no segundo ano **quando** estive com aquele patrão, já foi aí eléctrico (Serpa 22)

c) relativos onde, aonde e donde em função de adjunto adverbial: 99 ocorrências

(172) Carrega-se depois [o milho] com um carro para a eira, **aonde** está a debulhadeira
(Alcochete 7)

(173) Chamamos aquilo uma porca – **onde** se alevanta a mó (Figueiró 23)

(174) Eles levavam a transportar o azeite lá para **donde** o queriam vender (Porto de Vacas 27)

Dos números acima expostos, é possível concluir que, conforme ocorre no PB, é baixíssima a produtividade de relativas introduzidas por preposição seguida de pronome relativo. Nesses casos, quando não ocorrem formas copiadoras ou cortadoras, têm lugar formas de esquiva do tipo:

(175) Tem uma moega do moinho **que** é de a gente vazar o milho dentro (Ponta Garça 17) [em lugar de tem uma moega do moinho **por onde/pela qual** a gente vaza o milho]

Também se observa que os adjuntos adverbiais de lugar são preferencialmente relativizados por *onde* (e variantes), conectivo mais adequado à tendência geral ao apagamento da preposição.

Quanto aos relativizadores, observa-se de longe a preferência pelo QUE. Reunidas as formas padrão e não-padrão, contam-se 1601 ocorrências de QUE num total de 1709 dados. Destes, apenas 99 são registros de *onde*, 3 dados de *quando* e 1 ocorrência de *quem*. Isso pode indicar que, nas duas variedades de português em tela, a tendência ao uso do relativizador invariável QUE segue o percurso previsto por Tarallo (1983) e reafirmado por Silva (2005).

3.3.2 Da concordância verbal variável no português europeu popular

Foram levantados 223 dados com ausência de marcas de concordância de 3ª pessoa e a análise se concentrou nesses dados. Foi, entretanto, computado o número de ocorrências de marcas e foram 2297 os casos com marcas de concordância em frases do tipo:

(176) Quando aquilo estava ceifado é que **iam** os carros (Castro Laboreiro 9)

(177) mas as farinhas, se **estivessem** baratas, criava-se porcos (Covo 12)

- (178) **Chamavam**-lhe eles garavato um pau daqueles (Câmara de Lobos 7)
- (179) Nós ficamos com a casa e eles **ficaram** com o resto das terras (Perafita 23)
- (180) Era a freguesia que os carros **eram** mais grandes, **eram** os nossos carros aqui (Ponta Garça 56)
- (181) Diziam que as crianças que **nacessem** de oito meses, naquele tempo, não **viviam** (Castro Laboreiro 16)
- (182) os doutores **são** estes senhores e é quem tem que enfrentar aqui isto (Castro Laboreiro 42)

Embora dessas 2297 ocorrências, 849 (37%) apresentem verbos mais salientes e 1448 (63%) verbos menos salientes, se olharmos para o aspecto posição, registram-se 1998 (87%) sujeitos antepostos e 299 (13%) sujeitos pospostos, confirmando a posição do SN sujeito como um aspecto decisivo para a ocorrência de marcas no verbo.

Quanto às ocorrências sem marcas, encontramos 223 dados no total de 2520. Isso representa um índice aproximado de 9% de ausência de marcas e indica que, no português europeu popular, predominam os usos considerados padrão na concordância verbal. Se esse percentual pode ter pouca significância em termos relativos, comparativamente com o PB, entretanto, revela a seguinte curiosidade: esse resultado é praticamente o mesmo obtido por Graciosa (1991) em relação aos falantes cultos cariocas, que foi de 7% de ausência de marcas (cf. capítulo 2). Além disso, 9% são um percentual suficiente também para observarmos aspectos estruturais intervenientes para a ausência de marcas de 3ª pessoa no verbo, no âmbito do português europeu popular.

Assim, seguindo a ordem da relevância de atuação no uso variável das marcas de concordância verbal, são os seguintes os aspectos em que se verifica mais **ausência de marcas**:

3.3.2.1 Saliência fônica

Como esperávamos, o fato de o verbo apresentar desinências menos salientes confirmou-se como o aspecto mais importante para a ausência de marcas de concordância. De um total de 223 dados, reunindo o verbo SER e OUTROS, 128 pertencem ao grupo dos menos salientes, correspondendo a 57% dos casos, e 95 verbos – ou 43% dos casos - estavam entre os de marcas mais salientes, conforme se vê nos exemplos (183) e (184), respectivamente:

(183) (a) Fica uma vara para virar – às vezes inté **fica duas** também (Alcochete 15)

(b) Em certo tempo, **as obras era** só de pedras (Monsanto 28)

(184) (a) A tal boleta que **dá os carvalhos** até se apanha também para os porcos (Figueiró 5)

(b) **As coisas vai enfraquecendo** tudo (Câmara de Lobos 2)

Esse resultado se aproxima da tese de que o menor grau de saliência fônica interfere a perda de marcas e está de acordo com os resultados de pesquisas sobre a concordância verbal em variedades orais não-cultas e cultas do português brasileiro, como referimos no capítulo anterior.

3.3.2.2 Verbo SER *versus* OUTROS verbos

Conforme dissemos, na fase de coleta dos dados, parecia-nos que o verbo ser estava apresentando comportamento diferenciado em relação a outros verbos. Nossa hipótese era a de que sua presença estaria diretamente relacionada à ausência de marcas de concordância, o que, no entanto, não se confirmou, como mostram os resultados dos efeitos da saliência fônica e do tipo de verbo na tabela abaixo:

Tabela XIII: Ausência de marcas de concordância de acordo com a saliência fônica e tipo de verbo no português europeu popular

	Verbo SER	Outros verbos
+ saliência	48/95 (50%)	47/95 (50%)
- saliência	56/128 (43%)	72/128 (57%)

Como se pode observar, ao combinarmos os aspectos saliência fônica e tipo de verbo, a saliência fônica continua sendo importante para ocorrência ou não de marcas de número no verbo. Se a forma verbal for mais saliente, não importa o tipo de verbo, as possibilidades de se perderem marcas serão de 50% para formas como **é/são** e de 50% para formas como **dá/dão**. Para as formas menos salientes, no entanto, observa-se uma diferença de 11% em favor dos outros tipos de verbo, ou seja, em frases com outros tipos de verbo, há mais perda de marcas do que com o verbo ser, revelando-se inválida, em termos gerais, nossa hipótese inicial. Os exemplos abaixo ilustram esses resultados:

1. verbos mais salientes

(185) (a) Esses coisos **é** modernos (Alcochete 1)

(a) “Eh, rapaz, **está** ali umas pessoas a berrar, que será?” (Covo 21)

(b) Daqui **vai** besugos, **vai** farnecas (Alvor 4)

2. verbos menos salientes

(186) (a) Em certo tempo, as obras **era** só de pedra (Monsanto 28)

(b) Não sei se as senhoras **sabe** o que são (Covo 24)

(c) **Andava** numa arroteia de mato vinte e tantos homens (Enxara do Bispo 15)

3.3.2.3 Forma verbal

Quanto à forma verbal, é preciso dizer que o *corpus* registra 112 ocorrências de formas no presente, 90 ocorrências de formas no pretérito imperfeito e 21 ocorrências

distribuídas entre as formas de infinitivo e de pretérito perfeito, todas sem as marcas de concordância.

Desses totais, foi possível observar que a forma do presente apresenta perda das marcas para verbos do tipo **fica/ficam** (menos salientes) e, como se esperava, apresenta menor frequência de perda no caso do verbo *ser*, já que **é/são** são formas mais salientes. Deste modo, temos na liderança da ausência de marcas a forma de presente em outros tipos de verbos, com 61% dos casos (68 ocorrências em 112), contra 39% dos casos com verbo *ser* (44 ocorrências em 112). Chama a atenção o fato de o percentual para o verbo *ser* se apresentar expressivo, considerando-se o aspecto da saliência fônica de suas desinências no presente. Certamente, outros aspectos parecem ser mais atuantes nessas estruturas, das quais temos os seguintes exemplos:

(187) (a) As ovas da espada **é** muito boas (Câmara de Lobos/Caniçal 2)

(b) Inq. [e quando a gente está a comer, aqueles bocadinhos que caem?]

Inf. **É** as migalhas (Camacha e Tanque 18)

Em relação ao uso do pretérito imperfeito (**era/eram**), é preciso ressaltar que o uso do verbo *ser* nesse tempo marca o gênero textual *descrição*, que predomina nas entrevistas, o que pode justificar o registro de 58 ocorrências do total de 90 casos, contra 32 casos nos outros tipos de verbo. Desse modo, é preciso ter cautela ao afirmar que na forma de imperfeito há mais ausência de marcas no caso do verbo *SER*, já que as demais formas de imperfeito também são menos salientes (cf. **estava/estavam; ia/iam**). Supomos que o fator *tipo de texto* pode estar interferindo nessa diferença numérica.

Os exemplos abaixo podem nos dar uma idéia melhor do que encontramos nos inquéritos:

(188) (a) Há uns anos **andava** sempre aqui uns muito pequeninos (Câmara de Lobos 2)

- (b) E havia ali umas vizinhas que **ia** com elas (Castro Laboreiro 6)
- (c) As [tulhas] de madeira eram melhores porque não **apanhava** tanta umidade (Castelo de Vide 10)
- (d) Mas **era** três pessoas para botar as teias (Fajãzinha 19)
- (e) O mexerico era assim uma tabuinha assim bicudinha (...) **Era** dois bicos assim, dois bicos assim (Lavre 35)

Para o pretérito perfeito, como só houve ocorrências (14 casos) com outros tipos de verbo, não foi possível comparar o efeito dessa forma verbal sobre os dois grupos.

Na forma de infinitivo, encontramos apenas 1 ocorrência de verbo ser (**ser/serem**) contra 6 de outros verbos (p. ex. **ir/irem; entrar/entrarem**) e são sempre formas mais salientes.

Em suma, o fato de termos observado as formas verbais do presente com maior frequência de ausência de marcas de concordância para verbos diferentes de ser e a forma de imperfeito colaborando para a ausência dessas marcas é um resultado que vai ao encontro das hipóteses de Naro e Scherre sobre as marcas mais ou menos salientes e confirma sua forte atuação no processo de concordância variável. A tabela abaixo ajuda a visualizar os números obtidos na análise desse aspecto:

Tabela XIV: O efeito das formas de presente e de imperfeito na ausência de marcas de concordância do verbo ser e de outros tipos de verbos no português europeu popular

Forma verbal	Verbo ser	Outros verbos
Presente	44/112 (39%)	68/112 (61%)
Pretérito Imperfeito	58/90 (67%)	32/90 (33%)

3.3.2.4 Posição do sujeito

Levando-se em conta a posição do sujeito em relação ao verbo, o que se observa é, novamente, a confirmação da hipótese de que a posição pós-verbal é, sem dúvida, o segundo maior aspecto estrutural a atuar na ausência de marcas de concordância verbal.

Em trabalho de 1997, conforme resenhamos, Scherre & Naro observaram que havia comportamentos diferentes entre sujeitos explícitos e sujeitos nulos, em termos do fator distância ou proximidade: o sujeito explícito próximo à esquerda favorece a manutenção das marcas de concordância no verbo, o distante desfavorece; o sujeito nulo próximo desfavorece e o sujeito nulo distante favorece. Em nossos dados, a confirmação desses resultados não foi possível porque não trabalhamos com a oposição presença *versus* ausência de marcas e porque só registramos uma ocorrência de sujeito nulo próximo; por isso, a comparação não pode ser rigorosa, mas podemos fazer uma aproximação dos resultados.

Para efeitos percentuais, juntamos as ocorrências de sujeito nulo distante e próximo, mas ainda é possível observar uma hierarquia na atuação do aspecto posição do sujeito, partindo da posição mais favorável para a menos favorável em relação à **ausência de marcas**.

Ela é a seguinte:

1. posição pós-verbal, a mais favorável, como se vê em:

(189) (a) Já **está** quase **as vinhas** todas podadas (Alcochete 16)

(b) Aqui nunca **ficou barcos** desses no fundo (Vila Praia de Âncora 28)

(c) **Veio** aqui **umas máquinas** por conta do governo (Camacha e Tanque 7)

(d) Para irmos à Fajã **era dois quilômetros** de distância (Fajãzinha 56)

2. sujeito expresso à esquerda próximo, como:

(190) (a) **As peitugas** é aquelas mamocas (Perafita 14)

(a) Porque eu sei que **essas variedades de cedros veio** quando veio os serviços florestais (Ponta Garça 32)

3. sujeito plural retomado por pronome relativo, do tipo:

(191) (a) Há **umas [aranhas]** que têm o corpo amarelo, **que dá** nas vinhas, elas estão penduradas lá nas padas (Ponta Garça 40)

(a) Quando a água é muito, faz **aquelas “brulhas” que embrulha** a água (Porto de Vacas 3)

(c) Os vergueiros é... aquelas coisas que servem para atar? **Esses coisas que era** para atar (Porto de Vacas 25)

4. expresso à esquerda distante, do tipo:

(192) (a) **As barrelas** antigamente **era** feitas era com cinza (Ponta Garça 51)

(b) **As traineiras**, às vezes, não **apanha** peixe (Alvor 4)

5. sujeito nulo com antecedente próximo ou distante, a menos favorável, como em:

(193) (a) Inq.: E quando a gente está a comer, **aqueles bocadinhos** que caem?
Inf.: **É as migalhas** (Camacha e Tanque 18)

(b) **Os algodões** agora são muito mais fortes. Não **rebenta** tanto (Ponta Garça 49)

(c) A gente chama **gamões**. **É** aquelas correias grandes que ele nasce nas pedras (Alvor 46)

A tabela a seguir mostra a nitidez dessa hierarquia em termos de ocorrências e

percentuais, reunidos os dois tipos de verbo:

Tabela XV: A hierarquia da posição do sujeito e a ausência de marcas de concordância verbal no português europeu popular

Posição do sujeito	Ocorrências e percentuais
Pós-verbal	115 (52%)
Expresso à esquerda próximo	43 (19%)
Sujeito plural retomado por relativo	33 (15%)
Expresso à esquerda distante	17 (8%)
Nulo com antecedente próximo ou distante	15 (6%)
Total	223 (100%)

Considerando as posições hierarquizadas, de certa forma podemos dizer que se confirmam os resultados de Naro & Scherre (1997), já que eles também observaram as menores frequências de marcas de concordância na posição de sujeito pós-verbal (50/194 ocorrências). No outro extremo, confirma-se que a distância para sujeitos nulos é fator favorável à recuperação de marcas, já que eles representam a última posição em nossa hierarquia, ou seja, é menor a ausência de marcas nessa posição (lembrando que só temos o registro de um dado de sujeito nulo próximo).

Com relação à posição 3, sujeito plural retomado por pronome relativo, temos de lembrar os resultados de Naro & Scherre (2003a) para a atuação específica do pronome relativo. Seus resultados mostram que esse tipo de pronome mascara a relação sujeito/verbo, podendo acarretar a perda da marca de concordância no verbo da oração relativa quando o SN antecedente é plural. A hipótese de que o relativo QUE, por sua forma invariável, favoreceria a manutenção do verbo no singular também apresenta evidências no português europeu popular. Realmente, esse é o nosso terceiro aspecto mais atuante na ausência da marca de plural nos verbos, com 15% das ocorrências.

Era ainda importante verificar a atuação da saliência fônica relativamente à posição/estrutura do sujeito. Do cruzamento desses aspectos, extraímos os seguintes resultados:

Tabela XVI: Cruzamento dos aspectos saliência fônica e posição/estrutura do sujeito versus ausência de marcas de concordância no português europeu popular

Posição do sujeito	[+saliente]	[-saliente]	Total
Anteposto expresso	34 (57%)	26 (43%)	60 (100%)
Anteposto com relativo	16 (49%)	17 (51%)	33 (100%)
Nulo	4 (29%)	10 (71%)	14 (100%)
Posposto	38 (33%)	78 (62%)	116 (100%)
Total	92 (41%)	131 (59%)	223 (100%)

A tabela deixa claro que o efeito da menor saliência fônica se faz notar, principalmente, quando associado à posposição do sujeito (78 em 116 ocorrências ou 62% do total) ou ao sujeito não expresso (10 em 14 ocorrências ou 71% do total). Com o sujeito anteposto, tenha ele a estrutura simples ou complexa (modificado por uma relativa), o efeito da saliência é menos percebido, já que os números se aproximam: são 50 (34 + 16) ocorrências de [+ saliente] e 43 (26 + 17) casos de [- saliente].

Em síntese, podemos dizer que há fortes indícios de que a posição do sujeito é um aspecto que atua sob as mesmas condições tanto no português brasileiro quanto, pelo menos, no português europeu popular.

3.3.2.5 Estrutura do SN sujeito

Esse aspecto também demonstra seguir uma hierarquização na ordem de frequência da **ausência de marcas** de concordância nos verbos. A estrutura em que mais se faz notar é a de SN simples, a que menos apresenta ausência é a de sujeito constituído de núcleo mais complemento no plural, conforme vemos na tabela XIII, mais adiante.

Retomemos a distinção entre verbo ser e outros verbos. Considerando a estrutura do SN sujeito e os dois grupos de verbos (ser *versus* outros), observamos a maioria absoluta das ocorrências de perda de marcas quando o verbo se relaciona com um SN simples (177 das 223 ocorrências). Observando os dois tipos de verbos, há uma diferença de 17 casos em favor de outros tipos de verbo.

Os exemplos a seguir dão mostra dos tipos de SN simples encontrados no *corpus*, independentemente do tipo de verbo:

(194) (a) Nem **todos pode** estudar, nem **todos pode** trabalhar na terra (Covo 15)

- (b) **Os bolos** é mais pequeno (Covo 6)
- (c) Depois já **começa as árvores** a rebentar (Castelo de Vide 30)
- (d) Uma tulha que é metida na parede são as tulhas da coisa... da parede.
E se **fosse outras**, como eram móveis, eram as arcas (Serpa 17)
- (e) Elas [as vacas] têm seis cabeiros (...) é os dentes da frente (...) cada ano vai-lhe caindo um ou dois. **Cai dois** aquase (Enxara do Bispo 24)

Quanto aos SNs longos e complexos, excetuando os casos em que figura o pronome relativo, observamos a baixa produtividade dessas estruturas na fala. Talvez isso se explique pela dificuldade de processamento oferecida por esse tipo de construção, na modalidade oral.

Dos sujeitos constituídos de núcleo (plural) mais complemento (singular ou plural), temos apenas 30 ocorrências entre 223 dados. Os exemplos abaixo ilustram essas estruturas e, é importante destacar, nelas predominam o sujeito em posição posposta ao verbo:

- (195) (a) E depois **começa** a vir **os raios do sol** (Alvor 35)
- (b) E **era chapéus de Braga** que usavam no tempo (Ponta Garça 17)
- (c) Depois de cair o tasco, **fica aquelas mãozinhas de febra** (Outeiro 12)
- (d) **Essas muitas variedades de cedro veio** quando **veio os serviços florestais** (Ponta Garça 32)

Analisando o efeito do aspecto estrutura do SN sujeito em relação aos tipos de verbo, observamos uma diferença de comportamento entre ser e outros verbos nas estruturas em que o sujeito é um SN constituído de quantificador/numeral mais núcleo, conforme exemplos em (196), ou um SN constituído de núcleo mais modificador no plural, como nos exemplos em (197). Vejamos:

- (196) (a) E depois, quando **juntava doze fiozinhos** para passar um liço no pente, não era? (Porto de Vacas 22)

(a) E aqui **era** quase **três pessoas** (Fajãzinha 19)

(b) Se **fosse quinze quilos, era três punhados de sal** (Lavre 35)

(197) (a) (...) logo ali fins de agosto **começa** assim a vir **as águas novas** (Lavre 1)

(b) (...) essas muitas variedades de cedro veio quando **veio os serviços florestais** (Ponta Garça 32)

(c) (...) **era noites inteiras** a escapelar milho (Enxara do Bispo 21)

Nos casos de estrutura de SN sujeitos exemplificados acima, os resultados sugerem que, se há um quantificador à esquerda do núcleo, o verbo *ser* apresenta maior propensão a não exibir marcas que os outros tipos (respectivamente, 10 em 16 ocorrências, contra 6 em 16). Se, no entanto, o núcleo plural é seguido por um modificador plural, são os outros tipos de verbo que exibem mais marcas do que o *ser* (respectivamente, 9 em 13 ocorrências e 4 em 13). No cômputo geral, no entanto, é o verbo *ser* que apresenta o menor percentual de ausência de marcas de concordância (102/46% contra 121/54% dos 223 dados), contrariando nossa hipótese inicial.

Na tabela abaixo, observamos melhor os resultados acima descritos, de acordo com a hierarquia das estruturas de SN - da mais favorável à ausência de marcas no verbo para a menos favorável - reunindo os dois tipos de verbos:

Tabela XVII: A estrutura do SN sujeito e a ausência de marcas de concordância verbal no português europeu popular

Estrutura do SN sujeito	Verbo SER	Outros verbos	TOTAL
SN simples	80 (45%)	97 (55%)	177/223 (79%)
Núcleo + compl. singular	8 (47%)	9 (53%)	17/223 (8%)
Quantificador + núcleo	10 (62%)	6 (38%)	16/223 (7%)
Núcleo + compl. plural	4 (31%)	9 (69%)	13/223 (6%)
TOTAL	102/223 (46%)	121/223 (54%)	-

3.3.2.6 Estatuto sintático do verbo que carrega as marcas de concordância

Observando, ainda, o comportamento isolado do verbo *ser* em relação ao estatuto sintático, também não se confirma a hipótese de que esse tipo de verbo apresente mais ausência de marcas. Ao contrário, os resultados mostram que outros tipos de verbos exibem maior percentual de ausência de marcas, estejam eles na posição de verbo principal (51%) ou de verbo auxiliar (72%), com 21 pontos percentuais de vantagem para o *status* de verbo auxiliar (72% - 51% = 21).

Se tomamos os dois tipos de verbo indistintamente, no entanto, chama a atenção o fato de que, em 191 das 223 ocorrências sem marcas de concordância, o verbo ocupa o *status* de principal. Esse resultado nos indica um percentual de 86% dos casos e coloca os verbos principais na liderança da concordância não-padrão. Vejamos a tabela:

Tabela XVIII: O tipo de verbo - *ser* versus outros - e a ausência de marcas de concordância verbal no português europeu popular

<i>Status</i> do verbo	SER	Outros verbos
principal	94/191 (49%)	97/191 (51%)
auxiliar	9/32 (28%)	23/32 (72%)
TOTAL	103/223 (46%)	120/223 (54%)

Para concluir, observamos que, das hipóteses inicialmente formuladas, confirmou-se no PE popular a atuação dos dois principais aspectos favoráveis à ausência de marcas de concordância verbal no PB: a saliência fônica e a posição do sujeito à direita do verbo. A hipótese inicial de que o verbo *ser* seria também um aspecto interveniente no processo de perdas de marcas verbais não se confirmou de modo absoluto, mas se evidencia no

cruzamento com outros aspectos, sobretudo quando focalizamos o *status* do verbo, como se vê na tabela XVIII. Também é digna de nota sua expressiva ocorrência sem marcas, mesmo estando condicionada pela posição do sujeito e pela menor saliência fônica.

É preciso registrar uma curiosidade em relação à concordância verbal em estruturas predicativas. Diferentemente do PB, na fala popular, é usual a perda de marcas em todos os elementos do predicado (Scherre, 1993), como na frase “As escolas está destruída”. Em nossos dados do PE popular, registram-se estruturas semelhantes às do PB, como em “Os cachos ficou tudo queimado”, mas também ocorrem estruturas predicativas em que a ausência de marca de plural se concentra no verbo, não atingindo o predicativo, como em: “Os molhos depois era carregados”; “Estes fueiros é enfiados”. Esse aspecto precisa ser melhor avaliado em novos trabalhos.

O objetivo de observar semelhanças entre as estruturas variáveis de concordância verbal, bem como as semelhanças entre os aspectos que contextualizam a variação, cotejando-se resultados de pesquisas no PB e os resultados observados no português europeu popular, foi alcançado. Há indícios de que, nas duas variedades de português, a ausência de marcas de concordância verbal obedece a contextos estruturais semelhantes e igualmente hierarquizados.

Em suma, no cotejo entre as duas variedades de português, os casos arrolados sugerem que, pelo menos no PE popular, a ausência de marcas de concordância verbal, na 3ª pessoa, ocorre nos mesmos contextos já observados por Naro & Scherre (1993; 2001) no PB, ou seja, nas formas menos salientes e nas situações de posposição de sujeito, independentemente do tipo de verbo usado. Conforme também destacamos na seção 3.2.2 deste capítulo, lá e cá se registra a ausência de concordância entre verbo e argumento em frases do tipo *mata-se os porcos em novembro*. Como é ambígua a interpretação de tais estruturas (sujeito passivo ou sujeito indeterminado), optamos por desconsiderar esses dados em nosso *corpus* de ocorrências não-padrão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, investigamos aspectos estruturais que favorecem o uso de construções sintáticas consideradas não-padrão no âmbito da concordância verbal e das orações relativas no português europeu popular. Descrevem-se como padrão frases cujo verbo exibe marcas de concordância número-pessoal em conformidade com o sujeito e

estruturas de relativização formadas a partir de movimento de constituintes. Seriam, desta forma, não-padrão as construções em que o verbo não exhibe as marcas adequadas à concordância com o sujeito e as relativas nas quais o movimento de constituintes é inoperante, dando forma a frases relativas cortadoras e copiadoras, caracterizadas, respectivamente, pela ausência de preposição e pela presença de um elemento anafórico que “lembra” o termo relativizado.

Iniciamos o estudo mostrando que, entre outras, essas estruturas não-padrão aparecem arroladas entre as marcas tipificadoras de línguas oriundas de crioulos. Sua alta frequência no vernáculo brasileiro, somada a fatos particulares de nossa sócio-história, ofereceria argumentos à defesa de uma origem crioula para o português falado no Brasil (cf. Guy, 1981; Baxter & Lucchesi, 1997). No entanto, outras hipóteses, como a de Naro & Scherre (2000), consideram fracas essas evidências, defendendo a tese de que o português do colonizador teria chegado ao Brasil com o embrião dessas (e de outras) estruturas prefigurado na deriva secular do sistema.

De um lado, são inegáveis a presença e as interferências sociais e lingüísticas provenientes da mestiçagem e da coexistência de culturas na formação e na difusão do português brasileiro. Ao mesmo tempo, há fatos históricos e formais que sustentam parcialmente as explicações sobre a heterogeneidade polarizada, hoje demonstrada nos estudos sociolingüísticos. Um deles, sem dúvida, é a análise do processo de estratificação social e a conseqüente precariedade dos níveis de escolarização historicamente registrada em nossa sociedade. Mas ante a inexistência de registros concretos e definitivos de um falar crioulo original e diante de indicativos de variação no português transplantado, acreditamos ser mais prudente não subscrever as teses crioulistas.

Essas questões ancoram o cerne do debate e serviram de mote a esta tese. Assumimos a tendência de filiação às idéias que defendem a tese da deriva e a desenvolvemos ao longo do

capítulo 1, no qual figuram alguns dos principais argumentos e contra-argumentos das discussões em torno do tema.

Nesse momento, também tomou corpo a hipótese central deste trabalho. Como a literatura oferece muitas evidências que informam usos das mesmas estruturas não-padrão (consideradas típicas de falares crioulos) no português europeu, seria necessário observar a amplitude da variação na fala lusitana, da qual focalizamos a variedade popular. Assim, em conformidade com o posicionamento antes assumido, a hipótese de que estruturas não-padrão do português europeu falado são sensíveis às mesmas forças lingüísticas que contextualizam a variação no vernáculo brasileiro delineou os passos seguintes da investigação.

Seguindo essa diretriz, no capítulo 2, resenhamos alguns trabalhos que investigam concordância verbal e estruturas de relativização no português brasileiro utilizando o aparato da Teoria da Variação. Fazia-se necessário compreender como e que fatores atuam no sentido de condicionar a ausência de marcas no verbo e as construções relativas cortadoras e copiadoras no português brasileiro falado. Assim, buscamos os trabalhos de Naro & Scherre (1993; 2000; 2003a); Scherre & Naro (1997); Graciosa (1991); Vieira (1995), que apresentam resultados da atuação de fatores estruturais e sociais para as formas variantes de concordância verbal. Para o estudo da relativização, buscamos apoio nos trabalhos de Mollica (1977; 1993); Tarallo (1983) e Corrêa (1998).

Com objetivo de cotejar os resultados desses trabalhos com fatos observados na análise de estruturas semelhantes obtidas no *corpus* do português europeu popular, utilizamos a amostra Cordial-sin, organizada pela Dra. Ana Maria Martins, pesquisadora do Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa. O intuito era testar nossa hipótese norteadora, observando alguns dos aspectos já apontados como relevantes para a ocorrência das formas consideradas não-padrão na fala brasileira.

Conforme relatamos no capítulo 3, de posse dos resultados numéricos, procedeu-se à análise. De certa forma, confirmamos a hipótese central deste trabalho, já que, embora seja reduzida a quantidade de dados, tanto as formas de concordância verbal quanto as de

relativização não-padrão no PE popular, apresentaram contextos muito próximos aos que atuam em estruturas semelhantes no PB. Isso quer dizer que, mesmo quantitativamente diferenciados, os resultados, em linhas mais gerais, apontam para uma semelhança qualitativa no uso variável dos fenômenos abordados, pelo menos entre o PB e os dados do PE popular aqui analisados.

Segundo os números obtidos na observação do português europeu popular, a ausência de marcas de concordância no verbo, em termos quantitativos (223 casos em 2520 dados, ou seja, 9% de ausência de marcas), é um fenômeno pouco freqüente. Esse resultado é semelhante ao encontrado por Graciosa (1991) na fala culta carioca, o que significa que a fala lusitana popular (de indivíduos analfabetos ou de pouca escolarização) apresenta percentuais de concordância verbal não-padrão semelhantes aos observados na fala culta carioca.

Em termos qualitativos, a concordância não-padrão aparece, fundamentalmente, quando: i) o verbo apresenta traço [-saliente], com 128/223 dados ou 57% das ocorrências e ii) o sujeito é posposto ao verbo, com 115/223 dados ou 52% das ocorrências. Deste modo, nos termos das investigações referidas para o PB, confirmou-se o fato de que desinências plurais foneticamente menos salientes e posição pós-verbal do sujeito são aspectos que levam à ocorrência de concordância não-padrão também no *corpus* do PE popular.

Ainda se fez notar a relevância do pronome relativo como elemento-máscara favorável à concordância não-padrão, de acordo com a hipótese de Naro & Scherre (2003a), testada no PB. Esse foi o terceiro aspecto a contextualizar o uso de concordância sem marcas na 3ª pessoa do plural no PE popular, com 33 ocorrências sobre 223, compreendendo 15% do total.

Lembramos, ainda, que a primeira abordagem do *corpus* nos levou à hipótese de que o verbo **ser** estaria apresentando comportamento diferenciado em relação a outros verbos. Essa hipótese não se confirmou de forma absoluta, mas foi verificada quando focalizamos o verbo **ser** como elemento auxiliar em locuções verbais. Mesmo assim, o uso de frases como “Os bolos é mais pequeno” (com ausência de marcas em todo o predicado) levanta a hipótese de

uma sintaxe diferenciada, possivelmente motivada pelo verbo ser, segundo observação do Prof. Dr. Anthony Naro, por ocasião do Exame de Qualificação. Além disso, o número expressivo de concordância não-padrão com esse verbo sugere a necessidade de outras investigações.

Quanto ao uso das estratégias de relativização, encontramos 103 frases não-padrão, reunindo 75 ocorrências de cortadoras e 28 de copiadoras, resultado que evidencia a supressão de preposições como fenômeno mais recorrente do que a cópia, como ocorre no PB. Embora possamos dizer que, de maneira geral, no português europeu popular, predomine a relativização considerada padrão, é surpreendente a proximidade entre as frequências padrão / não-padrão, se consideramos que foram computadas 107 relativas de funções preposicionadas estruturadas de forma padrão. Mais interessante ainda é observar que dessas 107 ocorrências, 99 são construídas com o relativizador *onde*, que dispensa a preposição. Isso demonstra a mesma tendência observada no PB para a perda de preposições, com evidente desenvolvimento de relativas cortadoras.

Ainda em relação ao uso de cortadoras, a função sintática do relativizador é seu principal contexto, ou seja, a função de adjunto adverbial lidera no uso desse tipo de construção, com 58 ocorrências em 75, ou 77% do total de dados. Também foi observada, no *corpus*, uma correlação entre a função sintática do constituinte relativizado e o favorecimento a um dos tipos de relativização não-padrão. Considerando a função genitiva, as copiadoras são categóricas; já entre as 75 ocorrências de cortadoras, 74 eram relativas de funções oblíquas e 1 de objeto indireto. Observando o comportamento dos falantes da classe baixa (*lower class*), Tarallo (1983) encontrou resultados semelhantes.

Em outros termos, podemos dizer que, embora no PB ambos os fenômenos sejam indicativos de mudança (conforme a literatura mostra) e o mesmo não se verifique no português europeu popular (como parecem indicar as frequências aqui registradas), o uso de

concordância e de relativização não-padrão é sensível a contextos muito aproximados nas duas variedades. Isso está de acordo com a hipótese de que os fenômenos variáveis observados, indiciando ou não mudanças no sistema, caminham em direção às tendências prefiguradas pela deriva do português. Os dois fenômenos refletiriam a atuação mais ampla de derivas atuantes nas línguas indo-europeias, conforme os termos de Sapir (1971), também consignadas em Scherre & Naro (2001). No caso da concordância, a supressão de marcas pode estar sinalizando uma tendência normal à ausência de distinção sujeito/objeto a partir da perda de morfemas flexionais. No tocante à relativização, estaria se evidenciando um movimento muito produtivo em direção ao uso preferencial de formas invariáveis (o morfema QUE, no caso).

É claro que tais tendências podem vir a constituir mudanças efetivas (como se verifica no PB) e podem permanecer latentes por muito tempo, situação que nos parece ser a do PE. Também é evidente que há aspectos sociais e históricos particularmente interferentes nas distâncias quantitativas observadas no cotejo entre as duas variedades – entre eles os contatos lingüísticos ocorridos no Brasil colonial, como observa Mattos e Silva (2004a; 2004b). Embora não os tenhamos focalizado, eles são uma força importante no processo de aceleração ou retardamento que a deriva possa assumir. No conjunto dessas forças, estão as políticas de educação escolar assumidas em diferentes momentos da história e o papel dos meios de comunicação de massa como a TV, por exemplo, que ainda precisa ser mais bem investigado.

Como vimos brevemente no capítulo 2, quando apresentamos resultados sobre a escrita e a fala de brasileiros mais escolarizados, a instituição escolar atua – com mais ou menos sucesso – no sentido de preservar uma gramática conservadora ou recuperar perdas lingüísticas observadas na fala inovadora. Obviamente, os diferentes graus de estigmatização das formas variantes também interferem nesse desempenho mais ou menos bem sucedido. Relativamente à concordância verbal, parece que a atuação da escola traduz resultados mais

eficazes tanto na escrita quanto na fala, mas o mesmo não ocorre com a relativização de funções oblíquas preposicionadas, que apresenta baixas frequências na escrita e não se recupera, sobretudo, na fala popular.

Comparativamente aos resultados obtidos entre os lusitanos de baixíssima ou nenhuma escolarização, observamos que os usos inovadores na concordância verbal estão de acordo com as frequências de uso aproximadas às de brasileiros de escolarização superior. Quanto à relativização, as frequências obtidas na fala dos indivíduos ouvidos na amostra confirmam tendências verificadas entre falantes brasileiros de **todas** as faixas de escolarização.

Esse perfil nos leva a pensar, com o auxílio de Kato (2005), sobre a importante frequência de estruturas relativas consideradas não-padrão. Tudo indica que o uso de estruturas padrão das relativas de funções preposicionadas é fruto de aprendizagem via escola, tal como no PB. Diferentemente do que ocorre no Brasil, entre os europeus, a concordância verbal é majoritariamente construída na forma padrão, mesmo entre falantes não escolarizados.

Isso significa, como muitos já afirmaram, que precisamos aprofundar as pesquisas, especialmente em torno do português europeu. Também precisamos, nunca é demais lembrar, voltar atenção ao ensino, abrindo campo à aplicação de descobertas teóricas aos meios pedagógicos.

Para retomar o ponto de partida deste trabalho, não é aceitável dizer que “os brasileiros erram tudo” sem que entendamos melhor a mudança lingüística, a maneira pela qual a nossa norma culta foi codificada (Pagotto, 1998; 2001) e a “real” amplitude dos processos de aquisição e de aprendizagem de fatos lingüísticos nas diferentes variedades do português. Tal conhecimento nos informará o quanto de esforço pode e deve efetivamente ser empenhado na aprendizagem de numa gramática constituída de perdas e ganhos, para que a atuação da escola brasileira seja cada vez mais eficiente e produtiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**. São Paulo: O livro, 1920.

ANDRADE BERLINCK, Rosane de. A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica no fenômeno da ordem. In: TARALLO, Fernando (org.). **Fotografias Sociolingüísticas**. Campinas: Pontes, p. 95-112, 1989.

BARBOSA, Afrânio. **Participios duplos na fala culta carioca**. Rio de Janeiro:UFRJ. Dissertação de Mestrado, 1993.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. São Paulo: Nacional, 1964.

BRAGA, Maria Luiza. As sentenças clivadas no português falado no Rio de Janeiro. In: **Organon – A variação no português do Brasil**, v. 18, p. 109-125, 1991.

_____. As orações de tempo no discurso oral. In: KOCH, I. G. V. & BRAGA, M. L. (orgs.) **Cadernos de estudos lingüísticos**, n. 28, p. 85-97, 1995.

_____. Processo de redução: o caso das orações de gerúndio. In: KOCH, I. V. (org.) **Gramática do português falado**. V. VI: desenvolvimentos. **Campinas**:Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-252, 1996.

BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. Em torno de um velho tema: o cancelamento da marca de número na fala das comunidades rurais brasileiras. In.: **Revista Internacional de Língua Portuguesa**. Lisboa, n. 12, p. 50-57, 1994.

____ & MOTA, Maria Antónia (orgs.). **Análise contrastiva de variedades do português: primeiros estudos**. Rio de Janeiro: IN-Fólio, 2003.

CALLOU, Dinah. **Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro**. UFRJ: PROED, 1987.

____. Um estudo em tempo real em dialeto rural brasileiro: questões morfossintáticas. In: GROBE, S. & ZIMMERMANN, K. (eds.), **'Substandard' e mudança no português do Brasil**. Frankfurt: TFM, p. 255 a 272, 1998.

____. O Projeto NURC no Brasil: da década de 70 à década de 90. In: **Linguística**. São Paulo: ALFAL, v.11, p. 231-250, 1999.

____ ; MORAES, João & LEITE, Yonne. Neutralização e realização fonética: harmonia vocálica no português do Brasil. In: **Anais do Congresso Internacional sobre o Português**. p. 395-404, 1996.

____ & MORAES, João. A norma de pronúncia do /s/ e /r/ pós-vocálico: distribuição por áreas regionais. In: CARDOSO, Suzana (org.). **Diversidade linguística**. Salvador:UFBA, p. 99-104, 1996.

CÂMARA Jr. , Joaquim Mattoso. Línguas europeias de ultramar: o português do Brasil. In: _____. **Dispersos**. Rio de Janeiro: FGV, p. 71-87, 1972.

CASTILHO, Ataliba T. de. (org.) **Para a história do português brasileiro**. São Paulo: Humanitas, 1998.

CORRÊA, Vilma Reche. **O objeto nulo no português do Brasil**. Campinas: Unicamp. Dissertação de Mestrado, 1991.

____. **Oração relativa: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil**. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado, 1998.

COSTA, Maria Cristina Rigoni, **Estratégias argumentativas no texto NURC**. Boletim da ABRALIN, n. 17, p. 109-119, 1995.

CUNHA, Cláudia. **Indeterminação pronominal do sujeito**. Rio de Janeiro:UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1993.

CYRINO, Sônia. **O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático diacrônico**. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado, 1994.

DEMASI, M. S. O –l pós-vocálico na fala culta do Rio de Janeiro. In: **Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 115-143, 1995.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. **Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil**. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado, 1986.

_____. Do pronome nulo ao pronome pleno: trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 107-128, 1993.

_____. **A perda do princípio 'evite pronome' no português brasileiro**. Campinas: Universidade de Campinas, IEL. Tese de doutorado, 1995.

_____. Variação sintática e mudança paramétrica. In: **Gragoatá**, v. 9 – **Línguas e variação lingüística no Brasil**. p. 75-84, 2001.

_____. **Sobre outros frutos de 'um projeto herético': o sujeito expletivo e as construções de alçamento**. Mimeo, 2005.

ELIA, Sílvio. **A unidade lingüística do Brasil**. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

FELGUEIRAS, C. M. **Análise da variação no uso da preposição PARA**. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado, 1993.

FERREIRA, Carlota. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro (Helvécia-Bahia). In: **Revista Lusitana**. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, v.5, p. 21 a 41, 1984/1985.

GRACIOSA, Diva Maria Dias, **Concordância verbal na fala culta carioca**. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1991.

GOMES, Christina Abreu. **Aquisição e perda de preposições no português do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de Doutorado, 1996.

GONÇALVES, C. A. V. **Aférese e prótese: verso e reverso morfológico**. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1993.

GOUVÊA, Lúcia Helena. Construções relativas no registro culto escrito do português europeu e do brasileiro. In: **Anais do IX Encontro da ASSEL-Rio: Tradição e ruptura nos estudos da linguagem**. Publicação em CD-Rom do IX . Rio de Janeiro: Associação dos Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro, 2000.

GRYNER, Helena. **A variação de concordância com verbos pessoais na cidade de Petrópolis**. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1977.

_____. **Variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais em português**. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de Doutorado, 1990.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, ENI (orgs.) **Língua e cidadania**. Campinas: Pontes, p. 127-138, 1996.

GUY, Gregory. **Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax and language history**. Philadelphia: University of Pennsylvania. Ph. D. Dissertation, 1981.

_____. On the nature and origins of popular Brazilian Portuguese. In: **Estudios sobre español de América y lingüística afroamericana**. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, p. 226-244, 1989.

KATO, Mary A. Orações relativas, variação universal e variação individual no português. In: **Estudos lingüísticos**. vol. V, p. 1-16, 1981.

_____. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 223-258, 1993.

_____. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M. A.; KOLLER, E.; TEIXEIRA, J. & LEMOS, A. S. **Ciência da linguagem: trinta anos de investigação e ensino**. Braga: CEHUM/Universidade do Minho, p. 131-145, 2005.

_____. & TARALLO, Fernando. Anything YOU can do in Brazilian Portuguese. In: JAEGGLI, Osvaldo & SILVA-CORVALAN, Carmen (eds.). **Studies in Romance Linguistic**. Holland/USA: Dordrecht, Riverton. P. 343-358, 1986.

_____. & TARALLO, Fernando. Anything YOU can do in Brazilian Portuguese. In: JAEGGLI, Osvaldo & SILVA-CORVALAN, Carmen (eds.). **Studies in Romance Linguistic**. Holland/USA: Dordrecht, Riverton. P. 343-358, 1986.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1972.

LEITE, Yonne & CALLOU, Dinah. **Como falam os brasileiros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

LEMLE, Miriam. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. In: LOBATO, L.(org.) **Lingüística e ensino do vernáculo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.60-94, 1978.

_____. & NARO, Anthony. **Competências básicas do português**. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e Fundação Ford. Rio de Janeiro, janeiro, 1977.

LIMA, Joana D'Arc de M. **Difusão lexical na vibrante final**. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado, 1992.

LOBO, Tânia. **A colocação dos clíticos em português: duas sincronias em confronto**. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1992.

LOPES, Célia Regina dos Santos. **Nós e a gente no português falado culto do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado, 1993.

LOPES ROSSI, M. A. G. **A sintaxe diacrônica das interrogativas –q do português**. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado, 1996.

LUCCHESI, Dante. A constituição histórica do português brasileiro: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In: GROBE, S. & ZIMMERMANN, K. (eds.), **"Substandard" e mudança no português do Brasil**. Frankfurt: TFM, p. 73 a 99, 1998.

_____. A questão da formação do português popular do Brasil. In: **A cor das letras**, n 3, p. 73-100, 1999.

_____ & BAXTER, Alan. "A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. In: **Revista estudos lingüísticos e literários**, v. 19, p. 65-84, 1997.

MACHADO, Márcia dos Santos. **Sujeitos pronominais "nós" e "a gente": variação em dialetos populares do norte fluminense**. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1995.

MARQUES, M. H. D. **O vocabulário da fala carioca – especulações em torno de palavras e números**. Conferência do Concurso de Professor Titular. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

MARROQUIM, Mário. **A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco**. Curitiba: HD Livros Editora, 1934 .

MATEUS, Mira et alii. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

MATTOS, P. B. & MOLLICA, Cecília. **Dois processos de assimilação fonológica no português falado semi-espontâneo do Rio de Janeiro**. Relatório final do Projeto Mecanismos Funcionais do Uso da Língua. Rio de Janeiro:UFRJ, 1989.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas revisitados**. Bahia: UFBA. Conferência apresentada em Concurso Público para Professor Titular, 1999 (mimeo).

_____. Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. In: **Gragoatá - línguas e variação lingüística no Brasil**. Niterói: EdUFF, n° 9, p. 11-27, 2000.

_____. O português brasileiro: sua formação na complexidade multilingüística do Brasil colonial e pós-colonial. In: COSTA, Sônia B. B. & MACHADO FILHO, A. V.L (org.). **Do português arcaico ao português brasileiro**. Salvador: Edufba, p. 116-137, 2004 a.

_____. **"O português são dois..." Novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola Editorial. 2004 b.

MELO, Gladstone Chaves de. **Alencar e a "Língua Brasileira"**. Conselho Federal de Cultura, 1970/1972.

_____. **A língua do Brasil**. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.

MOLLICA, Maria Cecília. **Estudo da cópia nas construções relativas em português**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1977.

_____. **Queísmo e dequeísmo em português**. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de Doutorado, 1989.

_____. A regência do verbo *ir* de movimento. In: OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de & SCHERRE, Maria Marta Pereira (orgs.). **Padrões sociolingüísticos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. Relativas em tempo real no português brasileiro contemporâneo. In: PAIVA, Maria da Conceição & DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (orgs.). **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 129-138, 2003.

_____ & PAIVA, Maria da Conceição. Restrições estruturais atuando na relação entre [l] / [r] e [r] 0 em grupos consonantais em português. In: **Boletim da ABRALIN**, n. 11, p. 181-189, 1991.

_____. Da gênese de grupos consonantais ao português contemporâneo. In: **Revista Terceira Margem**. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 1, p.136 a 140, 1993.

MONTEIRO, José Lemos. **Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do Português do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de doutorado, 1991.

MUSSA, Alberto. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado, 1991.

NARO, Anthony. The social and structural dimensions of a syntactic change. In.: **Language**, n. 57, p. 63-98, 1981.

_____ & SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre as origens do português popular do Brasil. In: **D.E.L.T.A.**, v. 9, p.437-454, 1993.

_____. Restrições sintáticas e semânticas no controle da concordância verbal em português. In: **Fórum lingüístico**. Florianópolis/UFSC: Imprensa Universitária, p. 45-71, 1996.

_____. Variable concord in portuguese: the situation in Brazil and Portugal. In: McWRHOTER, John (eds.) **Language change and language contact in pidgins and creoles**. Amsterdam/Philadelphia, p. 235-255, 2000.

_____. **The individual and the community in real-time linguistic change: social dimensions**. Comunicação apresentada no NWAV 31, Stanford: Califórnia, mimeo, 2002.

_____. **A relação verbo/sujeito: o efeito máscara do que relativo**. III Congresso Internacional da ABRALIN, Rio de Janeiro: UFRJ, mimeo, 2003a.

_____. Estabilidade e mudança lingüística em tempo real: a concordância de número. In: PAIVA, Maria da Conceição & DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (org.). **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 47-62, 2003b.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1922/1953.

NUNES, Jairo. **O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se passivador e indeterminador**. Campinas: Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1990.

OLIVEIRA, M. T. I. Tendências e características do vocabulário da fala culta carioca. In: **Anais do I Encontro sobre Língua Falada e Ensino**. P. 405-409, 1995.

OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de & SCHERRE, Maria Marta Pereira (orgs.). **Padrões sociolingüísticos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OMENA, Nelize P. de. **Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa**. Rio de Janeiro: PUC, Dissertação de Mestrado, 1978.

_____. A alternância entre *nós* e *a gente* na função de sujeito. In: **Estudos Lingüísticos XIV**, p. 94-105, 1987.

ORSINI, Mônica. **A acústica das vogais orais no dialeto carioca: a voz feminina**. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1995.

PAGOTTO, Emilio G. A posição dos clíticos em português – um estudo diacrônico. Campinas: Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1992.

_____. Norma e condescendência; ciência e pureza. In: **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**. Campinas: Pontes, n. 2, 1998.

_____. Gramatização e normatização: entre o discurso polêmico e o científico. In: ORLANDI, Eni (org.) **História das idéias lingüísticas**. Mato Grosso: UNEMAT, p. 39-57, 2001.

PAIVA, Maria da Conceição. **Ordenação das cláusulas causais: forma e função**. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, 1992.

_____. A supressão das semivogais nos ditongos decrescentes. In: OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de & SCHERRE, Maria Marta Pereira (orgs.). **Padrões sociolingüísticos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 217-236, 1996.

_____ & SCHERRE, Maria Marta Pereira. Retrospectiva sociolingüística: contribuições do P_{EUL}. In: **D.E.L.T.A.** v. 15, p. 201-232, 1999.

PAREDES DA SILVA, Vera Lúcia. **Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal**. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de Doutorado, 1988.

PARKVALL, Mikael & ÁLVAREZ LÓPEZ, Laura. Português vernáculo brasileiro e a hipótese da semi-crioulização. In: **Revista da ABRALIN**. V. II, n. 1, julho de 2003.

PERES, João Andrade & MÓIA, Telmo. **Áreas críticas da língua portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.

PINTO, Edith Pimentel (org.). Introdução. In: **O português do Brasil: textos críticos e teóricos**. São Paulo: EDUSP, p. 15-58, 1978.

POPLACK, S. The notion of the plural in Puerto Rico Spanish: competing constraints on /s/ deletion. In: LABOV, W. (ed.) **Locating language in time and space**. Philadelphia: University of Pennsylvania, p. 55-67, 1980.

RAMOS, Jânia M. **A marcação de caso e mudança sintática no português do Brasil: uma abordagem gerativa e variacionista**. Campinas: Universidade de Campinas. Tese de Doutorado, 1992.

RAIMUNDO, Jacques. **O elemento afro-negro na língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

RÉVAH, I. S. A evolução da pronúncia em Portugal e no Brasil do século XVI até hoje. In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1958. (mimeo)

RIBEIRO, I. **A sintaxe do português arcaico: o efeito v-2**. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado, 1995.

RODRIGUES, Violeta. **A função dos vocábulos em –mente na fala culta carioca**. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado, 1994.

SACCONI, Luiz Antônio. **Não erre mais!** São Paulo: Atual, 1998.

SAPIR, Edward. **A linguagem: introdução ao estudo da fala**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Reanálise da concordância nominal em português**. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de Doutorado, 1988.

_____. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. In: **Revista internacional de língua portuguesa**. N. 12, p. 37-49, 1994.

_____. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

____ & MACEDO, A. T. de. Variação e mudança: o caso do S pós-vocálico. In: **Boletim da ABRALIN**, n. 11, p. 165-180, 1989.

____ & NARO, Anthony. Duas dimensões do paralelismo verbal no português popular do Brasil. In.: **D.E.L.T.A.**, n. 9, p. 1-14, 1993.

____. A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, Dermeval da. **Diversidade lingüística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, p. 93-114, 1997.

____. Sobre as origens estruturais do português brasileiro: criouliização ou mudança natural? In: **Papia**, nº 11, p. 40-50, 2001.

SILVA, Bianca Graziela Souza Gomes da. **O caminhão que eu trabalhava com ele subia qualquer ladeira: um estudo sobre a gramaticalização do que**. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. mimeo. Dissertação de Mestrado, 2005.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Um caso de definitude. In: **Organon – A variação no português do Brasil**, n 18, p. 90-108, 1991.

____ & VOTRE, Sebastião. Estudos sociolingüísticos no Rio de Janeiro. In: **D.E.L.T.A.** n 7, São Paulo: Educ. p. 357-376, 1991.

SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

TARALLO, Fernando. **Relativization strategies in brasilian portuguese**. Universidade da Pensilvânia, Tese de Doutorado, 1983.

____. Por uma Sociolingüística românica 'paramétrica': fonologia e sintaxe. In: OLIVEIRA, Marcos Antônio de & NASCIMENTO, Milton do (org.). **Ensaio de lingüística**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, p. 51-83, 1987.

____. Reflexões sobre o conceito de mudança lingüística. In: **Organon**. v. 18, p. 11- 23, 1991.

____. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 35-105, 1993.

____. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 35-105, 1993.

____ & KATO, Mary A. Harmonia trans-sistêmica: variação inter e intra-lingüística. In: **Preedição 5**. Campinas: UNICAMP Editora, p. 315-353, 1989.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues. **Concordância verbal: variação em dialetos populares do norte fluminense**. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1995.

VOTRE, Sebastião J. & NARO, Antony J. Mecanismos funcionais do uso da língua. In: **D.E.L.T.A.** São Paulo: Educ. v. 5, p. 169-184, 1989.

WEINREICH, V. , LABOV, W. & HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language. In: LEHMANN, W. P. & MALKIEL, Y. (eds.). **Directions for Historical Linguistics**. Austin & London: University of Texas Press. P. 95 –188, 1968.

(Anexo II)

CORPUS EXTRAÍDO DA AMOSTRA CORDIAL-SIN

I - CONCORDÂNCIA VERBAL NÃO-PADRÃO NO PORTUGUÊS EUROPEU POPULAR

1. Alcochete

Inq. 1

Enchia-se **esses dois celeiros**. Hoje já não se semeia nada. **Está abandonados**. Estão fechados.

Inq. 3

Esses coisos é modernos.

Inq. 6

Os molhos depois **era** carregados.

Inq. 7

Faz-se uns relheiros para **os pássaros** não **entrar** com ele.

E **essas pás servia** também para as eiras

Estava as cabras ali à roda. Já **ia** para lá **as cabras**. **Ia** depois **as éguas**.

Inq. 10

Os varais é de ferro.

Inq. 11

Mas esta é a moda do Alentejo, que **estes fueiros é** enfiados desta vara.

Inq. 13

(...) e há outros arreios simples, **que é aqueles rasos. E** aqueles à inglesa é **uns estribos também, em ferro, só de enfiar o pé.**

Inq. 15

Fica uma vara para virar – à vezes até **fica duas** também!

Inq. 16

Já **está** quase **as vinhas** todas podadas.

Anda duas mulheres, ou dois homens, com uma canastra, com uma navalha, andam a cortar os cachos de uma cepa.

Inq. 17

Nasce também **os pompos** e **nasce os cachos de uva.**

Inq. 22

Deixa-se uma pinga para **eles ir** lá escorropichar.

Inq. 24

Inquir. Quando as vacas estão na albegoaria, onde é que elas vão comer?

Inf. À manjedoura. Se é **vacas** para se tirar leite, que andam a pastar...

Inq. 36

As canastras é feitas de madeira.

Inq. 46

Inquir. Que árvores é que aqui há junto de, da água?

Inf. Ali é **palmeiras**, que **está** além em cima.

2. Covo

Inq. 6

Inquir. Passámos para outra coisa... Portanto, **as mulheres** põem o fermento na farinha e vai?

Inf. E amassam, aquilo, **amassa**, amassam e depois quando tiver a massa ... dão ali umas cinco voltas ao pão. Cinco voltas é: mexê-lo... É. Cinco voltas ao pão. Depois **agarra**, e **tira** e juntam e põem um bocadinho de farinha por cima e fica tudo certinho assim.

Faço os bolos – sabe como é bolos? Não sabe o que é bolos? (...) **Os bolos** é mais pequeno.

Inquir. Mas só fazem bolos?

Inf. Só se faz bolos. E depois agarra a uma outra massa e fazem broas.

Inq. 8

E agora, tiram-lhe a medula, porque ela – a doutora Belisa – telefonou para a Alemanha, não havia, telefonou para a Rússia e não havia (...) mas ao depois **apareceu** logo **três pessoas** a dar-lhe a medula.

Inq. 10

Já morreu o mais velho e morreu a minha mãe. Já **morreu dois.**

Inq. 13

Naquele tempo, ele havia **uns canecos** que **era** para ir à fonte

Inq. 15

(...) nem **todos pode estudar**, nem **todos pode trabalhar** na terra.

Inq.21

Digo eu assim para meu filho: “Eh rapaz, **está ali umas pessoas** a berrar, que será? O que é que eles terão?”

Inq. 24

Não sei se **as senhoras sabe** o que são.

Trazíamos umas cinquenta rezes e **era ovelhas**.

Inq. 25

Ao outro dia começou a vir por aqui gente de ... a freguesia de Cepelos. **Veio todos**, e os filhos e a família toda à procura dele.

Inq. 37

Portanto, eu não sei dizer se é macho ou se é fêmea. Sei dizer que a gente diz que é uma mestra, e põe lá uma só, porque se **fosse duas**, podia ser macho ou fêmea. (...) **aqueles bichitos é** as abelhas

3. Figueiró

Inq.1

Dizem que dia de São Pedro que **fica os chazinhos** bentos.

Inq. 3

É os carvalhos que aí temos nas moitas (...) pois **é as tais bolas**. **As coanhas é** da giesta

Inq. 5

A tal boleta que **dá os carvalhos** até se apanha também para os porcos.

Inq. 14

Inf. **Pica as folhas**. As folhas.

Inquir. As folhas é que picavam?

Inf. Picavam, é.

Inq. 20

Se (...) que não **fosse as máquinas**, estava tudo desgraçado.

4. Câmara de Lobos/ Caniçal

Inq. 2

As coisas vai enfraquecendo tudo.

Esses problemas que dá vai enfraquecendo [a pesca]

As ovas da espada é muito boas.

As leis que está se passando no mundo, está compreendendo? Em tempos havia **embarcações** que **ia** ... para ganhar a vida

Inq. 7

Há uns anos **andava** sempre aqui **uns [pássaros]** muito pequeninos.

Inq. 9

Isso fica como um cacho de uva (...) e **fica aquelas bolinhas** como um cacho de uva

Inq. 28

(...) porque ao outro dia **podia aparecer baleias** por lá

Inq. 32

Quando **era duas bandeiras**, era para o Norte

(...) as mulheres que estavam em casa, estava mulheres que ouviam e **estava as outras** que não ouviam

Inq. 33

Está-se a cortar e **está aí os outros rapazes** a puxar.

5. Castro Laboreiro

Inq. 6

E havia ali **umas vizinhas** que **ia** com ela.

Inq. 34

Nós chamávamos-lhe a mosca das vacas. Mas aquele ali à casa não vem. **Aquelas** só **anda** onde há o gado.

6. Vila Praia de Âncora

Inq. 5

E agora tem que ter umas cotas, sabe, umas licenças **daqueles países, daqueles mares** que **está** debaixo do domínio daquelas nações.

Inq. 22

Aqui dizemos: “aí que **montes de sardinha vai** acolá”

Inq. 28

Aqui nunca **ficou barcos desses** no fundo.

Inq. 31

Esses pássaros aqui é raros, sabe.

Esses pássaros só aparecem aqui nos meses quentinhos, **Julho, Agosto**, que é **os dois meses** mais quentes

Inq. 33

Antes havia umas algibeiras para pôr o dinheiro, não **era bolsos**.

Inq. 53

Nunca mais **apareceu esses cardumes** aqui desse peixe.

(...) e **aquelas gamelas carregadinhas ia** para o estrume.

7. Camacha e Tanque

Inq. 2

Há **podas** que **traz** três cachos, um olho.

Inq. 7

Mas essa água é dum senhor de Lisboa. **Veio** aqui **umas máquinas** por conta do governo.

Inq. 8

Aquelas plantas é que é salgueiros.

Inq. 9

(...) e o rapaz meteu-se num certo sítio – nesta, enfim, nestes cedros, tamagueira, **naqueles cedros** que **está** acolá.

Inq. 18

Inquir. E quando a gente está a comer, **aqueles bocadinhos** que caem?

Inf. **É** as migalhas.

8. Castelo de Vide/ Porto de Espada

Inq. 9

Estava assim os castanheiros tudo verde.

Inq. 10

(...) as **[tulhas] de madeira** eram melhores porque não **apanhava** tanta umidade.

Inq. 28

Aquelas ervas mais manhosas é aquelas que a gente ainda aproveita para o gado. Pois havia de matas mas **era** as bravas, **as** que **mata** as bravas **mata** as parreiras.

Inq. 30

Depois já **começa as árvores a rebentar**.

Inq. 50

Os paus é que **ia arrastando** aquilo.

9. Cabeço de Vide

Inq. 9

(...) hoje aparece tanta problema desses, de **coisas ‘antiguíssimas’** que **passou** deste para aquele

10. Fajãzinha

Inq. 12

Se é fruta que começa a apodrecer, **começa a aparecer umas moscas** muito pequeninas.

Inq. 19

E aqui **era quase três pessoas**. Eu (...) cheguei a esta muitas sozinha, mas **era três pessoas** para botar as teias.

Inq. 53

E ficaram as maçãs ao mar e **nasceu** na praia **essas macieirinhas**.

Inq. 55

E depois casou-se [meu pai] e **começou a chegar filhos** – que a gente éramos onze irmãos.

Inq. 56

Para irmos à Fajã **era dois quilómetros** de distância.

11. Lavre

Inq. 1

(...) logo ali fins de agosto **começa** assim **a vir as águas novas**.

Ali ao Camarrinho, há ali ... Que é na Terra do Frade, que era terra das ovelhas. Aí é que há quatro árvores reais. **É as únicas árvores** que eu conheço que são iguais.

Inq. 3

Quanto mais lavouras **leva as terras**, mais ruins são as cortiças.

Inq. 6

Acho bom de **ter acabado essas coisas** porque há as máquinas para trabalhar.

Inq. 7

Inquir. Mas esse trabalho de ensacar e tudo ?

Inf. **Era mulheres**

Inquir. Era mulheres?

Inq. 10

Inf. **As relvas é** as terras que foram semeadas. Há os pousios e há as relvas.

Inquir. Que foi lavrada?

Inf. Que **é** lavradas.

Inquir. E a essas chama-se um 'barbeto'?

Inf. Um 'barbeto'. **As** que tinham sido tratadas, que já **tinha sido semeadas**. (...) (No 'barbeto') fica a terra sem uma erva, sem nada, mal **aparece umas ervazitas**.

Inq. 14

Chama-se **umas alpendoradas**, que **é** abertas dos dois lados, pronto.

Inq. 23

Inquir. Olhe, nunca diziam também que lá tinha dentro uma coisa má dentro daqueles ovos? Tinha lá bichos ou que nascia bichos daquilo?

Inf. **É ditados** que se dizem.

Inq. 23

Atou (o plástico), vai ali onde haja lavareda não, onde **esteja brasas** ou brasinhas. (...) **É as tais coisas** que digo que **é coisas** que acontecem que a gente às vezes de maneira nenhuma ... caso agora do ovo! Até pode ser de **apodrecer esses bichos** lá dentro ao fim dum certo tempo.

Inq. 24

Por exemplo, no fim de fevereiro, princípios de março, até tantos de maio, não comíamos mais nada.

Era só as túbaras.

Inq. 27

Cabanejos era os cesteiros.

Inq. 31

Esses é os gamos, os veados, mas ele há aqui umas coisas....

Inq. 35

(...) Punha-se em cada cinco quilos de farinha um punhado de sal. **Se fosse quinze quilos, era três punhados de sal.**

Inq. 35

O mexerico era assim uma tabuinha assim bicudinha daqui e bicudinha daqui e um pau aqui no meio.

Era dois bicos assim, dois bicos assim.

12. Alvor

Inq. 1

Está aqui **uns viveiros**, e estão fazendo muitas coisas que não haviam de fazer: pôr pedras no rio.

Inq. 4

E é claro, a classe da gente nova está-se a ocupar de hotéis, **muitos é** empregados de hotéis. (...) A gente aqui produz-se também peixe que vai para a Alemanha (...) Daqui **vai besugos, vai farnecas**. (...) **As traineiras**, às vezes, não **apanha** peixe, as coisas dão mal.

Inq. 9

Morre tantos centos de sardinha, os primeiros dois meses. (No mar) há abundância. Mas, às vezes, faz falta e já não se vê criação como se via.

(...) O período do defeso é muito bom. “Não lucra agora, não lucra” (...) Lucra mais tarde. E lucra nós e **lucra todos**. Matando a criação é que não lucram nada.

Inq. 20

Há **peixes**, às vezes, que é quase dois homens.

Inq. 28

E há **umas caravelas**, que é azuis, que também chama-se caravelas.

Inq. 35

E depois **começa a vir os raios do sol**.

Inq. 36

Ganhava mais que uma parte e sempre favorecia, além de ajuntar mais que um camarada. Sempre **vinha uns patavos**.

Inq. 45

E a maré não é toda igual. Conforme os dias é que **regula as marés**.

Inq. 46

Umam correias. A gente chama **gamões**. **É aquelas correias grandes** que ele nasce nas pedras. A gente chama gamões.

Inq. 47

“Ó Ápio! O período do tempo dará outras coisas que a gente não imagina. Assim como acaba com umas, **nasce outras**.” Tem que vir outras gerações e outras coisas para a gente se admirar. **Morre umas e vence outras**. É o mesmo que serem frutos, **aparece uns, morre outros**, existem outros.

13. Monsanto

Inq. 1

A gente tempera amanhã dois ou três (queijos). **Estes é** para o lanche.

Inq. 8

O cambão é aquela parte que **está essas peças** todas ligadas a ele.

Inq. 17

Quando havia uma infecção numa perna ou numa coisa qualquer, **era posta umas chapinhas de linhaça** para aquilo amadurar.

Inq. 18

Inquir. As maranhas, portanto, era os cobertores?

Para ser os cobertores. **Era maranhas.**

Inq. 23

As mães agora é que escolhem os nomes. Não **é os pais.**

Inq. 28

Em certo tempo, **as obras era** só de pedra. Não **era** como agora de tijolos (...) Não havia carros. **Era só os ganhões** é que acarrejavam tudo.

Inq. 29

Inquir. E atrás não havia assim uma travessa mais larga?

Inf. **É quase todas iguais**, senhor doutor.

Inq. 33

Depois havia os senhorios que semeavam aí vinte e trinta moios, **era vinte ou trinta quinteiros** que metiam.

Inq.36

Inf. Depois aquela balsa é espremida. Põe-se aí uns caramouços, arranja-se uns montinhos.

Inquir. Portanto, como é que se fazia aguardente a partir da balsa?

Inf. Não **está** por aí **umas alquitarras?** Umas alquitarras assim grandes, em redondo.

Inq. 41

(...) só assim a casca por fora é que era boa, e por baixo era rijo. Por baixo era rijo e aquele pau por baixo depois partia e caía. **Ficava então aquelas sobras.**

14. Serpa

Inq. 1

Inquir. E as pessoas de Beleizão falam como as de cá?

Inf. Não. **Esses já é diferentes.**

Inq. 4

_ A gente já deixava de ver os terrenos, de se vermos uns aos outros, já começou a cair aqueles 'trojões' grandes.

Inq. 8

E depois a seara começava a crescer e ficava assim aquelas manchas na seara, tal e qual como **está estas 'nodinhas'** aqui nesta mesa.

Inq. 10

A gente semeando assim é semear a braçado. E semear no rego já **era as mulheres** que faziam isso. Isso já eram as mulheres.

Inq. 17

Uma tulha que é metida na parede são as tulhas da coisa ... da parede. E se **fosse outras**, como eram móveis, eram as arcas.

15. Perafita

Inq. 14

As peitugas é **aquelas mamocas**.

Inq. 35

Chamam-se madorras porque tem lá **uns montes** que **era** dos mouros.

Inq. 42

Há aqui uns regatos, conforme **vai esses ribeirozitos**.

16. Enxara do Bispo

Inq. 3

O caçador era livre – não é?- e a caça era... **era três meses** de caça todos os dias.

Inq. 4

Porque se **fosse muitos**, a debulhadeira vinha cá. (...) e eles vão a áreas que haja muito trigo, que lhe dê resultado. De maneira que agora não se semeia nada dessas coisas. Então antigamente semeava-se eram muitas vinhas, era muito grão, era muito feijão. Tirava-se aqui moios e moios de feijão, **era moios** e moios de milho.

Inq. 13

O que é que é cavar à mão, se **for quatro homens** ou dois homens só a cavar à mão.

Inq. 14

Os pés, de andar descalço, **chega** a pontos que **apanha** um vidro e aquilo faz um corte e trilha, faz aquele trilhão, não é? (...) Ele chama-se aquilo um “bojação”.

Inq 15

Andava eu a dar água... **Andava** numa arroteia de mato **vinte e tal homens** e eu é que era o aguadeiro.

(...) e nesse ano que caiu a neve, andava eu a aquecer água-pé, para dar água quente aos homens.

Inq. 21

Ia rapazes e raparigas (...) **era noites inteiras** a escapelar milho.

Inq. 24

Elas (as vacas) têm seis cabeiros, isso quando são novas. São seis cabeiros, **é os dentes** da frente (...) e depois cada ano vai-lhe caindo um ou dois. **Cai dois** aquase. Há anos que até que **pode cair quatro**, conforme.

Inq. 40

Havia tanoeiros a fazer **as vasilhas**, que **era** feito à mão (...) também ele eram feitos à mão os carros.

17. Ponta Garça

Inq. 3

Se tinham tempo, os homens também ajudavam a mondar. Mas aquase sempre **era as raparigas** que trabalhavam nisso.

Aquilo tudo que não prestava saía fora. E **ficava aqueles cabelos fininhos**, muito fininhos.

Havia ali **umas pedras de mármore** que **era** de amaçar o linho

Inq. 4

No tempo o que é que tinha? **Era dez, doze vaquinhas** – e era se tivesse.

Inq. 6

Quando era uma vaca toda vermelha, a gente dava-lhe o nome logo de briosa. Formosa ou briosa, **era vários nomes** que a gente davam pela feitura da cor do animal.

Inq 7

Inf 1 A gente aqui até tratavam era um corno.

Inf 2 Ou um chifre.

Inf 1 E outros dizem que **é chifres**.

Inq 10

E no tempo havia **muitas casas** – a nossa casa era uma delas – que **matava** era sempre porcos de quatro anos.

Inq. 12

Mas aqui não há já essas coisas de charretes. Dessas **charretes** que **era** puxado só... Era para pessoas.

Inq. 14

Inquir. Mas eram só os doentes ricos ou os pobres também faziam isso?

Inf. **Era pobres e ricos**. Era tudo.

Inquir. Não havia homens que viessem só fazer transportes?

Inf. Havia, **era esses ‘tales’ de charabãs**.

Inq. 15

Ele hoje não **falta “pardales”** aqui.

Inq. 16

Quando o moinho encravava, a gente chegava à fecharia, dava assim com o prego, **saía aquelas espadas** ou coisa, o moinho começava a trabalhar. (...) Por esse caminho fora havia um moinho de vento. Ainda **está lá as paredes**.

Inq. 17

É chapéu de palha o que havia no tempo. Havia muitos homens com chapéu de palha. E **era chapéus de Braga** que usavam no tempo.

Inq. 26

A gente pegava num bocadinho de erva-ferro que dá nos matos, ele era ao pé das canadas, donde **passava os animais**.

Inq. 32

Porque eu sei que **essas muitas variedades de cedros veio** quando **veio os serviços florestais**.

Inq. 40

Há **umas (aranhas)** que têm o corpo amarelo, que **dá** nas vinhas, elas estão penduradas lá nas padas.

Inq. 42

E isso chamava-se a tesoura da arribana, para travar as pernas da arribana – que **as pernas é** essas varas.

Inq. 46

Eu tenho quatro, três cobertores desses. Daqueles que era de risquinhas.

Inq. 47

O Anás chegou a casa: “ó mamã, **está aqui esses espetos**”

Inq. 49

Os algodões agora são muito mais fortes. Não **rebenta** tanto.

Inq. 51

As barrelas antigamente **era** feitas era com cinza, que era para fazer a lã muito branquinha.

Inq. 52

Havia umas que tinha era ele uns verga. E **outras era** mesmo de madeira.

Inq. 58

Ovelhas, quem as tinha, **era** amarradas, como eu já disse ao senhor.

18. Porto de Vacas

Inq. 3

Quando a água é muito, faz **aquelas “brulhas”** que **embrulha** a água.

Inq. 4

Que era assim: **as pessoas vinha** tudo aos ranchos.

Inq. 7

Mas faziam-se lençóis fininhos e faziam-se toalhas: era toalhas **para a mesa**, era panos **para estas mesas pequenas.** As toalhas **que trago é as toalhas de linho.**

Inq. 16

Queimou tudo, **os cachos ficou** tudo queimado.

Inq. 22

E depois quando **juntava doze fiozinhos** para passar um liço no pente, não era?

Inq. 24

As outras mulheres era ali deitadas nos “xais”, ali naquelas camas que lhe faziam ali no chão.

Inq. 25

Inquir. Os vergueiros é o quê?

Inf. Os vergueiros é ... aqueles coisos que servem para atar? **Esses coisos que era** para atar?

Inq. 26

Inquir. Quem são **os manadeiros**?

Inf. **Era os homens** que andam a vender os porcos.

E a Coja. Ia, com licença de vossemecês, lá comprar os porcos, para mor de os matar, quando vinham cá os “manadeiros”, quando não **vinha cá os carros.** Naquela altura não havia cá estradas.

Inq. 27

Porque **era os porcos** que não caminhavam .

19. Porches

Inq. 1

Há **umas ervas** que não **deixa** criar as tais ervas que eram úteis para os animais. Aqui há anos **nascia aqueles pezinhos de erva** aí nos barrancos.

Inq. 2

Nascia as tais ervas que eram úteis para os animais e essas ervas desapareceram. Assim **nasce todas aquelas moitas**

Inq. 31

Mas depois **vai as toucas** atrás.

20. Outeiro

Inq. 12

Depois de cair o tasco, **fica aquelas mãozinhas de febra.**

Inq. 22

[O senhor Arcádio] trouxe para cá muita fiadeira de lã, mas **era outras qualidades de lã.**

Inq. 35

A lingüiça vai para um lado; o salpicão vai para outro; **os presuntos vai** para outro.

Inq. 43

Agora **é elas**. Agora já dançam elas por mim.

Inq. 47

[Nas baleias] tem **uns buraquinhos** que **é** para o respiradouro delas.

21. Arcos de Valdevez

Inq. 3

Já ela recebe um bocadinho mais ... Dão logo, bem... **é nove contos.**

Inq. 5

Não sei que **sentimentos é** os daquela mulher.

Inq. 7

Cresceu-lhe os filhos, cada um está por si.

Inq. 18

O milho pesava menos (...) se **fosse treze**, já tirava um quilo e trezentas; se **fosse doze**, um quilo e duzentas.

Inq. 23

E **esses é** açafates de vergas.

Inq. 29

As azenhas é de um rio grande, sabe?

Inq. 36

Ao depois de estar **aqueles feixes** todos, atava-se, ia-se enterrar no rio ou na água. **Estava** lá para aí três dias ou quatro, era conforme.

II - CONSTRUÇÕES RELATIVAS NÃO-PADRÃO NO PORTUGUÊS EUROPEU POPULAR

1. Alcochete

Inq. 4

É como a gente também enjoa o comer. Há comeres **que a gente também enjoa**.

Tinha cá em cima (...) tinha assim outra bacia grande debaixo **que punha as mulheres que punha as bilhas ali dentro daquela pia e tocavam a bomba**

Inq. 39

Inquir. Olhe, na sua horta, nas couves, às vezes, há assim uns bichinhos? É a lagarta.

Inf. Olhe, é uma que, **que a gente tem que ter cuidado** para não estragar a roupa, a nossa roupa?

2. Figueiró

Inq. 4

(...) mas quantas vezes a gente está a falar com uma senhora da sua idade **que a vida dela foi toda no campo** e não sabem as ervas! Os nomes das ervas.

Inq 5

Chamam as moitas, que era onde andávamos com as ovelhas e havia lá aquelas abrótegas, **que elas gostavam muito**. As ovelhas gostavam...

Inq. 24

Inquir. E aquela parte mais apertada da cale onde, por onde sai a água mais apertada?

Inf. É o fecho (...) É uma chave que tem. (...) Uma chave **que a gente alarga-a**, vai sei lá o quê por aquela coisa.

Inq. 25

Inquir. Mas, antes de, quando estava a aquecer o forno, não tinha um pau que era para espalhar as brasas?

Inf. Pois era o tal rodo **que a gente espalha aquilo**.

O panal é o **que a gente cobre o pão** quando fica na masseira

Inq. 26

[sobre a profissão de ferreiro]

Porque havia lugares **que tinha que se bater numa maneira ... da parte redonda**, para arredondar qualquer peça que seja preciso.

Porque no tempo dos ferreiros, **que se faziam as enxadas**, às vezes eram três martelos, três tipos, e aquilo era preciso também saber.

Inq. 15

Era um médico que a gente tinha muito agrado por ele. **Chamavam-lhe Dom Albano**.

Inq. 21

E as andorinhas, as andorinhas e as ‘verdoguinhas’ e os outros passarinhos **que lhe não sei o nome**, não é?

3. Alvor

Inq. 5

Inquir. Daqui foi muita gente para a França, para a Alemanha?

Inf. Foi sim, foi. Mas não era ...eram muitas (...) há terra **que foram mais de duzentos ou trezentos**, aí dos arredores

Inq. 30

Já houve um tempo, há uns três anos, **que foi proibido de as apanhar**. [referindo-se às sardinhas]

Inq. 35

Tem ocasiões **que o sol ilumina com aquele fio**, com uma espécie de raios.

4. Câmara de Lobos/ Caniçal

Inq. 14

Isso era uma luz-de-cão **que os barcos andavam**.

Inq. 15

Agora esses rapazes novos não sabem aquilo **que a gente passamos**.

Inq. 18

[A petinga] é um peixinho **que a lula agarra-se**.

Inq. 28

Estava ocasiões **que a baleia levava aquelas cordas todas**.

Inq. 31

Tinha uma argolazinha **que amarrava-se o cordel**. A caixa do arpão tem um furo **que a gente mete um pedaço de madeira**.

5. Porches

Inq. 16

Vem uma moda de citar certas palavras que não se citava noutro tempo e **que não existiam essas palavras**. Dizem para ali asneiras que não sei de onde é que vem tanta asneira

6. Covo

Inq. 7

Aquela farinha centeia que é o **que eles [os porcos] medram**.

Inq. 29

(...) onde estava o velho Atamante, aquele, o tal **que eu vos já falei** que tinha uns livros muito bons.

7. Vila Praia de Âncora

Inq. 1

Porque era raro o dia **que não se pegava um, dois lagartos ou três...**

Inq. 5

O ano **que fui para o bacalhau foi 46.**

Inq. 6

Mas ele havia muita fome naquele tempo. (...) porque ali havia dias **que se comia melhor** que outros.

Ali estava aquele peixe **que botavam sal para cima.** Mexiam aquele peixe naquele sal.

Inq. 10

Os espanhóis sabem preparar aquilo com um molho lá, **que eles põem aquilo.**

Inq. 16

O barco tinha uma telefonia **que eu falava para a minha patroa, para a minha mulher.**

O Salazar, no tempo que eu estava em Lisboa, pagou à companhia

Inq. 24

Há cardumes de tainhas, há cardumes de robalos – aqui mesmo na costinha – **que uma pessoa vê-os.** E dizem assim: “Ai rapaz, que cardume de robalos!”

Inq. 28

E depois deram falta do barco. Nós, ali à beirinha, não pensamos nada. E depois lá foi o barco **que eu andava,** lá foi... também foi lá.

Inq. 29

Havia alturas **que se remava só como daqui àqueles ‘pirulos’,** já vinha o arrastão cheio. Era a terra **que mais havia pilado era nesta.**

Inq. 37

Inf. [essas são] as casinhas deles de guardar os aparelhos, o motor e as redes.

Inquir. Portanto não é a casa onde eles vivem?

Inf. Não, não. Até a casa **que eles vivem também.**

Inq. 52

E sabia dançar! E não havia festas nenhuma **que eu não fosse.**

8. Castelo de Vide/ Porto de Espada

Inq. 33

Eu tive uma mercearia (...) e tirei então a licença por causa de não perder aqueles quatro anos **que estive coiso.**

Inq. 95

Há uma [erva] que fez mal ao gado **que não me lembra o nome dela.**

9. Fajãzinha

Inq. 14

Era esses [passarinhos] **que a senhora estava a falar** há bocadinho, se calhar, que têm assim o rabinho comprido.

Inq. 28

Esta é a queiró **que a gente chamuscava os porcos noutros anos.**

10. Lavre

Inq. 5

Não são aquelas coisas **que não se pode lhe dar o nome “são uns cesteiros”, não senhora.**

Inq. 7

Faziam uns buracos **que é para deitar fumo por aqueles buracos.**

Inq. 8

Quando era, por exemplo, no outro tempo, **que ordenhava-se as ovelhas**, ordenhavam-se as cabras, éramos sempre dois.

Inq. 24

Tenho ali uma horta, há marés **que eu tenho couve, batatas.**

11. Monsanto

Inq. 4

Ajeitei uma garrafa dele [de azeite virgem] a uma pessoa **que lhe o médico receitou** para tomar o azeite virgem

Inq. 8

O cambão é aquela parte **que está essas peças todas ligadas a ele.**

12. Serpa

Inq. 1

Portugueses, havia muitos (na Suíça). Porque é um país **que emigram por volta de cinco mil portugueses para lá.**

Inq. 2

É essa a razão que esses se regulavam por essa estrela

Inq. 9

Como às vezes é o hábito **que a gente aqui se regulava**: “olha, ou meto nessa belga”.

Inq. 11

Buscavam sempre mais ou menos o tanque **onde depois as águas saíssem dali sozinhas** para regar o terreno todo.

Inq. 19

(há) um nabo pequenino, que é o rabanete, **que também se faz salada.**

Inq. 20

Estive com um patrão **que fiz isso** [desparrar a videira]

Inq. 32

Escorrem essa água toda fora, e a massa que fica ali é **que fazem então o requeijão.**

Inq. 34

(...) ao depois, quando encontra a comida **que ele gosta**, e depois foça à pergunta dela. (...) então começou a foçar, arrancou a raiz da erva **que é para ele a comer.**

13. Perafita

Inq. 3

Aqui era um lugar, um reservatório, **onde tinham aqui um bocado de água limpa.**

Inq. 10

Porque havia lugares **que ele [o pão] já estava passado**, havia lugares **que já estava quente.**

Inq. 23

(...) Nós ficamos com a casa e eles ficaram com o resto das terras. Olhe que eu não fiquei nem com uma hortinha de plantar couves. (...) (na casa) foi tudo composto, mas foi o **que eu fiquei.**

Inq. 26

Há lugares **que as põem presas**, aqui não. [refere-se à forma como se guardam as cabras]

Inq. 35

Há terrenos **que não é dado a gente ir botar água.**

Inq. 40

Vou ter uma pipa dele [de vinho] engarrafado, agora tenho lá outra **que não tenho garrações para o meter.**

Inq. 41

Tenho um bocado aqui em baixo, **que dei onze contos por ele.**

14. Enxara do Bispo

Inq. 4

(...) eles vão a áreas **que haja muito trigo**, que lhe dê resultado. [referindo-se às máquinas colhetadeiras]

Agora é tudo diferente. E eu conheci essas épocas **que não havia nada dessas coisas.**

Inq. 15

(...) e nesse ano **que caiu a neve**, andava eu a aquecer água-pé, para dar água quente aos homens.

Inq. 20

Mas houve uma altura **que eu fumava sempre.**

Inq. 23

Quando a gente tem uma qualidade de uva na vinha que não interessa, **que ela arrelia**, ou que não dá regenera, a gente vai, corta serra a cepa.

Inq. 25

Tinha alturas **que deitava o fumo pelo fumeiro abaixo.**

Inq. 40

E havia então depois a seguir o caldeireiro, **que esse punha fundo nos tachos.**

15. Camacha e Tanque

Inq. 17

Ainda tenho aqui uma netinha de dez anos, **que ela, quando eu estou amassando, ela pergunta logo por a rosquilhinha.** [referindo-se à massa do pão]

16. Ponta Garça

Inq. 14

E no tempo **que se semeava muito**, semeávamos muito...

Inq. 18

Sabes **o que é que se fazia as sebes dos carros** – que se faziam os tanchões para as seves do carro quando apanhavam o milho? Era com esse tamujo.

Inq. 20

Inf 2 O balseiro era só para botar o vinho ali dentro.

Inf 1 Para ferver.

Inf. 2 Para ferver. E depois então esgota-se. Está ali um buraco **que a gente esgotava para as selhas**.

Inq. 26

Nas Carcelas dava disso. Ainda há nos matos – nos matos **que a gente deitavam...as vacas!**

Inq. 44

A espadana é a tal táboa **que a gente falaram ontem**.

Inq. 51

A gente fazia camisolas... eu fazia tantas! As sueras **que os meus pais andavam... nas vacas**.

Inq. 56

Era a freguesia **que os carros eram mais grandes**, eram os nossos carros aqui.

17. Porto de Vacas

Inq. 22

E ele havia ... a gente via aí por esses matos fora, mesmo em sítios **que havia muita torga**, via-se muito aquelas portas.

Eram uns caminhos – não era? – que era um caminho **que eles passavam lá uns poucos**.

18. Castro Laboreiro

Inq. 8

Vocês ao irem aos Portos, vêem o cruzeiro – **que já hoje ali falaram outros [informantes]**.

Inq. 15

Nós íamos a um médico espanhol. Era um médico **que a gente tinha muito agrado por ele**.

Inq. 18

Que ela [a raposa], claro, com aquela pressa **que vai** e já é crescida, fica sempre um bocadinho do rabo de fora.

Inq. 32

Ainda houve algumas solteiras, claro, de cair naquela rede **que ainda se hoje cai**.

19. Arcos

Inq. 7

A gente chegamos a uma certa idade **que a gente come menos**.

[ele tinha três filhos] (...) um rapazito que agora tem-se também no seminário (...) e logo teve outra rapariguinha mais nova, **que essa tem-na no Porto.**

Foi no tempo **que Angola estava má.**

Inq. 31

Tinha uma roda **que a força da água é que fazia andar a roda.**

Inq. 32

Já se escolhia o tempo **que podia fazer o serviço.**

Inq. 34

Assim que estivesse na altura **que ele [o vinho] estivesse fervido,** tirava-se para as pipas.

20. Outeiro

Inq. 14

O último ano **que se fez o fiadeiro aí.**

21. Cabeço de Vide

Inq. 9

Era o tal mato **que os arados não voltavam.**

Inq. 19

“Ah, mestre Aníbal! No tempo **que tu me procuravas,** que erva é esta?”

Inq. 26

Porque já se tem passado alturas de eu estar em sítios aonde haver abastecimento de coisas **que eu gosto tanto** e nem olho para elas.

Era no tempo **que havia abrunhos.**

Inq. 32

O gajo tinha lá tonéis pequeninos **que eu lá cabia de pé dentro deles.**

Inq. 36

Há duas [azenhas] lá em cima **que eu nunca as vi trabalhar.** Aqui ao pé das termas há uma outra **que essa ainda a eu vi trabalhar.**

Inq. 51

Há uma outra erva **que eles além para aquele lado... aqui tem medo dela** e para além semeiam-na.

Inq. 52

E depois há uma coisa **que depois eu falei isso aí.**

Inq. 60

As vacas, em dias **que elas para lá fossem,** andavam sempre a puxar pelas oliveiras.

Inq. 61

Mas havia uma cerca em roda **que elas [as galinhas] estavam lá.**

RESUMO

VAREJÃO, Filomena de Oliveira Azevedo. **Varição em estruturas de concordância verbal e em estratégias de relativização no português europeu popular.** Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. 187 p., mimeo. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.

Este trabalho tem como objetivo investigar aspectos lingüísticos intervenientes na concordância verbal e na construção de orações relativas não-standard no português europeu popular, sob a hipótese de que a variação no português europeu é sensível aos mesmos fatores que controlam a variação na fala de brasileiros. Rejeitando a tese de que as origens do PB remontam a uma língua crioula, pretende-se corroborar a idéia de que, no português do Brasil não-standard, aqueles fenômenos sintáticos seguiram uma deriva pré-figurada no sistema. O suporte teórico que sustenta este trabalho retoma estudos sobre a história e as origens do

português brasileiro e resultados de pesquisas sociolingüísticas variacionistas que focalizam os fenômenos sintáticos referidos. A análise variacionista, com base em dados extraídos de amostra do português europeu (Corpus Dialetal com Anotação Sintática), confirma que (a) os aspectos preponderantes para a ausência de marcas de concordância no verbo são a posição do sujeito e a saliência fônica da flexão verbal; e (b) o uso de estruturas de relativização cortadoras e copiadoras é condicionado, principalmente, pela função sintática do constituinte relativizado. Os resultados apresentam indícios que corroboram a hipótese da deriva como a mais adequada para explicar a configuração sintática do vernáculo brasileiro, pelo menos em relação aos fenômenos estudados.

ABSTRACT

VAREJÃO, Filomena de Oliveira Azevedo. **Variação em estruturas de concordância verbal e em estratégias de relativização no português europeu popular**. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. 187 p., mimeo. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.

The work investigates linguistic constraints correlated to the absence of formal marks in verb-subject agreement and to the occurrence of non-standard relatives in vernacular European Portuguese (EP), under the hypothesis that the variation in that variety is affected by the same structural factors that control the variation attested in Brazilian Portuguese (BP). Against the thesis of a creole origin for BP, we intend to show that the morphosyntactic phenomena studied follow a drift predetermined within the system. The theoretical assumptions which underly the analysis come from studies on the origins of BP and variationist investigations of both phenomena. The analysis, based on a sample of spoken EP, shows that (a) the most relevant environments for the absence of agreement marks in verb-

subject concord are subject position and phonic salience of the verb inflection, and (b) the use of pied-piping and resumptive relatives is mainly constrained by the syntactic function of the relativized constituent. The results offer support to the “drift” hypothesis for the syntactic configuration of BP, at least in what concerns the phenomena analysed.

RÉSUMÉ

VAREJÃO, Filomena de Oliveira Azevedo. **Variação em estruturas de concordância verbal e em estratégias de relativização no português europeu popular**. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. 187 p., mimeo. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.

Cette étude constitue une recherche des éléments linguistiques favorables à concordance verbal e à construction de phrases relatives non-standard dans le portugais européen populaire (PE), sur la hypothèse que la variation dans cette variété de portugais est sensible aux mêmes contextes qui s’appliquent au portugais brésilien. Reffusant la thèse d’une genèse créole par la langue brésilien, nous comprenons que l’atuation de la dérive naturele répondre pour l’occurrence de quelques structures non-standard dans la langue portugais. La base théorique sociolinguistique variacioniste serve à analyse des constructions non-standard examinées. Les résultats indiquent que la concordance verbal apparaît, surtout, quand (a) occur la postposition du sujet et (b) le verbe a une désinnence phonétiquement moins

proéminent. En les cas de las phrases relatives, la relativisation non-standard apparaît on dépendance de la fonction sintatique du terme relatif.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)